CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

JUVENTUDE NEGRA E MERCADO DE TRABALHO: AS PRINCIPAIS BARREIRAS NA BUSCA POR UM EMPREGO, NA PERSPECTIVA DE EGRESSOS DO JOVEM APRENDIZ DA PASTORAL DO MENOR

Evandro Silva Gomes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais

Orientador: Mário Luiz de Souza

Rio de Janeiro
Agosto de 2022

JUVENTUDE NEGRA E MERCADO DE TRABALHO: AS PRINCIPAIS BARREIRAS NA BUSCA POR UM EMPREGO, NA PERSPECTIVA DE EGRESSOS DO JOVEM APRENDIZ DA PASTORAL DO MENOR

Dissertação apresentada ao Programa/Curso de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título/certificado em Mestre em Relações Étnico-Raciais

Evandro Silva Gomes

Banca Examinadora:

Presidente, Professor Dr. Mário Luiz de Souza (CEFET/RJ) (orientador)

Professora Dra. Talita Oliveira (CEFET/RJ)

Professora Dra. Norma Sueli Rosa Lima (UERJ)

Professor Dr. Dyego de Oliveira Arruda (CEFET/RJ)

Rio de Janeiro
Agosto de 2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

G633Gomes, Evandro Silva
Juventude negra e mercado de trabalho: as principais barreiras na busca por um emprego, na perspectiva de egressos do Jovem Aprendiz da Pastoral do Menor / Evandro Silva Gomes – 2022.
160f. il. (algumas color.) , enc.

Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2022. Bibliografia : f. 152-160.
Orientador: Mário Luiz de Souza.

1. Relações etnicorraciais. 2. Mercado de trabalho – Negros. 3. Ações afirmativas. 4. Políticas públicas. I. Souza, Mário Luiz de (Orient.). II. Título.

Elaborada pelo bibliotecário Leandro Mota de Menezes – CRB/7 nº 5281

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, que mesmo não sabendo ao certo o que é um curso de mestrado, sabe que estudar é muito importante e fica orgulhosa com esta conquista. À tia Edith, que ficaria superfeliz e como sempre, torcendo para este projeto dar certo.

AGRADECIMENTOS

> Aquela imagem da escrava Anastácia, eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é um símbolo nosso, porque nossa fala força a máscara.
>
> Conceição Evaristo

A gente pode falar!

Falamos por nós, falamos por àqueles que vieram antes e depois de nós, por todos os contemporâneos que não podem falar… falamos. Esse é o melhor exercício, pois falar liberta, falar emancipa, falar cura.

Eu falo! Eu falo para sugerir, eu falo para reclamar, eu falo para criticar, eu falo para construir, eu falo para agregar, eu falo porque é bom, eu falo porque é ruim, eu falo inclusive para pagar as contas e, não deixo de falar.

Eu falo porque ouvi Conceição, Munanga e Silvio Almeida. Porque ouvi o Roberto Borges em uma oficina do Sesc Madureira, organizada pelo Tiago Pereira em janeiro de 2019. Falar é bom, mas quando ouvimos essas pessoas e podemos falar juntos, o discurso se torna mais potente, vai mais longe, chega a mais ouvidos.

Agradeço a todas as falas que pude ouvir para poder escrever esse projeto. Ao Mário, orientador, mentor, pessoa que tem interesse síncrono ao que desejava ler, refletir e pesquisar. “Meu rolê é mercado de trabalho”, sempre dizia e tive a oportunidade de poder conhecer um pouco mais esta área, na intenção, inclusive, que outros frutos surjam daqui.

Aos meus amigos do grupo de pesquisa, que por similaridades de área fomos unidos e, permanecemos por afinidade de vida. Ana, Cida, Cris, Dani e Fábio, que também foram meus orientadores em vários momentos. Enviaram referências, textos, artigos, livros, sites… Disseram que a pesquisa era importante, que daria certo e o quanto nossas falas são importantes para o mundo.

Aos meus amigos e familiares que puderam acompanhar de perto o meu projeto, pois eu não só lia as teorias, mas resolvi no meio da pandemia fazer vídeos falando sobre raça, racismo e sociedade e todos ficavam atentos à pauta e me incentivavam sempre a criar outros conteúdos. Wesley, meu sobrinho, se tornou produção e câmera

por trás dos primeiros episódios, a sala e os objetos da casa da minha irmã Nini eram cenário e antes de ir ao ar, passava pela revisão dos meus amigos mais críticos e inteligentes.

Tem agradecimento ainda para o William, que ia ao mercado fazer compras e também fazer a comida, pois mestrado é um outro emprego e a gente não tem mais tempo para fazer nada. E quando sobra algum tempo, continua sem querer fazer nada, pois a energia já foi toda embora na leitura e tentava de fazer relação de um monte de teoria com prática e o pensando sobre o que isso pode virar de escrita.

Quero agradecer a Deus também, mas Deus não é aquele velho com barba branca sentado num trono. Não tenho religião, nem quero ter, mas quero agradecer essa energia maravilhosa do universo que faz todas as coisas acontecerem e acontecerem no momento certo, da forma certa, do modo certo. Em 2010 a professora Norma Lima perguntou: “Mas onde você estaria na Bota-abaixo?” Na época, a reflexão sobre os efeitos do racismo nem de longe era uma questão cotidiana, porém não esqueci a pergunta e aquele momento foi fundamental para poder entender mais sobre este processo e falar sobre a exclusão que meus ex-aprendizes podem enfrentar mais de 100 após o fato, que ainda reverbera na rotina da maior parte das pessoas cariocas pobres e negras: a exclusão geográfica. Sementes, Norma! Obrigado!

Aos professores que se dispuseram a participar desta banca, ler este projeto e contribuir para que houvesse melhorias. Talita Oliveira, sempre disponível como professora ou incansável coordenadora, ao professor Dyego Arruda, que trouxe a discussão de ações afirmativas para mais perto e hoje tenho a oportunidade de entrar em multinacionais para dizer a eles que sem ações afirmativas não se corrige distorções sociais e históricas. Obrigado, professores!

A Pastoral do Menor, pelos 7 anos e 7 meses de trabalho juntos, foram mais de mil aprendizes neste período, trocas inenarráveis, muita riqueza de aprendizado e um projeto para mudar minha vida. Aos meus eternos aprendizes, inclusive, eternos aprendizes em lugar afetivo, pois no cenário corporativo, desejo que furem todas as bolhas, bloqueios e barreiras e se tornem líderes, gestores das mais diversas áreas e impactem o mundo com suas histórias de muitas lutas e vitórias. Sem eles não haveria pesquisa. Obrigado, verdinhos!

EPÍGRAFE

Falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o homem foi construído pela filosofia moderna. A noção de homem, que para nós soa quase intuitiva, não é tão óbvia quanto parece: é, na verdade, um dos produtos mais bem-acabados da história moderna e exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica.

Silvio Ameida, 2018, p. 18.

RESUMO

Juventude negra e mercado de trabalho: as principais barreiras na busca por um emprego, na perspectiva de egressos do jovem aprendiz da pastoral do menor

As construções sociais determinaram papéis para os indivíduos, relegando cenários de inclusão e exclusão com base em marcadores como raça, classe, geração entre outros. Dentro de perspectivas de experiências plurais de existências, a finalidade deste trabalho é investigar quais as principais barreiras que a juventude negra, que é majoritariamente pobre, encontra quando se põe na busca por um emprego. O grupo de recorte da pesquisa são 36 jovens negros que concluíram suas participações no Programa Jovem Aprendiz da Pastoral do Menor, nos anos de 2018 e 2019. Quando investigamos as vivências da juventude negra e pobre, as principais barreiras apresentadas pelas pessoas respondentes no momento em que decidem buscar um emprego, estão intimamente ligadas às interseccionalidades que perpassam suas vidas: geração, raça e classe. A união desses três elementos impõe à juventude negra pobre um lugar de difícil mobilidade, seja pela ausência de privilégios simbólicos ou materiais. Alguns elementos foram elencados pelos participantes da pesquisa como motivos que dificultam ou impedem de conquistar um posto no mercado de trabalho e, mesmo que de modo escamoteado, majoritariamente os respondentes percebem o racismo como um obstáculo para suas contratações ou progressões profissional e, este fenômeno discriminatório é entendido pelas pessoas participantes quando precisam abrir mão de parte de suas identidades para se adequarem ao padrão profissional moldado socialmente, ou quando não se veem representados nos espaços de trabalho. Além disso, o fato de não permanecerem nas empresas participantes do projeto aponta para algumas fragilidades que o Programa Jovem Aprendiz apresenta, uma vez que, a não permanência dos jovens nas empresas os levam a um quadro de desemprego fazendo com que o programa não cumpra a sua função social, que é a de inseri-los no mercado de trabalho.

Palavras chaves: Juventude negra; Ações afirmativas; Jovem Aprendiz; Mercado de trabalho.

ABSTRACT

Black youth and the labor market: the main barriers in the search for a job, from the perspective of egresses from the youth apprentice program of the youth ministry

Social constructions have determined roles for individuals, relegating scenarios of inclusion and exclusion based on markers such as race, class, and generation, among others. Within perspectives of plural experiences of existence, the purpose of this paper is to investigate what are the main barriers that black youth, who are mostly poor, encounter when they set out in search of a job. The research cut-off group is 36 young black men who completed their parcipations in the Youth Apprentice Program at the Pastoral do Menor in the years 2018 and 2019. When we investigate the experiences of poor black youth, the main barriers presented by the respondents at the moment they decide to look for a job are closely linked to the intersectionalities that permeate their lives: generation, race, and class. The union of these three elements imposes on poor black youth a place of difficult mobility, either by the absence of symbolic or material privileges. Some elements were listed by the research participants as reasons that hinder or prevent them from conquering a position in the job market and, even if in a hidden way, most of the respondents perceive racism as an obstacle to their hiring or professional progression, and this discriminatory phenomenon is understood by the participants when they need to give up part of their identities to fit the socially molded professional standard, or when they don't see themselves represented in the work spaces. Moreover, the fact that they do not stay in the companies participating in the project points to some weaknesses that the Young Apprentice Program presents, since the non-permanence of the young people in the company leads them to a situation of unemployment, so that the program does not fulfill its social function, which is to insert them in the labor market.

Keywords: Black youth; Affirmative Action; Young Apprentice; Labor market.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Pessoas negras e índices de homicídios 69
Gráfico 2 - Idade dos aprendizes em 2021 108
Gráfico 3 - Autodeclaração racial dos aprendizes em 2021 109
Gráfico 4 - Raça e proporção de empregabilidade em níveis 110
Gráfico 5 - Idade atual 113
Gráfico 6 - Idade no ano de conclusão do curso 113
Gráfico 7 - Renda per capita do domicílio 114
Gráfico 8 - Autodeclaração racial 115
Gráfico 9 - Região de moradia 115
Gráfico 10 - Estado civil 117
Gráfico 11 - Situação de moradia 118
Gráfico 12 - Ano de encerramento do contrato 119
Gráfico 13 - Situação contratual pós-aprendizagem 121
Gráfico 14 - Retomada as buscas por emprego 122
Gráfico 15 - Tempo médio em busca de emprego 123
Gráfico 16 - Percepção sobre existência do racismo 124
Gráfico 17 - Presenciou ato discriminatório/racismo 124
Gráfico 18 - Situação trabalhista atual 135
Gráfico 19 - Impacto da Covid19 136
Gráfico 20 - Necessidade de empreender 137
Gráfico 21 - Formalização dos negócios 138
Figura 1 - Encontro em uma das salas de reunião da Alerj. O presidente da casa se encontra entre duas jovens aprendizes e ao lado da jovem de blusa azul, o autor Evandro Gomes. 142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sujeitos da pesquisa, perfil básico e base para participação 24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e mais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MNU	Movimento Negro Unificado
MP	Medida Provisória
PID	Programa de Inclusão Digital
PAMEN	Pastoral do Menor
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UENF	Universidade Estadual do Norte-Fluminense
SINAIT	Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude

SUMÁRIO

Introdução		**14**
1	**Raça, racismo e construção ideológica**	**28**
1.1	Ideologia e construção social	28
1.2	Ideologia racista	37
1.3	O Negro no Brasil	44
2	**Juventude, negritude e mercado de trabalho**	**53**
2.1	A Construção da juventude - em plural	53
2.2	Juventude brasileira e pandemia	60
2.3	Juventude negra	67
2.4	População negra, mercado de trabalho e renda	76
3	**Ações afirmativas, juventude aprendiz e pastoral do menor**	**86**
3.1	Ações afirmativas - a equidade como caminho	86
3.2	Jovem aprendiz - o programa	97
3.3	A pastoral do menor - história e desenvolvimento	101
3.4	A pastoral do menor e o programa aprendiz	106
4	**Juventude negra e mercado de trabalho: egressos da pastoral do menor**	**111**
4.1	O perfil das pessoas participantes	112
4.2	Situação pós-contrato e ano de conclusão	118
4.3	Tempo sem emprego e motivo da não contratação	120
4.4	Percepções sobre o racismo	124
4.5	Barreiras na busca por um emprego e percepções do racismo	128
4.6	Renda e (in)dependência	134
4.7	Impacto	139
Considerações finais		**146**
Referências		**151**
Anexos		**159**

Introdução

Refletir sobre a juventude negra e o mercado de trabalho é tocar em duas questões extremamente sensíveis na sociedade brasileira. De um lado temos, quase sempre ansiosos por mais liberdade e independência, os jovens pretos e pardos, que sonham em serem protagonistas de suas vidas, mas enfrentam frequentemente inúmeras questões estruturais como um sistema educacional fragilizado, níveis alarmantes de violência, condições habitacionais ainda precárias, acesso limitado a bens de consumo e lazer e, o persistente racismo, que parte do tempo se faz velado, mas está presente. Antônio Guimarães (1999) afirma que:

> Em termos materiais, na ausência de discriminações raciais institucionalizadas, esse tipo de racismo se reproduz pelo jogo contraditório entre, por um lado, uma cidadania definida de modo amplo e garantida por direitos formais, mas, por outro lado, largamente ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência policial cotidiana (GUIMARÃES, 1999, p. 42).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em matéria do G1[1], no segundo trimestre de 2018 os jovens foram os que mais sofreram com o desemprego. A taxa geral se estabeleceu em 12,4% neste período, porém entre as pessoas com idade entre 18 e 24 anos, o percentual foi de 26,6%. Quando o recorte é feito por raça, os pretos e pardos foram os mais afetados. Para os/as que se autodeclararam pretos(as) 15%, pardos(as) 14,4%, já entre a população jovem branca, o número foi de 9,9% de desempregados. Com o surgimento e avanço da pandemia do coronavírus, ou Covid19,[2] no Brasil, a partir de março de 2020, a taxa de desemprego

[1]Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/17/desemprego-entre-os-jovens-e-superior-ao-dobro-da-taxa-geral-aponta-ibge.ghtml. Acesso em: 12 jun. 2022.

[2] Covid19 - doença causada por uma espécie de coronavírus, denominado SARS-CoV-2. A pandemia teve início na cidade Wuhan na China e sua origem em 2021 ainda era desconhecida. O vírus que causou síndromes agudas respiratórias e se espalhou por todos os países do mundo provocando milhares de mortes. De março de 2020, quando foi registrado o primeiro caso no Brasil, até maio de 2022, mais de 600 mil pessoas morrem no país em decorrência da doença e mais de 21 milhões foram contaminadas. No mundo, mais de 219 milhões de pessoas foram contaminadas até esta data e as mortes ultrapassaram 4,55 milhões. Este cenário pandêmico mudou as regras de convivência e provocou o isolamento e distanciamento social, fazendo com que as pessoas saíssem de casa o mínimo possível. Logo, gerou impactos negativos na economia também.

entre os jovens aumentou. O levantamento apresentado pelo IBGE no Portal Poder 360[3], destaca que enquanto para a população acima de 25 anos a taxa de desemprego ficou em torno de 13,9%, para jovens de 18 a 24 anos este número foi de 29,8%. Quanto menor a idade, maior se torna a proporção de pessoas sem emprego. Entre adolescentes e jovens de 14 a 17 anos[4], neste mesmo período a taxa de desemprego chegou a casa dos 42,7%. Desde o início da medição em 2012, estes foram os maiores índices apresentados.

Entre os jovens negros o número de pessoas desempregadas é sempre maior, pois o cenário pandêmico no mundo do trabalho atingiu principalmente os negros e os jovens. Entre a população com idade entre 14 e 29 anos, a quantidade de desempregados negros em 2020 superou a de pessoas brancas. A pandemia deu maior visibilidade às desigualdades, dos 6,7 milhões de desocupados nesta faixa etária, 4,36 milhões eram jovens negros, enquanto o número entre jovens brancos era de 2,32 milhões.

O mercado de trabalho no modelo de contratação tradicional, que traria a independência aspirada para o jovem, se torna uma realidade distante em um Brasil que após o resultado das eleições presidenciais em 2014, com a vitória de Dilma Rousseff e o insistente posicionamento da oposição em não aceitar o resultado, mergulhou o país em uma crise política causando reflexos diretos na economia e elevando o desemprego.

Nesta conjuntura uma das alternativas para a inserção dos jovens, na busca de uma renda mensal e algum tipo de experiência, se torna o Programa Jovem Aprendiz, implementado por meio da Lei da Aprendizagem 10.097/2000[5], que surge como uma medida para atenuar parte dos problemas existentes. Regulamentado e ampliado por meio do Decreto Federal nº 5.598/2005[6] e revogado pelo Decreto nº 9.579/2018[7], o

---

[3]Disponível em: https://www.poder360.com.br/economia/desemprego-atinge-298-dos-jovens-no-brasil-diz-ibge/ - Acesso em: 12 jun. 2022.

[4]Vale ressaltar que jovens com idade inferior a 18 anos só podem trabalhar em condições contratuais específicas, como na qualidade de jovens aprendizes, por exemplo, porém é vetado o exercício de qualquer atividade para menores, caso haja cenário de periculosidade ou insalubridade, como se torna o meio social a partir da proliferação da pandemia.

[5]Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 12 de junho de 2022.

[6]Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

[7]Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm#art126. Acesso em: 12 jun. 2022.

Programa Jovem Aprendiz[8] se tornou uma das principais referências na inserção de jovens no mercado de trabalho. Principalmente para a juventude negra, pobre e periférica, que precisa conciliar trabalho e estudo.

Dentro do escopo do programa, determina-se que as empresas contratem obrigatoriamente um número de jovens que corresponda de 5% a 15% do total de funcionários. A idade mínima para contratação é de 14 anos, se estendendo até aos 24 anos. O tempo de duração contratual pode variar entre 1 e 2 anos. Enquanto os adolescentes e jovens fazem parte do programa e estão cobertos pela lei, eles participam da capacitação prática 4 dias na semana, ou seja, estão presentes nas empresas desenvolvendo a atividade laboral a que foram contratados. E 1 dia na semana se destina a capacitação teórica, momento em que estes jovens participam do curso de formação na instituição capacitadora parceira.

O programa é desenvolvido em parceria tripla. O Governo Federal implementou e fiscaliza o projeto, as empresas que dentro da lei são obrigadas a contratar os jovens a partir do proporcional de funcionários existentes e, as instituições capacitadoras que podem ser organizações públicas ou do terceiro setor.

Atuando desde 2014 como professor no Programa Jovem Aprendiz da Pastoral do Menor, entidade do terceiro setor de cunho assistencial ligada a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, que capacita e forma jovens no curso de auxiliar administrativo, observei que a procura para se tornar aprendiz se tornou maior ao longo dos anos. As turmas cada vez mais numerosas contam com jovens que em sua maioria possuem 18 anos, ou mais, condição esta que os confere disponibilidade para disputar uma vaga com contrato por tempo indeterminado. Contudo, o índice de desemprego torna o programa de aprendizagem um dos caminhos mais viáveis no início da trajetória profissional, pois além do contínuo treinamento, não é exigida a experiência para estes jovens que majoritariamente são de áreas favelizadas e ainda não tiveram nenhuma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho formal.

Ao longo dos 16 meses do programa, foca-se em um trabalho multidisciplinar que envolve professores, psicólogos e assistentes sociais que amparam esses jovens, que

[8]Programa de inserção formal de jovens no mercado de trabalho, com contrato por tempo determinado e seguindo as regras da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mudando apenas no caráter de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para jovens aprendizes o recolhimento mensal é de 2% e não 8% como para os demais trabalhadores e também não há Seguro-desemprego, pois o contrato possui tempo determinado.

em sua maioria são negros, ou descendentes de nordestinos, oriundos de 319 favelas do Rio de Janeiro, onde a Igreja Católica atende e a Pastoral do Menor desenvolve programas de inclusão, inserção social e promoção da vida, por meio de atividades educacionais, esportivas, artísticas, digitais, entre outras.

O Programa Jovem Aprendiz é o último estágio de trabalho da instituição com estes jovens de áreas vulnerabilizadas. E este é um momento de ruptura da adolescência e o início de uma vida de responsabilidades, compromissos e metas. Neste estágio, a educação se torna um aparato fundamental para convidá-los a um universo de reflexões e críticas, onde não apenas um cartão de ponto deve ser batido diariamente para que o salário chegue ao fim do mês e eles possam entrar na dinâmica do consumo. Mais do que isso, faz-se necessário olhar o engenhoso sistema, que tradicionalmente se apresenta com suas relações de dominação e subordinação da classe assalariada, mantendo excluídos, ou em atividades inferiores, os negros e seus descendentes.

Primando pelo protagonismo e desenvolvimento, bimestralmente revezo a condução das aulas com os alunos e, deixo que eles pesquisem, apresentem, expliquem e debatam conteúdos relacionados ao mundo administrativo e ao tema central da disciplina naquele período. Os trabalhos são elaborados por eles em equipe, e explanados em apresentações que tem o intuito de desenvolver habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, espírito de liderança entre outras aptidões exigidas pelo mercado de trabalho.

A pesquisa, leitura e exposição dos mais variados temas sempre nos proporciona momentos de discussão, troca de experiências pessoais e profissionais. Além de ouvir com atenção e respeito o outro e, estimular os que são mais retraídos a darem suas contribuições em uma esfera onde todos os olhares e vivências importam, abrimos espaço para uma construção de saberes coletivos, aprendizados mútuos e foco no crescimento pessoal e profissional de todas as pessoas.

Esta dinâmica de estímulo à produção de trabalhos, tomada de decisões compartilhando responsabilidades em grupo, respeito às diferenças, autoconhecimento por meio da superação de desafios, reconhecimento da diversidade e sua importância para o convívio mais harmônico e crescimento, conferiu resultados positivos ao meu trabalho e a instituição ao longo de mais de 7 anos de parceria.

Centenas de jovens negros que nunca haviam trabalhado anteriormente foram efetivados pelas empresas parceiras onde o programa de aprendizagem é desenvolvido. No entanto, embora todos sejam impactados de alguma forma durante 1 ano e 4 meses de curso, nem toda mão de obra disponível consegue efetivação ao final do período do contrato de aprendizagem. Nesta complexa saga por uma oportunidade de trabalho, como ficam os jovens negros que retornam a situação de desemprego?

Durante o tempo de cumprimento obrigatório do contrato, os jovens trabalham, desenvolvem novos relacionamentos e passam a participar de uma nova dinâmica social. Sua renda mensal embora não seja muita, pois o trabalho em jornada parcial, 4 horas ao dia, lhes confere apenas o proporcional ao salário-mínimo de acordo com essas horas trabalhadas, ainda assim, esta remuneração os permite dar os primeiros passos em um caminho de independência e possibilita o planejamento de algumas metas. Contudo, como fica a situação do jovem negro egresso, que não foi efetivado pela empresa parceira e necessita retornar as buscas por uma ocupação no mercado de trabalho? Levando-se em consideração o cenário econômico e político nacional dos últimos anos, em que o desemprego se faz crescente e a estrutura nacional ainda é permeada por práticas racistas, a finalidade deste projeto é pesquisar a relação do jovem negro egresso do Programa Jovem Aprendiz da Pastoral Menor nos anos de 2018 e 2019 com o mercado de trabalho. A pesquisa priorizou os anos citados, pois neste período não tínhamos o cotidiano afetado pelo isolamento compulsório causado pela pandemia, logo o movimento dos mercados empregadores não tinham sofrido impacto com novas formas de adaptação e contratação.

Nesse sentido, essa projeto tem por finalidade pesquisar a questão da empregabilidade do jovem negro egresso do Programa Jovem Aprendiz da Pastoral do Menor nos anos de 2018 e 2019, que não foram efetivados pela empresa parceira e necessitam retornar as buscas por uma ocupação no mercado de trabalho, e objetivos específicos: 1) identificar quais são as principais barreiras encontradas pelos jovens negros egressos do programa jovem aprendiz ao retornar ao mercado em busca de um novo emprego; 2) identificar se eles percebem o racismo como uma barreira a ser superada; 3) Analisar se os jovens negros egressos do programa se inserem no perfil de

desalentados[9], ou se a aprendizagem os capacita para superação deste quadro; 4) investigar se o empreendedorismo por necessidade se torna uma alternativa.

Seguindo os objetivos descritos ao longo desta Introdução, essa dissertação será dividida em quatro capítulos. No primeiro, intitulado Raça, Racismo e Construção Ideológica, apresentamos alguns aspectos teóricos gerais, para pensar a sociedade a partir de uma construção que prestigia determinados grupos e exclui outros. Com base na distinção de linhagem e/ou território geográfico, pessoas eram e ainda são consideradas superiores ou inferiores. Esse pensamento discriminatório se desdobra na construção das raças que irá se ancorará no fenótipo para justificar a inferiorização e a escravização.

Leandro Konder ampara nossa discussão no campo da construção social, já para discutir ideologias, o pensamento de Antônio Gramsci e Marilena Chauí subsidiam aparatos argumentativos para a reflexão e escrita deste projeto. Assim como Stuart Hall nos apresenta as fronteiras e as identidades como produção humana, o que nos leva a pensar na construção e hierarquização das raças, a partir do pensamento do professor Kabengele Munanga e, consequentemente no racismo como forma ideológica de discriminação. Para refletir sobre essa construção estrutural no Brasil, dialogamos com Silvio Almeida, Otávio Ianni e Antônio Guimarães.

No segundo capítulo, Juventude, Negritude e Mercado de Trabalho, trabalhamos o conceito de juventude no plural, por entender a diversidade de existências, além de levantar uma perspectiva sobre a população negra e o mercado de trabalho brasileiro ao longo da formação histórica. José Machado Pais é uma das principais vozes para esta reflexão, nos fazendo pensar sobre processos simbólicos, marcos temporais e mudanças que o conceito juventude vai ganhando ao longo do tempo.

Pierre Bourdieu (1983) e o conceito móvel de juventude nos auxilia na reflexão sobre a perspectiva e sensação da fase sofrer mudanças de acordo com quem os sujeitos são comparados. Alinhado à contemporaneidade, proponho a reflexão sobre a juventude brasileira e o momento pandêmico, que o país passou. O Relatório Nacional do CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude) sobre Juventudes e Pandemia do Coronavírus nos auxiliam na pesquisa sobre aquele momento da nação.

---

[9]O IBGE considera o perfil desalentado, a pessoa que gostaria de trabalhar, porém não procura emprego por achar que não encontrará.

No terceiro capítulo, Ações Afirmativas, Juventude Aprendiz e Pastoral do Menor, o foco será pensar em ações afirmativas como ferramenta para contornar distorções sociais criadas ao longo de séculos de desigualdades. Apresentarei os principais pontos da Lei da Aprendizagem, um breve histórico do surgimento da Pastoral do Menor, suas vertentes de atuação enquanto braço de assistência social da Igreja Católica e, alguns pontos de interferência e relevância da instituição como a influência na criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – o Fórum DCA.

Sabrina Moehlecke nos auxilia na compreensão do pensamento a respeito do que são ações afirmativas e, em uma breve fundamentação histórica, passamos pela Conferência de Durban e chegamos ao Brasil, para entendermos como a discussão se dá por aqui. Podemos conhecer um pouco mais do Programa Jovem Aprendiz a partir do Manual da Aprendizagem, documento elaborado pelo Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho. Já o breve levantamento histórico da Pastoral do Menor, é realizado com informações do site da entidade e por documentos internos cedidos pela Instituição, tais como: o Plano de Formação da Pastoral do Menor do ano de 2018 e o documento Princípios, Diretrizes e Organização, de novembro de 2017.

No quarto capítulo, nos dedicamos à pesquisa sobre a relação entre os jovens negros egressos do Programa Jovem Aprendiz da Pastoral do Menor nos anos de 2018 e 2019 e a inserção destes no mercado de trabalho, uma vez que as empresas parceiras não conseguem absorver toda a mão de obra disponível, o que leva parte significativa destas pessoas novamente ao quadro de desempregados. A partir deste cenário, analisar quais as principais barreiras que estes jovens desempregados precisam superar, pois vivemos em país com oportunidades desiguais que se somam ao racismo estrutural, se desdobram em vertentes como o racismo institucional, não permitindo parte do tempo que eles tenham acesso à educação de qualidade, o que consequentemente os confere uma formação que o mundo corporativo tradicional julga ser insuficiente para empresas renomadas e os melhores postos de trabalhos.

Recorrentemente trava-se a discussão sobre a escolha da abordagem ser quantitativa ou qualidade. Se priorizará a interpretação de números ou de um cenário onde estes não apareçam. Se prevalecerá o positivismo ou o subjetivismo. Neste projeto de pesquisa esta escolha não precisou ser feita, pois o mais indicado é que ambas as

abordagens metodológicas estejam juntas para se ter um resultado com maior riqueza de detalhes. Fabiana Luci de Oliveira reforça que:

> [...] a combinação de métodos quantitativos e qualitativos contribui para reduzir as deficiências ou fraquezas específicas de cada método, aumentando a validade externa dos resultados de pesquisa no sentido de corroboração. Mas a visão dominante na literatura hoje não é a de compensação mútua, e sim a de complementaridade ou amplitude, no sentido de que a abordagem multimétodo combina a força das grandes amostras, sua capacidade para a descoberta de padrões e generalizações, com a força dos estudos de caso, e sua capacidade para a identificação dos mecanismos causais. (OLIVEIRA, 2015, p.138)

Pensando na complementaridade das informações, as abordagens quantitativa e qualitativa foram priorizadas para analisar as informações provindas da pesquisa sobre os jovens negros egressos do Programa Jovem Aprendiz da Pastoral do Menor nos anos de 2018 e 2019. Martin Bauer e George Gaskell (2002) destacam ainda que as abordagens podem ser complementares, não havendo quantificação sem qualificação, por exemplo. Segundo os autores:

> Se alguém quer saber a distribuição de cores num jardim de flores, deve primeiramente identificar o conjunto de cores que existem no jardim; somente depois disso pode-se começar a contar as flores de determinada cor. O mesmo é verdade para os fatos sociais. (BAUER E GASKELL, 2002, p. 24).

O levantamento das informações se deu em duas etapas: a primeira fase contou com uma pesquisa em arquivos em Excel que fazem o controle anual de todos os alunos e suas situações na instituição. Um documento interno de acesso restrito aos funcionários da coordenação do projeto, que foi gentilmente cedido por causa da parceria de anos, confiança e seriedade empregada no trabalho desenvolvido e credibilidade da pesquisa frente a organização.

Estes documentos em Excel foram o ponto de partida para identificar as pessoas que seriam abordadas e convidadas a participarem da pesquisa. Há contidas nestes arquivos informações como: dados pessoais (nome completo, data de nascimento, idade, turma que fez parte, dia da semana que estudou, sexo, tamanho do uniforme, ano de ingresso, ano de conclusão, CPF, bairro/comunidade e endereço residencial, telefone de contato, um segundo telefone de contato de um familiar para caso haja qualquer tipo de

emergência tenha outra referência de dado, se beneficiário de programas de assistência do governo, situação acadêmica, informações de contato e responsável pelo jovem na empresa onde a capacitação prática foi realizada e, ainda, dados da pessoa que encaminhou o jovem ao projeto, pois todos os aprendizes da Pastoral migram de projetos pré-aprendizagem realizados dentro da própria instituição).

Além das informações pessoais de cadastro citadas acima, duas outras informações desses arquivos foram cruciais para que os jovens fossem selecionados e os contatos fossem realizados: primeira, a situação empregatícia do egresso após concluir o curso, ou seja, se ele havia apenas se formado, ou se além de formado havia sido contratado pela empresa parceira. Segunda informação vital para participação na pesquisa, observar o campo de autodeclaração racial para saber em qual grupo o jovem se entende pertencente no recorte de raça/cor.

Após realizar o cruzamento de todos esses dados, foi identificado que no ano de 2018, 59 jovens concluíram o programa de aprendizagem da Pastoral do Menor, sendo que somente 21 foram contratados, sendo 4 brancos e 17 negros. Podemos observar que quase o triplo dos jovens concluintes não permaneceram nas empresas em que atuaram como aprendizes. Em 2019, 79 jovens concluíram o curso, porém apenas 13 se mantiveram na empresa como funcionários com contratos a partir de então por tempo indeterminado, sendo 4 brancos e 9 negros.

No ano de 2018 não foram contratados logo após concluir o Programa Jovem Aprendiz 38 participantes, sendo 9 brancos e 29 negros. No de 2019 esse número subiu para 66 pessoas, sendo 12 brancos e 54 negros. Entre concluintes contratados e não contratados em 2018 e 2019 tivemos 138 pessoas e destas 34 foram contratadas e 104 não foram contratadas. Ou seja, para cada jovem contratado, pelo menos 3 não foram contratados.

Dentro deste grupo de 104 pessoas não contratadas, 83 eram negras. Realizei contato com 60 ex-aprendizes, o que corresponde a aproximadamente 75% do grupo de interesse, os 13 demais não consegui localizá-los por nenhum canal. O contato foi estabelecido por meios digitais e as redes sociais foram fundamentais neste processo. Whatsapp, Facebook e Instagram foram utilizados para enviar uma mensagem de aproximação, explicar o motivo do contato e realizar o convite para participação da pesquisa. A mensagem inicial foi composta do seguinte conteúdo: “Olá, nome do ex-

aprendiz! Tudo bem? Confirme duas informações, por favor! Você concluiu o curso de jovem aprendiz da Pastoral em 2018 ou 2019? Foi contratada (o) pela empresa onde fez a capacitação prática?".

A mensagem foi encaminhada para 60 pessoas, dentre estas 54 deram retorno e 45 demonstraram interesse e concordaram em participar da pesquisa. Contudo, deste grupo final, apenas 36 pessoas responderam ao questionário, as 9 demais não retornaram o contato após a pesquisa ser disponibilizada na plataforma oficial em que o levantamento foi realizado. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário contendo 38 perguntas, sendo 22 perguntas fechadas para que pudéssemos realizar o levantamento quantitativo dos dados e 16 perguntas abertas nos dando a possibilidade de entender qualitativamente as percepções e construções de olhares das pessoas participantes.

Foram levantados dados demográficos: idade atual e no ano de conclusão do curso, renda familiar, local de residência, autodeclaração racial, situação acadêmica, estado civil, ano de conclusão do curso, situação empregatícia após o término do contrato e tempo que passou sem emprego. Foi solicitado também que as pessoas respondentes descrevessem suas percepções e pareceres: que citassem as 4 principais barreiras que enfrentaram ou ainda enfrentam quando se lançam na busca por um emprego; se percebem o racismo como uma barreira no mercado de trabalho e se lhes foi informado o motivo da não contratação.

O cadastrado do questionário foi realizado na Plataforma Google no ícone Formulários, ferramenta é gratuita, permite construir perguntas abertas e fechadas, para respostas curtas e longas, questões de múltipla escolha, caixa de seleção em que mais de uma resposta é aceita e lista de opções com escala de valores. As pessoas participantes puderam responder ao questionário entre os dias 21/03/2022 e 11/04/2022. Este período foi escolhido, pois a data de início foi uma segunda-feira e a data término também, ou seja, compreendeu 3 semanas completas e 3 finais de semana. Ao longo deste tempo, em todas as sextas-feiras, 25/03/2022 - 01/04/2022 e 08/04/2022, um novo contato foi feito com os jovens que não tinham dado retorno positivo quanto ao preenchimento do questionário.

Para acompanhamento do número de pessoas respondentes, foi estruturada uma lista com os nomes de todos os 45 pretensos participantes e, à medida que as mensagens

foram disparadas as sextas-feiras, os egressos sinalizam se já tinham respondido, ou se ainda fariam a atividade nos próximos dias. A escolha da sexta-feira para o envio da mensagem de sensibilização se deu, pois sábado e domingo tradicionalmente são dias em que as pessoas conseguem ter mais tempo livre para realizarem tarefas que não são ligadas à vida profissional ou acadêmica.

No final de fevereiro o questionário foi enviado para a revisão e aprovação do professor-orientador. Após o retorno, o mesmo documento foi direcionado para uma das pessoas participantes para termos percepção de como estavam as perguntas, se eram compreensíveis, se faziam sentido, se faltavam algum tipo de informação que eles achariam interessante, se alguma questão poderia sair e qual tempo médio para respostas.

O retorno da leitura teste levou aproximadamente 15 dias, permitindo então realizar a revisão após apontamentos na construção das questões número 06 e 07, que abordam identidade de gênero e orientação sexual. Realizada as devidas correções, dia 21/03 a pesquisa entrou no ar.

Tabela 1 - Sujeitos da pesquisa, perfil básico e base para participação

Respondente	Idade	Escolaridade	Onde mora?	Autodeclaração racial	Ano de conclusão	Foi contratado
Pessoa Respondente Nº 1	21	Ensino Médio Completo	Acarí	Amarela	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 2	22	Ensino Médio Completo	Costa Barros	Negra/Preta	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 3	22	Ensino Médio Incompleto	Cidade Alta	Negra/Preta	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 4	23	Ensino Médio Completo	Tauá	Negra/Parda	2018	Não

Pessoa Respondente Nº 5	23	Ensino Superior Incompleto	Gramacho	Indígena	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 6	22	Ensino Médio Completo	Campo Grande	Negra/Parda	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 7	20	Ensino Médio Completo	Belford Roxo	Negra/Preta	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 8	21	Ensino Médio Completo	Maré	Negra/Parda	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 9	21	Ensino Médio Incompleto	Maré	Negra/Parda	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 10	23	Ensino Médio Completo	Jardim Palmares Paciência	Negra/Parda	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 11	21	Ensino Médio Completo	Anchieta	Negra/Preta	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 12	20	Ensino Médio Completo	Bangu	Negra/Preta	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 13	20	Ensino Superior Incompleto	Penha	Negra/Preta	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 14	22	Ensino Médio Completo	Vila Pauline, Belford Roxo	Negra/Preta	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 15	20	Ensino Médio Completo	Campo Grande	Negra/Preta	2019	Não

Pessoa Respondente Nº 16	22	Ensino Médio Completo	São João de Meriti	Negra/Preta	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 17	20	Ensino Médio Completo	Campo Grande	Negra/Preta	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 18	23	Ensino Médio Completo	Rocinha	Negra/Preta	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 19	23	Ensino Médio Completo	Santa Cruz	Negra/Parda	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 20	20	Ensino Médio Completo	Cidade Alta	Negra/Preta	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 21	22	Ensino Superior Incompleto	Inhauma	Negra/Preta	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 22	20	Ensino Superior Incompleto	Mangui nhos	Negra/Preta	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 23	22	Ensino Superior Incompleto	Deodoro	Negra/Parda	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 24	20	Ensino Médio Completo	Cidade de Deus	Negra/Preta	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 25	20	Ensino Superior Incompleto	Cidade de Deus	Negra/Parda	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 26	22	Ensino Médio Completo	Vila do João	Negra/Parda	2019	Não

Pessoa Respondente Nº 27	23	Ensino Médio Completo	Penha	Negra/Parda	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 28	23	Ensino Médio Completo	Maré	Negra/Parda	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 29	19	Ensino Médio Completo	Nova Holanda	Amarela	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 30	22	Ensino Médio Completo	Cidade de Deus	Negra/Parda	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 31	20	Ensino Médio Completo	Nova Holanda	Negra/Parda	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 32	23	Ensino Médio Completo	Santa Cruz	Negra/Preta	2018	Não
Pessoa Respondente Nº 33	22	Ensino Médio Completo	Cidade Alta	Negra/Parda	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 34	20	Ensino Médio Completo	Cidade de Deus	Negra/Preta	2019	Não
Pessoa Respondente Nº 35	22	Ensino Médio Completo	Kelson	Negra/Parda	2018	Não
Pessoa Respondente 36	23	Ensino Superior Incompleto	Maré	Negra/Preta	2019	Não

Fonte: Elaborado pelo Pesquisador

1- Raça, racismo e construção ideológica

Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. (ALMEIDA, 2018, p.18).

1.1- Ideologia e construção social

A construção de modernização vivida pelas sociedades capitalistas, não pode ser apartada de um processo de violência inserido nesse caminhar. Exclusões, apagamentos, transformações e surgimento de novas maneiras de existir, ou de reexistir em espaços que foram forjados e divididos segundo os critérios e interesses de grupos específicos. Essa contradição, na verdade, está presente nas sociedades cuja divisão de classes sociais e a propriedade privada dos meios de produção constituíram elementos estruturais, mesmo não tendo o modo de produção capitalista como forma de organização.

Por exemplo, provindas de um berço idealizado na Grécia, a constituição das cidades-Estado do mundo ocidental teve na pólis seu referencial “civilizador”, porém ao mesmo tempo em que conferia civilidade/cidadania a um grupo, deixava as margens todos aqueles que não possuíam as mesmas características do grupo dominante. Segundo Leandro Konder:

> Em Atenas, a cidade deu origem à ideia de cidadania. O conceito chegou até nossos dias, porém seu significado sofreu alterações importantes. Para Aristóteles, cidadão era quem podia – e devia – participar das decisões do governo. Quer dizer: pela primeira vez na história os cidadãos constituíam um grupo numeroso, mas ainda assim minoritário, já que ficavam excluídos da cidadania os escravos, as mulheres e as pessoas que não haviam nascido em Atenas. (KONDER, 2001, p.26-27).

A pólis se configura como o espaço compartilhado onde os homens conviviam civilizadamente e exerciam seus direitos cidadãos, ou seja, seus direitos políticos. Frente a uma massa dominada e subjugada, o grupo que exercia o poder passava a organizar os espaços sociais segundo os seus pontos de vista e interesses procurando naturalizar as relações sociais, políticas e econômicas dominantes. Como escreve Leandro Konder: “Cada pessoa, cada grupo, ao intervir na política, ou ao se omitir em face dela, tende a acreditar que seu ponto de vista é mais adequado às necessidades ou às conveniências da humanidade do que o ponto de vista dos outros” (KONDER, 2001, p.26).

Definir que uma nação, ou até mesmo um grupo de pessoas dentro deste espaço territorial é superior aos demais grupos não passa do exercício de poder e dominação que ao longo da história sempre fascinou e esteve presente no meio da humanidade, mediando relacionamentos e conferindo algum tipo de vantagem a um grupo privilegiado. A possibilidade de perder o domínio nestes lugares de privilégio para outros grupos por meio das lutas de classe, faz as elites estabelecerem como uma visão de mundo predominante uma ideologia que esteja mais de acordo com seus interesses econômicos, políticos e sociais.

Em outras palavras, a ideologia dominante transmite ideias, crenças e valores para se ter uma sociedade equilibrada e ordeira, dentro da sua concepção de mundo. Na verdade passa uma concepção de mundo ligado aos interesses dos grupos dominantes, como reflete Konder:

> Em face desse processo histórico, a ideologia conservadora atua de duas maneiras diversas: 1) em uma linha explicitamente antidemocrática, de oposição ao processo; e 2) em uma linha que declara sua adesão ao movimento de construção e aprimoramento da cidadania, porém de fato subordina o apoio à preservação de um controle feito por setores de elite. (KONDER, 2001, p. 27).

Marilena Chauí (1980) afirma que Marx concebe a história como um conhecimento dialético e materialista da realidade social de onde provém sua formulação ideológica. Entre as várias fontes de concepção de pensamento do filósofo, encontra-se Hegel, pensador no qual Marx fazia uma leitura crítica para estabelecer algumas de suas perspectivas sobre a realidade. Do pensamento hegeliano, Chauí (1980) afirma que da relação entre posses, proprietários e interesses, surgem as esferas familiares em um primeiro instante, em um segundo momento surge a sociedade.

A existência de múltiplas famílias traz à tona a ideia de contradição, que ocorrerá entre o membro da família e o não membro da família. A luta entre as famílias constitui o primeiro momento da sociedade civil. A partir de agora com a segmentação do que é interesse privado e interesse público, tendo o Direito como medidor e regular das ações e divergências entre famílias, dentro e fora de seus núcleos.

O interesse público é mediado pelo Direito Público onde o Estado está acima do indivíduo, pois representa interesses de uma sociedade em geral. O interesse privado está na esfera do Direito Privado, defende os interesses de atores sociais envolvidos em uma ação e estes não possuem grau de superioridade um em relação ao outro.

Marx afirma que a contradição de ideias aparece nas relações sociais, no modo de produção, apropriação, distribuição e uso de bens, porém a ideologia dominante faz com que estas pareçam naturais e não uma construção segregacionista:

> […] A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal e qual *realmente* são, isto é, tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de suas vontades. (MARX e ENGELS, 1996, p.35).

A ideologia burguesa faz com que proprietários privados do capital e trabalhadores despossuídos pareçam uma única moeda que se complementam. Porém a coroa/nobreza existe e a cara/povo subsiste não tendo poder nem mesmo sobre seu tempo, pois as regras construídas pela elite burguesa ditam exatamente como deve ser o comportamento de cada pessoa. A pedagogia e a ciência refletem essas ideologias. O aparato do saber, seus centros de encontros e o que foi cuidadosamente selecionado para

ser ensinado, com quais recortes, o que deveria ser tido como importante, em qual idioma, tudo isso é um reflexo da ideologia dominante.

A mesma dominação se reflete nas relações de trabalho, esta inclusive dita o modo de existir em uma sociedade moderna, onde um ator social necessita de um emprego para se tornar respeitado e homem de bem, que tem condições de honrar com seus compromissos e toda sua existência. Para que um ator social mude seu status de indivíduo para cidadão, aquele que tem direitos, que é respeitado, ou pelo menos não é mal visto perante a sociedade, este precisa de um trabalho. Ou seja, de um chancelador de existência digna e, quase sempre o indivíduo está mais preocupado em se enquadrar dentro desta realidade de existência, do que refletir e reivindicar um novo modelo social:

> A ideologia burguesa, através de seus intelectuais, irá produzir ideias que confirmem essa alienação, fazendo, por exemplo, com que os homens creiam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem e os preguiçosos, empobrecem. Ou, então, faz com que creiam que são desiguais por natureza, mas que a vida social, permitindo a todos o direito de trabalhar, lhes dá iguais chances de melhorar – ocultando, assim, que os que trabalham não são senhores de seu trabalho e que, portanto, suas "chances de melhorar" não dependem deles, mas de quem possui os meios e condições do trabalho. Ou, ainda, faz com que os homens creiam que são desiguais por natureza e pelas condições sociais, mas que são iguais perante a lei e perante o Estado, escondendo que a lei foi feita pelos dominantes e que o Estado é instrumento dos dominantes. (CHAUÍ, 1980, p. 30-31).

A ideologia e o Estado são, portanto, instrumentos nos quais as elites burguesas utilizam para dominar e manterem-se em seus lugares de prestígio. As ideias da classe dominante se tornam predominantes no âmbito político, econômico, moral, intelectual, científico, ou seja, em todos os planos sociais. O pensamento marxista ressalta que a classe dominante produz e distribui ideologias por meio dos aparatos sociais, como o sistema educacional, a indústria cultural, o ordenamento jurídico, os meios de comunicação, dentre outros. Deste modo suas ideias se tornam base para um comportamento que se reproduz comum e universal a todos:

> As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes (....). A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispões, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual (…) entre outras coisas, dominam também como

> pensadores, como produtores de ideias, que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo as ideias dominantes da época. (MARX e ENGELS, 1996, p. 72).

O que levou os homens atenienses, as elites modernas, os regimes antidemocráticos de extrema-direita como o nazismo e o fascismo e/ou até mesmo os monarcas a se sentirem superiores aos demais grupos sociais simplesmente por terem nascido em uma parte específica do globo terrestre, ou em uma determinada família? Uma única resposta une esses grupos: o exercício do poder! Isto porque a biologia e genética apontam que não há nenhuma diferença entres os homens, logo, a construção discursiva de superioridade não passa de uma ideologia de dominação. Como afirma Stuart Hall:

> As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos… As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma comunidade imaginada. (HALL, 2006, 50-51).

Por meio de um discurso nascido no seio das elites e da supressão de direitos e cidadania, grupos dominantes desenharam abomináveis cenários na história da humanidade. O ideal de um povo de sangue puro, que queria defender e fortalecer sua nação, conferiu a Hitler o direito de perseguir, torturar e matar milhares de judeus, entre outras minorias étnicas durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945). O sentimento de inglesidade permitiu à Inglaterra subalternizar e explorar um quarto da terra, durante o período do colonialismo e, principalmente, do imperialismo.

Porém, tanto a Alemanha quanto a Inglaterra e todos os outros países da Europa, foram construídos no encontro e intercruzamento de diversos povos que ali chegaram. A ideia de "sangue puro" ou de "inglesidade" são apenas duas ideologias forjadas para unificar uma identidade local em torno de uma comunidade imaginada que teve por finalidade espoliar, escravizar e matar aqueles que eles julgavam insignificantes,

abomináveis e que estavam em seu caminho, prejudicando seus planos dominação e poder. A respeito disso, Hall nos diz que:

> O argumento que estarei considerando aqui é que, na verdade, as identidades não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós só sabemos o que significa ser "inglês" devido ao modo como a "inglesidade" (Englishness) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. (HALL, 2006, p. 48-49).

O modelo de nação no mundo ocidental segue os moldes eurocristão patriarcal, com elementos dominantes e todos os signos extraeuropeus são reduzidos a um lugar de subalternidade, tendo que ser eliminados ou passarem por uma transformação para então serem aceitos. Aimé Césaire (1978) afirma que este é um grande perigo, pois a empresa colonial é para o mundo moderno o mesmo que império romano foi para o mundo antigo: preparador de desastres e uma grande catástrofe.

O ideal de nação se confere em um problema a ser revisitado e debatido incansavelmente, pois segundo Césaire, este é um fenômeno burguês, e:

> A burguesia, como classe, está condenada, quer se queira, quer não, a ser responsável por toda barbárie da História, as torturas da Idade Média e a Inquisição, a razão do Estado e o belicismo, o racismo e o esclavagismo, em suma, tudo o que protestou em termos inolvidáveis, no tempo em que, classe ao ataque, encarnava o progresso humano. (CÉSAIRE, 1978, p.56).

Hall (2003) afirma que a via para a modernidade é marcada pela conquista, exploração, genocídio, escravidão pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial. Todo esse engenhoso e enorme sistema de dominação embruteceu, desumanizou e ao mesmo tempo descivilizou o colonizador e colonizado. E assim foi se solidificando o poder das grandes nações europeias, construído marcadores de superioridade para si e inferioridade para os outros.

Quando refletimos sobre a Inglaterra, não há nada mais simbólico como representação do país do que a real família britânica. A monarquia faz-se ecoar em toda parte do mundo como referência de tradição, poder, elitismo e inglesidade. Existe uma suntuosidade que envolve a família em suas raras aparições e principalmente nos

eventos promovidos pelos nobres britânicos. Porém, como aponta Hall, todo esse deslumbre também é uma construção de tempos específicos:

> [...] Por exemplo, "nada parece ser mais antigo e vinculado ao passado imemorial do que a pompa que rodeia a monarquia britânica e suas manifestações cerimoniais públicas. No entanto…, na sua forma moderna, ela é o produto do final do século XIX e XX". (HOBSBAWN e RANGER apud HALL, 2006, p. 54).

Assim como a família real britânica construiu seus símbolos e referenciais de tradição para se distanciar e diferenciar do resto do povo e, exercer domínio e controle com a finalidade de se beneficiar deste lugar de privilégio, a Europa como um todo fabricou um sistema muito funcional de civilidade, em que eles deveriam direcionar a construção dos signos de modernidade no mundo. A invasão e unificação de territórios, a imposição de um conjunto de valores no campo das ideias ou até mesmo por meio da força, tudo isso tem por finalidade o exercício da manutenção do poder:

> A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade. (HALL, 2006, p. 49-50).

Chauí (1980) afirma que existem várias determinações que constituem o fenômeno da ideologia. Entre eles a divisão social do trabalho, em particular entre o trabalho material/manual do trabalho espiritual. Esta divisão faz com que muitos homens acreditem que não nasceram para determinadas funções ou postos superiores em uma relação de trabalho. A disseminação desta ideologia mantém em uma esfera de poder e dominação uma classe privilegiada, cristalizando este lugar como natural a estas pessoas e excluindo do mesmo modo as outras. A autora ainda ressalta que a ideologia não tem história, mas sim, fabrica histórias e essas histórias que muitas das vezes nascem nos meios científicos e acadêmicos e, se popularizam na sociedade são construídas pelas burguesias para manter-se como classe dominante. A história é contada sob o ponto de vista deles, enfocando exatamente o que para eles é interessante para se manterem como superiores:

> O vencedor ou poderoso é transformado em único sujeito da história não só porque impediu que houvesse a história dos vencidos (ao serem derrotados, os vencidos perderam o "direito" à história), mas simplesmente porque sua ação histórica consiste em eliminar fisicamente os vencidos ou, então, se precisa do trabalho deles, elimina sua memória, fazendo com que se lembrem apenas dos feitos dos vencedores. Não é, assim, por exemplo, que os estudantes negros ficam sabendo que a Abolição foi um feito da Princesa Isabel? As lutas dos escravos estão sem registro e tudo que delas sabemos está registrado pelos senhores brancos. Não há direito à memória para o negro. Nem para o índio. Nem para os camponeses. Nem para os operários. (CHAUÍ, 1980, p. 47).

A lógica do apagamento é funcional para um sistema exploratório e conquistador. Retirar, por exemplo, no Brasil, a possibilidade da população negra conhecer a história dos seus antepassados e todas as lutas travadas até a Abolição e, muitas outras no pós-abolição, contribui para uma construção de visão inferiorizante que muitas pessoas negras terão de si mesmas e, consequentemente a tentativa de afastamento dos símbolos que poderiam fortalecer este grupo.

A ideologia racista no Brasil tentou de todas as formas apagar a existência e a importância da população negra na história nacional, relegando-os apenas a uma massa de braços acorrentados que produzia em lavouras e outros trabalhos operacionais. Tentaram abafar qualquer vestígio de intelectualidade negra, como o embranquecimento de Machado de Assis nos livros de história. O clareamento de Chiquinha Gonzaga em série televisiva. O não mencionamento dos saberes vindos de África para a construção civil, para o planejamento e execução da extração de minérios e até mesmo as técnicas para agricultura e carpintaria, por exemplo. Contudo, assim como há a ideologia dos setores dominantes, de tempos em tempos também vemos surgir a ideologia dos setores dominados.

É no campo das ideias que primeiro se estabelece todo um modo de organizar, produzir e controlar uma sociedade. Por meio das construções ideológicas os homens se sentem pertencentes a um determinado grupo, ou são sumariamente excluídos. São as ideologias que fazem os sentidos existirem para um ator social. A interferência e alteração de uma realidade passa por entender como os mecanismos de sustentação desta realidade se apresentam, a partir de então pode-se construir um novo olhar entorno do que até era apresentado como senso comum. O pensando gramsciano endossa que:

> […] o contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p. 103).

A organização de atores sociais em torno de uma ideologia pode contribuir para a mudança do cenário no qual estes estão inseridos. A reflexão do que se construiu como pensamento normativo quando se torna questionável, desloca a ideologia dominante da regra e faz com que as ideias dos simples se elaborem e emerjam assimetricamente a pretensa regra social única que prestigia o grupo detentor do padrão de pensamento. A tomada de consciência por parte das classes dominadas corrobora para a desconstrução das distorções criadas e apresentadas como realidade imutável pela ideologia dominante.

Gramsci (1999) reforça ainda que o marxismo é antítese a esta posição das ideologias dominantes, ou seja, o contraponto a filosofia tradicional faz surgir um novo pensamento, como, por exemplo, a consciência de classe a partir do momento em que o trabalhador toma consciência de sua aviltante situação dentro de uma construção social erguida para explorar sua mão de obra e, fazendo com que esse perceba que apenas a luta junto com os outros membros da sua classe pode levar a uma transformação da realidade. Sendo assim, logo, a revolução das ideias pode ser de vital importância para mudar o status de um determinado povo ou nação. Segundo Hall:

> […] Por ideologia eu compreendo os referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como uma sociedade funciona. Está relacionada principalmente com os conceitos de linguagens do pensamento prático que estabilizam uma forma particular de poder e dominação; ou que reconciliam e acomodam as massas em seu lugar de subordinado na formação social. Está relacionada ainda aos processos pelos quais as novas formas de consciência e as novas concepções de mundo emergem, capazes de conduzir as massas em uma ação histórica contra o sistema dominação ” (HALL, 2003, p. 267).

Por meio da ideologia é possível formar interpretações de determinados cenários e Hall (2003) afirma que neste caso é possível compreender sua função enquanto

ferramenta de formação social, que irá orientar a luta por mudança da realidade social e ainda abrir caminho para uma transformação socialista.

Do mesmo modo que os setores dominantes constroem suas ideologias com base em interesses e experiências sociais, os setores dominados ao tomarem consciência dessas construções e deturpações constituídas como o real, podem elaborar seus pensamentos e ressignificar seus papéis nos cenários político-sociais aos quais pertencem, pondo em cheque o que pretendia-se como ordem condutora de pensamentos e comportamentos.

A partir deste olhar, a construção do país e de sua história necessita urgentemente passar por uma releitura, e mudar o cenário visto que ideologias racistas gestadas em centros acadêmicos e popularizadas no tecido social se utilizaram de critérios nada científicos para inferiorizar e subalternizar a população negra. Assim como o racismo foi construído, ele precisa ser desconstruído.

1.2 - Ideologia racista

O racismo como corrente ideológica construída, a partir de interesses e relações de poder de um grupo para com os outros, se impregna nas mais diversas culturas estando presente nas relações entre os atores sociais. Embora desmoralizado na ciência e nos meios intelectuais na qual fora gestado, nos meios populares e em comportamentos cotidianos, o racismo ainda se mostra presente. Partindo deste princípio nota-se que o conceito raça é uma construção de tempo específico, com finalidade específica. Firmado em teorias biologizantes, a divisão de pessoas em raças diferentes é operacional para o mundo capitalista e enriquecimento de uma classe dominante.

Biológica e geneticamente é comprovado que não há diferença entre as raças. Kabengele Munanga (2010) ressalta que a diferença entre os genes dos indivíduos é de menos de 1% na construção do seu patrimônio genético, implicando na construção de características como textura do cabelo, cor da pele, formato dos lábios ou nariz, por exemplo. O autor afirma ainda que os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificar pessoas em raças diferentes e com

predileções embasadas em critérios científicos. O conceito raça que surge para classificar animais e plantas, na botânica e na zoologia, vai se deslocando ao longo do tempo também para classificar pessoas de grupos fisicamente diferentes:

> Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada como a Plebe. Não apenas os Francos se considerava como uma raça distinta dos Gauleses, mais do que isso, eles se consideravam dotados de sangue "puro", insinuando suas habilidades especiais e aptidões naturais para dirigir, administrar e dominar os Gauleses, que segundo pensavam, podiam até ser escravizados. (MUNANGA, 2010, p.1).

Com as grandes navegações ocorrendo com maior intensidade, a partir do século XV e XVI, e os europeus se deparando com inúmeros povos diferentes ao redor da terra, a humanidade do outro começa é posta em cheque, como uma questão a ser pensada por eles que julgavam-se ser superiores e civilizados. Negros, ameríndios, melanésios passam a ter suas condições humanas pensadas a partir de um pensamento eurocristão que tinha por finalidade dominar e exercer o poder:

> A península ibérica constitui nos séculos XVI-XVII o palco principal dos debates sobre esse assunto. Para aceitar a humanidade dos "outros", era preciso provar que são também descendentes do Adão, prova parcialmente fornecida pelo mito dos Reis Magos, cuja imagem exibe personagens representantes das três raças, sendo Baltazar, o mais escuro de todos, considerado como representante da raça negra. Mas o índio permanecia ainda um incógnito, pois não incluído entre os três personagens representando semitas, brancos e negros, até que os teólogos encontraram argumentos derivados da própria bíblia para demonstrar que ele também era descendente do Adão. (MUNANGA, 2010, p.1).

No século XVIII, a ciência europeia passou a classificar os povos em raças estanques utilizando fundamentalmente a cor da pele como fator da segmentação. Munanga (2010) afirma que no século seguinte os critérios morfológicos são incluídos para aperfeiçoar a classificação e distanciar ainda mais os indivíduos. O formato do nariz, dos lábios, do queixo, o ângulo facial, o desenho craniano, a textura do cabelo, entre outros critérios visíveis e corpóreos, foram utilizados para justificar a objetificação

e subalternização de povos. Quanto mais reduzisse a humanidade do outro, mas poderia exercer poder e tirar vantagens em um cenário cadenciado por exploração e exclusão.

Não haveria nenhum problema em reconhecer diferenças e classificar a diversidade da humanidade. No entanto, a princípio com um embasamento religioso e depois buscando justificava na genética, a classificação das raças serviu para hierarquizar os povos criando uma escala de valor onde quanto mais branco, mais valioso e prestigiado e quanto mais preto, pior e demonizado. Frantz Fanon (2008) endossa este pensamento dizendo que a inferiorização de nativos colonizados está intrinsecamente ligada à ideia de superioridade que o europeu tinha de si mesmo, ou seja, para o pensador martinicano o racista cria o inferiorizado:

> […] É evidente que o malgaxe pode perfeitamente suportar não ser branco. Um malgaxe é um malgaxe; ou melhor, um malgaxe não é um malgaxe: existe absolutamente uma "malgaxice". Se ele é malgaxe, é porque o branco chegou, e se, em um dado momento da sua história, ele foi levado a se questionar se era ou não um homem, é que lhe contestavam sua humanidade..." (FANON, 2008, p.94).

Uma vez que comprovadamente apresentado por estudiosos desta área do conhecimento que raça não é uma realidade biológica, podemos observar que o conceito de raça como é utilizado até hoje para objetificar e inferiorizar as pessoas está impregnado por ideologias que irão privilegiar determinado grupo em detrimento e a partir da exploração de outros:

> […] o conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou "raças sociais" que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2010, p. 4).

Logo, embora a biologia assegure a não existência das raças, política e socialmente elas existem e esta construção serve para dominar e excluir. A partir da segmentação e hierarquização das raças, o racismo passa a atuar de modo objetivo e subjetivo determinando nos cenários os papéis sociais que os indivíduos devem exercer.

Silvio Almeida (2018), aponta que o racismo é um processo político e histórico, que constitui subjetividades e conecta a consciência e o afeto dos indivíduos às práticas sociais.

Além de um processo histórico e político evidenciando como determinadas estruturas são moldadas, o racismo determina hábitos de povos e nações, uma vez que este recai sobre o comportamento daqueles que acreditam na existência de raças inferiores e superiores partindo da perspectiva que características físicas, intelectuais, morais e culturais podem tornar hierarquicamente um grupo melhor e o outro pior:

> Estudar as relações entre racismo e a cultura é levantar a questão da sua ação recíproca. Se a cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais oriundos do encontro do homem com a natureza e com o seu semelhante, devemos dizer que o racismo é, com efeito, um elemento cultural. Assim, há culturas com racismo e culturas sem racismo. (FANON, 2019, p. 64).

Se há culturas com racismo e outras em que este inexiste, o racismo não deve ser encarado com um elemento natural que estabelece as relações entre os atores sociais. Do mesmo modo que cria a raça, o racista também cria o racismo, que opera muito bem dentro de um sistema de exploração e de exclusão para que alguns se beneficiem, enquanto outros são objetificados e tenham suas existências reduzidas a uma produção voltada ao lucro e benefícios para um grupo dominante.

Assim como na construção da raça, a construção do racismo em seu primeiro momento teve a religião cristã como firmador e chancelador desta ideologia e com o passar do tempo, suas bases discriminatórias se deslocam para a ciência. Na religião o pensamento girou em torno do mito de Cam, filho de Noé que fora amaldiçoado pelo próprio pai após uma brincadeira desrespeitosa. Os descendentes de Cam pagariam pelo ato sendo escravizados pelos descendentes dos dois outros irmãos, Jafé e Sem. No final do século XIX com a teoria do determinismo racial a ideologia racista se desloca da religião para ciência, usando marcadores como cor da pele, cabelo, entre outras características físicas para justificar a hierarquização e inferiorização das pessoas:

> Essa mudança de perspectiva foi considerada como um salto ideológico importante na construção da ideologia racista, pois passou-se de um tipo de explicação na qual o Deus e o livre arbítrio constitui o eixo central da divisão da história humana, para um novo tipo, no

> qual a Biologia (sob sua forma simbólica) se erige em determinismo racial e se torna a chave da história humana. Insisto sobre o fato de que o racismo nasce quando faz-se intervir caracteres biológicos como justificativa de tal ou tal comportamento. É justamente, o estabelecimento da relação intrínseca entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores. (MUNANGA, 2010, p.5).

Raça não é uma realidade biológica, então, seguindo esta lógica bastaria apresentar ao racista o conhecimento científico que aponta para a igualdade entre os homens e a inexistência de raças para que o racismo fosse extinto. Contudo, assim como salienta Silvio Almeida (2018), além de moldar o consciente dos indivíduos, o racismo molda também o inconsciente das pessoas criando representações e modelos imaginários individuais e coletivos:

> […] mais do que a consciência, *o racismo como ideologia molda o inconsciente*. Dessa forma, a ação dos indivíduos, ainda que conscientes, "se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente".Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas. Desse modo, a vida "normal", os afetos e as "verdades" são, inexoravelmente, perpassados pelo racismo, que não depende de uma ação consciente para existir. (ALMEIDA, 2018, p. 41).

Munanga (2010) endossa o pensamento dizendo que as crenças dos racistas não recuam, pois estes são movidos por outra racionalidade sem base científica, uma vez que observamos o acesso à ciência por meio da educação se ampliar e abarcar um número maior de atores sociais. O racismo enquanto constructo ideológico hierarquizante firmado em pensamentos e ações de uma camada dominante, dissemina no tecido social a ideia de que o oposto ao seu reflexo é inferior e não merece estar nas mesmas dimensões de poder e prestígio.

A subalternização do outro por meio da força e a associação a inaptidão a espaços de poder por julgamentos com base em suas características físicas, psicológicas, morais e/ou intelectuais norteiam as relações sociais entre brancos e não brancos no mundo ocidental. Segundo Munanga, mesmo que raça inexista biologicamente, isto é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam, pois o difícil

de fato é aniquilar as raças fictícias que rondam as representações sociais e imaginários coletivos.

Fanon (2019) ressalta que todo país colonial é um país racista, na verdade, todo grupo colonialista é um grupo racista. As colônias se firmam em cima de modelos existenciais baseados na escravização e exploração da força de trabalho local, submetendo a população ao trabalho compulsório com baixo ou nenhum pagamento, chegando em alguns casos à escravização, logo, neste cenário, não há a possibilidade de usar a força de trabalho do outro sem coisificá-lo. A coisificação do outro o põe automaticamente em um lugar de subalternidade, a servidão é razão da sua existência perante a visão dominante.

A estrutura social das colônias é perpassada por esses modelos de construção e o colonizado é representado como objeto inferiorizado. O racismo se firma em práticas cotidianas e é reforçado pelos aparatos sociais, como o sistema de educação, por exemplo, em que a história sempre é contada a partir do ponto de vista do grupo dominante. O colonizador é quem tinha o monopólio do saber e o povo colonizado relegado ao epistemicídio. Quando não invisibilizado por meio de ausências e apagamentos, a representação do colonizado, ou ex-colonizado se dá de modo estereotipado reforçando a construção racista no imaginário social:

> O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticulosos e racionais em suas ações. (ALMEIDA, 2018, p. 41).

As práticas discriminatórias nas quais o racismo se firma são reforçadas cotidianamente pelas estruturas que moldam e solidificam as relações e o pensamento social. Por isso, embora seja a parte mais embrutecida de uma estrutura, com o passar do tempo o racismo também vai mudando seu modo de performar e se apresentando de modo menos grosseiro. Munanga (2010) reforça a ideia de que enquanto o racismo clássico se apoia na noção de raça, o novo racismo se alimenta na noção de etnia

definida como um grupo cultural, categoria que constitui um lexical mais aceitável que a raça.

Alguns estudiosos inclusive defendem a necessidade da extinção da palavra raça, uma vez que os indivíduos são biologicamente iguais. No entanto, entender que histórica e politicamente as raças se constituem de modo diferente é fundamental para um caminho mais igualitário socialmente. As políticas públicas e ações afirmativas em um país com proporções continentais como o Brasil, com uma construção extremamente desigual, passam por reconhecer as diferenças sociais dos indivíduos, por meio de pesquisas censitárias, por exemplo, e a partir de então poder pensar em ferramentas equitativas para chegarmos a um cenário mais igualitário. Inclusive, entender as diferenças dos conceitos de raça e etnia se tornam fundamentais para a construção deste lugar mais justo e com menos discriminações, pautando a diversidade como elemento fundamental para uma sociedade mais rica e plural.

Enquanto raça estava ligada ao conceito morfo-biológico, a etnia é sociocultural. Quando se imagina as multiplicidades socioculturais existentes até mesmo dentro de um único território, dá-se para imaginar a quantidade de conflitos que podem ocorrer. O mundo ingressa no século XXI com inúmeras dessas questões ganhando cada vez mais notoriedade. Dilemas modernos que antes eram impensáveis de serem discutidos ganham visibilidade, como afirma Octavio Ianni:

> É assim que o mundo ingressa no século XXI, debatendo-se com a questão racial, tanto quanto com a intolerância religiosa, a contradição natureza e sociedade, as hierarquias masculino-feminino, as tensões e lutas de classes. São dilemas que se desenvolvem com a modernidade, demonstrando que o "desencantamento do mundo" como metáfora do esclarecimento e da emancipação, continua a ser desafiada por preconceitos e superstições, intolerâncias e racismos, irracionalismos e idiossincrasias, interesses e ideologias. (IANNI, 2004, p. 22).

De acordo com Munanga (2010), o racismo contemporâneo não precisa necessariamente estar embasado a partir da raça ou de sua variação biológica para ser praticado. Com referenciais de diversidade existentes partindo do ponto de vista étnico, como diferenças de identidades culturais, a prática racista discriminatória pode ocorrer sem efetivamente estar ligada ao fenótipo do discriminado. Assim como as identidades estão sempre em processo transitório, o racismo também muda com o passar do tempo. Hall (2006), inclusive, ressalta que a identidade é um processo e jamais um produto

acabado. Como exemplo ele cita a crescente presença de diferentes grupos étnicos junto aos movimentos por governos regionais mais autônomos que colocou em questão a identidade do "ser inglês", a partir do multiculturalismo então existente. Com múltiplas culturas em um mesmo espaço, muitos conflitos podem ocorrer, quando etnia e raça sofrem metamorfoses, como descreve Ianni, grupos específicos podem sofrer com processos de perseguição e higienização territorial:

> Mais uma vez, no início do século XXI, muitos se dão conta de que *está novamente em curso um vasto processo de racialização do mundo*. O que ocorreu em outras épocas, a começar pelo ciclo das grandes navegações, descobrimentos, conquistas e colonizações, torna a ocorrer no início do século XXI, quando indivíduos e coletividades, povos e nações, compreendendo nacionalidades, são levados a dar-se conta de que se definem, também ou mesmo principalmente, pela etnia, *a metamorfose da etnia em raça*, *a transfiguração da marca ou traço fenotípico em estigma*. Sim, no século XXI continuam a desenvolver-se operações de "limpeza étnica", praticadas em diferentes países e colônias, compreendendo inclusive países do "primeiro-mundo". (IANNI, 2004, p. 22).

1.3 - O Negro no Brasil

Destituído de sua humanidade por meio de um processo de escravização que tentou apagar sua história e memória, a população negra brasileira passou por cenários extremamente complexos na busca por dignidade e reconhecimento da sua condição de homem e cidadão possuidor de direitos. A partir das relações de dominação e subalternização que o branco confere aos extraeuropeus, o negro é situado em um lugar de objetificação e inferioridade. Em um universo regido pelo capital, apenas os hábitos do colonizador foram considerados civilizados e todos aqueles que não fizessem parte do grupo detentor do poder, deveriam então servi-los e seguir os padrões e esquemas estabelecidos por estes.

O europeu colonizador partiu do princípio da universalização das suas normas e modelos civilizatórios. Logo, na tentativa de padronizar costumes, estabeleceu um único referencial de beleza e humanidade, o branco, que dentro desta dinâmica social criou esferas de distanciamento para reafirmar a todo tempo sua superioridade em relação aos demais. Simone Beauvoir pontua que: "o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende

afirmar-se como essencial e fazer do outro inessencial, o objeto" (BEAUVOIR, 1980, p.12).

Mesmo coisificado e passando por inúmeras tentativas de genocídio e epistemicídio[10] (CARNEIRO, 2005, p. 97), a presença e contribuição da população negra no Brasil se torna de importância ímpar não apenas para a cultura como é destacada com alguma frequência, vide a música e a culinária em breves exemplos, mas também para todo o mover de um sistema econômico que em incontáveis momentos históricos conferiu ao país uma dinâmica econômica fundamental para seu funcionamento.

Durante o período oficial de escravização, entre 1530 e 13 de maio de 1888, a mão-de-obra e os saberes da população negra foram utilizados nas mais diversas atividades econômicas no país. A citar alguns poucos exemplos, Clóvis Moura (1983) destaca ocupações de trabalho como: agricultores e pecuaristas, ourives e ferreiros, mestres de oficinas e pedreiros, barbeiros e taverneiros, parteiras e correios, mucamas e cozinheiras, vendedores ambulantes e músicos e reprodutores. Como pode notar-se, entre campo e cidade e, as mais diversas categorias de trabalho, o conhecimento e força de trabalho do negro no Brasil foi imprescindível para os avanços e crescimento do país desde o século XVI.

Despido de sua condição de homem, mas sendo extremamente lucrativo para o sistema escravocrata, o negro faz girar a estrutura econômica do Brasil. Em um país escravagista que racializou e hierarquizou o outro a partir do seu fenótipo, o preconceito e a discriminação contra as pessoas negras se tornou funcional para o sistema de colonização.

E como não era considerado humano o suficiente para participar da construção do país a partir de um olhar dominante, o negro enquanto sujeito subjugado deveria ao longo do tempo desaparecer para que uma população fenotipicamente mais próxima possível da europeia se constituísse. Segundo Alberto Guerreiro Ramos (1995), os negros eram associados ao feio e ao degradante, pois quase todos estavam em posições inferiores aos brancos. Para um país que pretendia modernizar, como foi o caso do

---

[10]"[…] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo [...]." (CARNEIRO, 2005)

Brasil na virada do século XIX e início do século XX, deixando para trás cada vez mais os ares de colônia e com a chegada da República (1889), a formação da identidade e da estética do seu povo não poderiam estar associada a de negros e indígenas, os quais que eram vistos como objetos.

A ideologia de embranquecimento nasce nos círculos intelectuais e ganha capilaridade nos meios populares. Ramos (1954) cita alguns autores do século XIX e início do XX e salienta a abordagem impregnada de ideais racistas e elitistas que estes apresentavam para tratar do que consideravam ser um problema para a formação da sociedade brasileira: homem de cor. Para Silvio Romero, por exemplo, o indígena e o negro eram povos inferiores e a mestiçagem era uma das causas da instabilidade moral da população. Para mudar este quadro o negro e o indígena deveriam desaparecer gradualmente por um processo de miscigenação e o branco era a estética final ideal. A miscigenação voltada para o branqueamento era apontada pelo pensador como o único caminho possível para a salvação do que ele considerava ser uma vergonha e um desajuste social.

A classe dominante sentia-se constrangida com as origens da população e buscava solução para a inautenticidade do povo por meio do branqueamento, acreditavam ainda que este era o caminho para o progresso da nação. A manutenção dessa estrutura era vital para a classe dominante manter sua forma de obtenção de riquezas e o controle político do país. Por meio desta ideologia os negros e mestiços deveriam unir-se sempre a pessoas mais claras para que seus descendentes fossem nascendo cada vez mais claros e, assim, um passado de vergonha e inferioridade um dia poderia ser esquecido. Nem o fim do regime escravocrata, nem uma jovem república, foram capazes de elevar realmente os negros à condição de cidadãos respeitados. Os mecanismos de poder desde sempre trabalharam para excluí-los, segundo Antônio Guimarães:

> No Brasil, o sistema de hierarquização social — que consiste em gradações de prestígio formadas por classe social (ocupação e renda), origem familiar, cor e educação formal — funda-se sobre as dicotomias que por três séculos sustentaram a ordem escravocrata: elite/povo e brancos/negros são dicotomias que se reforçam mutuamente simbólica e materialmente (GUIMARÃES, 1999, p.35).

A classe dominante tende a ditar o pensamento social dominante em todas as épocas. Marx (1998) endossa que a classe que possui os meios de produção material, também deterá o monopólio dos meios de produção intelectual. O embranquecimento enquanto processo construído pela elite nacional passou a nortear as relações entre brancos e negros no país gerando impactos complexos e desastrosos para a população negra. A tendência de modo geral é que o pensamento hegemônico seja absorvido por outras classes. E em se tratando das relações raciais no Brasil, o ideal de brancura foi assimilado por grupos hierarquicamente inferiorizados.

Por assimilação ou alienação o ideal de brancura passa a ser perseguido por parte da população negra nacional no início do século passado na tentativa de se enquadrar em um padrão de civilidade estabelecido. Segundo Petrônio Domingues (2003), o branqueamento social, por meio do abandono de hábitos da cultura negra como, por exemplo, a prática de capoeira, o samba e o culto às religiões de matriz africana deveriam ser deixadas de lado para que incorporassem valores considerados nobres, como o catolicismo, uma vida regrada e puritana. No campo estético, o abandono dos traços negróides e a busca por uma aparência embranquecida passavam por afilamento do nariz, clareamento da cútis e os ainda tão debatidos alisamentos dos cabelos. Impactos na estética podiam e podem significar também impactos na autoestima de um indivíduo. Para ser considerado moderno e elegante, o negro deveria se submeter a esses inúmeros processos de embranquecimento:

> A ideologia do "branqueamento estético" foi um fetiche eficaz na alienação do negro. Oficializou a "brancura" como padrão de beleza e a "negritude" como padrão de fealdade. Representou um entrave para a autoestima do negro, pois este passou a alimentar um certo autodesprezo […] Ora, na ausência de modelos positivos em que pudesse se espelhar, alguns negros recusavam sua própria natureza, desembocando, muitas vezes, em crise de identidade étnica. Daí a descaracterização fenotípica, isto é, a busca pela supressão dos traços raciais "afro". (DOMINGOS, 2003, p.292).

Para além dos impactos na estética, no modo de se vestir e na adesão de uma cultura distanciada de seus antepassados, Domingos (2003) também faz a relação do negro dentro de sua própria comunidade. Uma vez que o ideal de bem-nascido era ser branco, muitas famílias iniciavam uma saga para que seus descendentes firmassem laços afetivos com pessoas sempre de pele mais clara pensando na cor e cabelo dos netos e

bisnetos. Os traços negróides deveriam desaparecer da família ao longo do tempo e a mestiçagem era o caminho para a redenção.

Esta ideologia foi defendida por intelectuais, como o médico João Batista de Lacerda[11], que ao participar do Primeiro Congresso Universal de Raças, em Londres, em 1911, disse que a mestiçagem era excepcional para o Brasil, isto tanto do ponto de vista social, quanto do ponto de vista antropológico, pois a miscigenação entre brancos e negros era livremente aceita no país.

A exploração e a exclusão fizeram com que a população negra tendesse a incorporar o branqueamento como tentativa de mobilidade social que os permitisse sair de um quadro de miséria e pobreza. A assimilação a ideais de um universo branco conceberia de certo modo uma chancela para ingresso no mercado de trabalho e de melhores condições de vida. Nota-se que o embranquecimento também foi uma questão de sobrevivência em uma sociedade pautada pelo racismo. O jurista Sílvio de Almeida afirma que as pessoas não nascem negras, ou brancas, porém tornam-se, a partir do instante em que seus corpos e mentes entram em contato com o imaginário que é reproduzido e compartilhado coletivamente por estes sistemas:

> Pessoas negras, portanto, podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas. Submetidos às pressões de uma estrutura social racista, o mais comum é que o negro e a negra internalizem a ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandam e negros obedecem… a sociedade vê o negro como suspeito, se o negro aparece na TV como suspeito, se poucos elementos fazem crer que negros sejam outra coisa a não ser suspeitos, é de se esperar que pessoas negras também achem negros suspeitos, especialmente quando fazem parte de instituições estatais encarregadas da repressão como é o caso de policiais negros. (ALMEIDA, 2018, p.53).

Este tipo de pensamento firmava a ciência no Brasil que refletia ideais burguesas e eurocentradas e, estava profundamente carregada de distorções e olhares depreciativos. Não havia uma real preocupação em entender as bases históricas da formação nacional, ao contrário, buscava-se esconder, diminuir, até que os elementos constitutivos da mestiçagem brasileira fossem apagados. A eugenia instaurada pelo

[11] "No final da apresentação, Lacerda enunciaria sua principal tese acerca do resultado da miscigenação no Brasil. Segundo ele, o cruzamento racial tenderia a fazer com que negros e mestiços desaparecessem do território brasileiro em menos de um século, ou seja, antes mesmo do final do século XX, possibilitando o branqueamento da população." (SOUZA, 2012, p. 754)

pensamento científico difundido no país se conferia em um problema para os negros e indígenas. Para intelectuais como Lacerda (1912), o país chegaria a 2012 com a raça branca representando 80% da população, os indígenas 17% e os mestiços 3%, sendo que a raça negra tendia a desaparecer do território.

Hall (2008) afirma que o racismo possui uma lógica própria, que se tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas na natureza. Contudo, como o nível genético não é visível, transfere-se para os significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, como cor da pele, cabelo, nariz e assim por diante. A aproximação com o mundo branco ideal que foi construído no imaginário popular, mas também reforçado por teorias racistas, faz com que inúmeros negros e negras se afastem das questões comuns do seu grupo de origem, uma vez que não se reconhecem, ou tentam estar o mais distante possível para não serem associados ao primitivo e ao inculto. Esse processo de construção de subjetividades possui vieses políticos e históricos. Em se tratando do racismo, não deixa de percorrer o imaginário da cultura popular, pois toda ideologia só pode existir se estiver firmada em práticas sociais, afirma Silvio de Almeida (2018).

Seja por meio da eugenia, do ideal de embranquecimento, ou relegando aos negros as piores condições de existência desde uma Abolição que conferiu uma liberdade apenas simbólica, sem nenhuma reparação social, a população negra no Brasil precisou driblar as mais complexas armadilhas para conseguir viver em país onde o racismo estrutural, Almeida (2018), firma as bases das relações sociais e passa a aniquilar e a negar direitos de uma parte da população e a garantir poder e prestígio para a outra parcela tendo a raça como fundamento para esta lógica.

Silvio Almeida (2018) reforça ainda que dentre as muitas questões que diminuem a população negra, a naturalização da separação é um dos principais problemas, pois naturaliza a pobreza e incorpora os negros a uma visão inferiorizada, em que estes devem servir, ter menores salários e trabalhos precários, por exemplo. O racismo como processo político e histórico no Brasil se ancora em práticas sociais e correntes ideológicas e atravessa por séculos reduzindo a população negra a um lugar de subalternidade e servidão. No país, o racismo é parte integrante das relações socioeconômicas. O racismo negado, por meio de uma utopia de democracia racial, porém cada vez mais sofisticado, deixa claro onde é o lugar de cada indivíduo:

> Em termos materiais, na ausência de discriminações raciais institucionalizadas, esse tipo de racismo se reproduz pelo jogo contraditório entre, por um lado, uma cidadania definida de modo amplo e garantida por direitos formais, mas, por outro lado, largamente ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência policial cotidiana. (GUIMARÃES, 1999, p. 42).

A não existência de leis segregacionistas no Brasil, como ocorreu nos Estados Unidos e na África do Sul, por exemplo, a possibilidade de casamentos inter-raciais e o sincretismo cultural, fizeram com que pensadores como Gilberto Freyre (1933) difundissem ideias de um país onde a harmonia racial se fazia presente. Na concepção de Freyre, a ausência de leis que punissem fisicamente os negros que estivessem espaços sociais considerados para brancos como as estadunidenses, contribuiu para construir uma relação harmoniosa entre senhores e escravos, entre brancos e negros, onde todos conviviam bem, tendo iguais oportunidades de desenvolvimento independente da raça. A partir da década de 1940 e 1950, essa ideologia corrobora para o que seria chamado por intelectuais como o francês Roger Bastide de democracia racial. Contudo Ianni (2004) diz que a sociedade brasileira não podia ser uma democracia racial, uma vez que não era uma democracia política, nem tão pouco uma democracia social:

> É claro que essa expressão dissimula uma sofisticada forma de racismo patriarcal, patrimonial, elaborada desde o alpendre da casa-grande. Mais do que isso, pode ser uma cruel mistificação da desigualdade, da intolerância, do preconceito, do etnicismo ou do racismo, como "argamassas" da ordem social vigente, da lei e da ordem. "Cruel" porque implica neutralizar eventuais reações ou protestos, reivindicações ou lutas dos estigmatizados, definidos de antemão como participantes tolerados da "comunidade nacional". (IANNI, 2004, p. 5).

Por meio deste cenário, o professor Munanga (2017) pontua que o racismo em território brasileiro é permeado por ambiguidades. Em geral as pessoas possuem algum tipo de saber sobre os séculos de escravização, em alguns casos até chegam a confirmar que o racismo existe, porém elas jamais praticaram ou praticam tal ato discriminatório. O sim sempre vem acompanhado de um "mas veja bem", e o não também possui justificativas que tentam fazer as pessoas fugirem da própria culpa, pois criou-se no

Brasil uma cultura de ter preconceito do preconceito. Diferente dos Estados Unidos, por exemplo, onde as pessoas eram legalmente segregadas, no Brasil, a falsa ideia de harmonia e do homem cordial deram o tom do relacionamento, transformando em inúmeros casos o racismo em um complexo existente apenas na cabeça da vítima:

> Quando a Folha de S. Paulo fez aquela pesquisa de opinião em 1995, perguntaram para muitos brasileiros se existe racismo no Brasil. Mais de 80% disseram que sim. Perguntaram para as mesmas pessoas: "você já discriminou alguém?". A maioria disse que não. Significa que há racismo, mas sem racistas. Ele está no ar... Como você vai combater isso? Muitas vezes o brasileiro chega a dizer ao negro que reage: "você que é complexado, o problema está na sua cabeça". Ele rejeita a culpa e coloca na própria vítima. Já ouviu falar de crime perfeito? Nosso racismo é um crime perfeito, porque a própria vítima é que é responsável pelo seu racismo, quem comentou não tem nenhum problema. (MUNANGA, REVISTA FORUM, 2011[12]).

O racismo velado em inúmeros casos, porém sempre presente, transforma a realidade da população negra brasileira em uma frequente luta por acesso aos espaços de poder, por real inclusão no sistema educacional e no mercado de trabalho, por exemplo. A mobilidade social do negro no Brasil ou se torna fato excepcional, ou só passa a acontecer, mesmo que lentamente, por meio dos programas de políticas públicas, como as ações afirmativas desenvolvidas pelos governos, porém após muita luta travada pelos movimentos negros, que após a década de 1970 incorporam um discurso político mais afiado para o enfrentamento do racismo como sistema de opressão, também de contestação e denúncia do mito da democracia racial e valorização dos símbolos associados à cultura negra.

Embora tenhamos visto avanços importantes no enfrentamento e combate ao racismo ao longo das últimas décadas no Brasil, como a Lei 1.390 de 1951, também conhecida como Lei Afonso Arinos, que tornava contravenção penal a discriminação racial. A Lei de Criminalização do Racismo em 1989. O Estado brasileiro ter assumido que não havia no Brasil uma democracia racial, em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso. No governo seguinte, em 2003 no período Lula, cria-se a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, neste mesmo ano também foi

[12]Disponível em: https://revistaforum.com.br/blogs/blog-da-maria-fr/2011/11/20/kabengele-munanga-nosso-racismo-um-crime-perfeito-45558.html. Acesso em: 08 Mai. 2021.

sancionada a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas.

Já no governo Dilma vimos o surgimento do Estatuto da Igualdade Racial (2010). Em 2011 foi sancionada a Lei 12.519/11 que instituiu o dia 20 de Novembro como Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e Dia da Consciência Negra. Em 2012 a Lei 12.711, que determinou que as universidades federais destinassem 50% de suas matrículas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita, pessoas com deficiência física e aos autodeclarados pretos, pardos, indígenas, segundo definições do IBGE. Ainda no período Dilma em 2014, a Lei 12.990, que reserva 20% das vagas para candidatos negros em concursos públicos. Houve avanços, mas enquanto corrente ideológica, o racismo ainda se faz presente mediando as relações sociais no Brasil contribuindo para solidificar o olhar do branco e até mesmo do negro em relação a si próprio.

Almeida (2018) ressalta que somente a reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a própria condição pode fazer um indivíduo, mesmo sendo negro, enxergar a si próprio e ao mundo que o circula para além do imaginário racista. Mesmo com alguns sinais de avanço, o país precisa urgentemente discutir uma nova orientação na construção histórica e política nacional. Repensar as políticas públicas e ações de promoção da igualdade racial em âmbitos público e privado.

O escamoteamento do racismo, sua sutil e velada atuação, porém reforçada nos vieses inconsciente pelo sistema, faz com que ainda tenhamos uma sociedade segregada e onde direitos são negados com base na raça e em fenótipos. Segundo o IBGE (2019), entre os desempregados no país, 64% eram negros. A equação racismo e economia apresenta como resultado a desigualdade social e recai sobre as relações trabalhistas como: a divisão do trabalho, os critérios para pagamento dos salários, os cargos que serão ocupados, as contratações que serão feitas e até mesmo as demissões realizadas. Neste cenário, a população negra e jovem e, consequentemente a juventude negra são as mais afetadas.

2- Juventude, negritude e mercado de trabalho

> As idades da vida, embora ancoradas no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, não são fenômeno puramente natural, mas social e histórico, datado, portanto, e inseparável do lento processo de constituição da modernidade, do ponto de vista do que ela implicou em termos de ação voluntária sobre os costumes e os comportamentos, ou seja, naquilo que ela teve de intrinsecamente educativo.
> (PERALVA, 1997. p.13)

2.1 - A Construção da juventude - em plural

A fase compreendida entre infância e vida adulta se apresenta cada vez mais plural e cheia de complexidades, a juventude traz consigo inúmeros questionamentos, inseguranças e possibilidades. O mercado de trabalho cada vez mais discute sobre diversidade e inclusão e, com esta multiplicidade de comportamentos no mundo, sobretudo do mundo corporativo, somos demandados a refletir sobre juventude no plural.

A singularidade não dá conta de entender as inúmeras experiências sociais, as diversas histórias, trajetórias e circunstâncias que contribuem para a construção de vivências dos atores sociais, que em geral durante a juventude já vivem variadas novas situações inerentes a esta fase, como, as primeiras experiências sexuais e afetivas, conclusões e aberturas de ciclos na vida acadêmica, a escolha do tão sonhado curso de

graduação, a possível carreira na qual seguirá e a saga pelo primeiro, ou, por um emprego, são algumas pautas que movem o cotidiano das juventudes e, por esta vasta gama de possibilidades de existências e experiências, podemos pluralizar o conceito e chamá-lo de juventudes. Segundo André Luis Pereira:

> […] a juventude enquanto processo simbolizado socialmente, especialmente entre a infância e a fase adulta, tem seus modos específicos de inserção na estrutura social. Tal inserção ocorre de forma plural – considerando as diferentes experiências, conflitos e oportunidades sociais que podem ser analisados sob a ótica de classe, gênero, etnia, local de moradia etc. – em determinados modos de repensar a juventude ou de aduzir uma condição em que as pluralidades passam a ser percebidas numa tendência simbólica hegemônica, de um situado tempo histórico, em diferentes contextos sociais de interação. (PEREIRA, 2014, p. 13).

Como vimos anteriormente, Hall (2006) afirma que nossas identidades estão em constante processo de transformação, não sendo produtos acabados, mas sim que se moldam e remoldam com o tempo. Assim também são as identidades dos jovens, que estão em constante movimento, dentro dos mais diversos processos históricos, políticos, culturais e sociais, logo, não devemos olhar para esta categoria de modo homogeneizado. Além disso, a transição para o mundo dos adultos implica em inúmeros dilemas e adequações, que podem fazer com que os jovens sejam vistos como rebeldes, deixando-os mais expostos nos cenários aos quais habitam e dentro de muitos conflitos geracionais. Pereira afirma que:

> A juventude, enquanto um grupo social com caráter formativo, apresenta vulnerabilidades em sua relação com o conjunto da sociedade. Por possuir características diferenciadas em seu convívio cotidiano, esse segmento constantemente é visto como fora dos padrões que norteiam a organização social. Sendo assim, constrói-se a ideia de que é um grupo passível de transgressões inerente a esta fase da vida e por isso carece de atenção especial nas diversas estruturas e equipamentos estatais. (PEREIRA, 2014, p. 16).

A medida em que os séculos passam, questões que até então não perpassavam pela vida destes atores sociais nesta fase da vida, passam a ser tema de discussões frequentes e, não apenas dos que fazem parte deste recorte de geração, mas também de outros que analisam e debatem, ou até mesmo daqueles que buscam caminhos práticos para a resolução de situações como: problemas escolares e acadêmicos de um modo

geral, choques no relacionamento com os pais ou outros pares cotidianos, a possibilidade de início ao uso do álcool como instrumento de inserção em determinados grupos, status e/ou entretenimento, além da experimentação e uso de outras drogas não lícitas, gravidez não planejada e a participação em atos infracionais ou delituosos. E ainda, é claro, do recorte deste projeto de pesquisa, que é o início da vida profissional.

Embora as discussões sobre os problemas enfrentados pela juventude seja um motor de frequente reflexão social, cada fase da vida - e aí podemos pensar em pelo menos 5 recortes (a infância, a adolescência, a juventude, a meia-idade e a velhice) – implica em dilemas que variam de cenário a cenário, nos fazendo perceber que fatores sociais e períodos históricos interferem e influenciam na construção social destas fases e até mesmo nos dilemas enfrentados pelos mais variados grupos dentro de cada recortes.

Ao surgimento da infância, José Machado Pais (1990, p.147) credita a redução da mortalidade infantil e aumento na taxa de natalidade da Europa, no início do século XIX. Quando lançado um olhar de classe para esta construção, podemos observar que questões diferentes moviam famílias nobres e famílias pobres. Enquanto a educação e o desenvolvimento centraliza-se como foco do primeiro grupo, a regulamentação das leis para o trabalho incidiam na mudança de vida dos outros. Ainda segundo o supracitado autor:

> O reconhecimento da «idade bebé», em termos clínicos, correspondeu ao surgimento de uma série de factores de natureza social. Isto é, o «bebé» — encarado como criatura cuja vida, alimentação e actividade passaram a ser assunto específico da actividade médica — surgiu em consequência, não apenas de mudanças internas à ciência médica, mas também do desenvolvimento de novas práticas de saúde, de mudanças ideológicas e culturais, de redefinições políticas do operariado, etc. (PAIS, 1990, p. 147 e 148).

Assim como a infância é uma construção, a adolescência também terá suas incontáveis variações e sofrerá de acordo com o meio no qual se estabelece. Reuter (1937) afirma que a adolescência pode não necessariamente surgir em todas as sociedades, enquanto Mead (1935) afirma que os limites cronológicos da adolescência podem variar de acordo com a cultura na qual está sendo analisada. A depender do tempo ou espaço que está em discussão a adolescência pode ser uma fase inexistente, o indivíduo migrava ou migra da infância para a vida adulta. Em outros cenários a adolescência pode se confundir com a vida adulta, os sujeitos são distinguidos muito mais por suas atribuições cotidianas, como alguns que têm o privilégio de apenas

estudar e, outros que precisam estudar e trabalhar, tendo ainda do outro lado desta ponte aqueles que necessitam e só podem trabalhar, abrindo mão assim de hábitos que seriam inerentes à idade, como momentos de socialização em espaços acadêmicos e/ou tempo destinado ao lazer e ao esporte como forma de preenchimento de suas agendas e atribuições corriqueiras.

É deste modo, com muitas nuances e variações, que chegamos à juventude, fase da vida que tentam delimitar por um período temporal específico, no entanto, vai muito além de um quadro subsequente de idade que se renova ano após ano e, que é permeada por inúmeros fatores que fazem com que a homogeneidade não dê conta de representar todas as pessoas que fazem parte destes grupos, que podem, sim, ora ser homogêneo, porém outras completamente heterogêneos. Pais (1990) diz que jovens são vistos como homogêneos quando comparados a outros recortes geracionais e, heterogêneos quando analisados a partir de atributos sociais que os distingue de outros jovens.

Um fator que se torna complexo é tentar relacionar à idade social à idade biológica de um indivíduo. No que tange à cronologia, o Estatuto da Juventude no Brasil institui, de acordo com a Lei nº12.852, de 5 de agosto de 2013, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, que jovens são consideradas todas as pessoas com idade compreendida entre 15 e 29 anos de idade. Esta fase da vida dos indivíduos ganha maior atenção a partir do momento em que a infância vai se tornando mais distante do universo adulto e, os problemas da juventude passam a ser entendidos também como problemas sociais, logo, merecedores de atenção e direcionamentos diferenciados dos demais grupos. Pais salienta que:

> Em suma, a noção de juventude somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento — com os consequentes «problemas sociais» daí derivados — dos tempos de passagem que hoje em dia mais caracterizam a juventude, quando aparece referida a uma fase de vida. (PAIS, 1990, p. 148).

Contudo compreender às juventudes se faz necessário analisar os contextos sociais nos quais estes indivíduos se encontram. A experiência de ser jovem pode mudar de forma drástica a partir do local e tempo em que se é observado. Em seus estudos, Pais (1990) apresenta duas correntes que situam e direcionam os olhares para a temática: a corrente geracional e a corrente classista. A geracional está ligada a um

grupo etário que compartilha a mesma idade, já a segunda corresponde aos estudos sobre classe social:

> a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada «fase da vida», prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida — aspectos que fariam parte de uma «cultura juvenil», específica, portanto, de uma geração definida em termos etários;
> b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Neste outro sentido, seria, de facto, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum. (PAIS, 1990, p. 140).

Conforme salientado pelo autor citado acima, diversos elementos podem ser elencados quando se fala em juventude, na construção da quietude com inúmeras nuances e questões que não nos permite pensá-la de modo unificado e singular. As culturas juvenis se constroem e reconstroem a partir dos cenários em que se inserem, Monte Blanco (2009) ressalta que o termo “juventudes” deve ser pensado no plural, pois de forma abrangente, podemos discutir as múltiplas experiências dessas pessoas. Castro (2006) endossa a noção de multiplicidade das juventudes ao afirmar que: “ao falarmos de juventude estamos falando de pessoas, coletividades e significados em disputa” (Castro, 2006, p. 01).

Os significados então serão os mais variados possíveis, não se limitando apenas a um determinado período da vida do sujeito, uma vez que as culturas são construções e o modo de se relacionar sofre influências do meio. Castro e Abramovay (2003, p. 25), afirmam que: “[...] a juventude assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontra”.

Em uma sociedade globalizada, que a cada dia é mais e mais impactada com as novas tecnologias digitais, tais como aplicativos e redes sociais, e também com novos modos de se relacionar, encurtar distâncias e se comportar no cotidiano, ser jovem toma um caráter distante do que outras gerações vivenciaram. Manifestações e expressões culturais, políticas e sociais permeiam as construções ideológicas da juventude contemporânea e daqueles que desejam se ver refletidos neste grupo para além de suas idades biológicas, ou seja, a corrente geracional homogeneizante de grupos etários

contribui para pensar em determinadas políticas, porém não consegue abarcar todas as manifestações do “ser jovem”, como Ana Lúcia Silva Enne nos informa:

> A juventude embora ainda apareça associada a uma faixa etária em algumas leituras, é agora uma forma de ver e ser no mundo, associado a um partilhar dos valores independente da faixa etária [...] muitos em alguma medida querem ser “jovens”, tanto física quanto emocionalmente. Isso indica não se preocupar tanto, não ter responsabilidades, se divertir mais, ter um corpo fisicamente bem disposto, não adoecer, nem envelhecer, enfim, saber aproveitar a vida (ENNE, 2014, pg. 135).

Pais (1990) ao abordar a corrente geracional em seus estudos enfatiza as continuidades e descontinuidades que as pautas culturais podem apresentar ao abarcar jovens e adultos: “o que ocorrerá é que esta é vista como integrada no tecido social compartilhado pela cultura adulta: isto é, as pautas culturais dos jovens e dos adultos seriam compatíveis e, inclusivamente, complementares (Pais, 1990, 154)”. Ora se aproximam, ora se chocam, pois embora possuam similaridades, as correntes geracionais possuem inúmeras divergências, levantando frequentes debates e conflitos.

Algumas questões deixam os jovens mais próximos dos adultos e outras deixam os adultos mais próximos dos jovens. Esses problemas observados, podem se tornar segundo Pais (1990) “problemas sociais”. A juventude precisa estabelecer planos para contornar determinados problemas como: “ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento) PAIS, 1990, p. 141”, para assim, não serem taxados de desinteressados, ou irresponsáveis. Ou seja, o ingresso no universo adulto traz consigo o preenchimento de alguns quesitos que se tornarão pautas direcionadoras da vida de quase todos os jovens. E um dos maiores problemas para os indivíduos nesse momento da vida é o emprego:

> Na verdade — e para já não falar das imprecisões relativamente àquilo que o conceito de desemprego pode recobrir ou das omissões e sistemáticas distorções que as estatísticas oficiais de desemprego revelam —, o desemprego juvenil é um dos mais rebeldes ao recenseamento estatístico. A multiplicidade de relações de pertença e a circulação incessante por diversas situações — nomeadamente perante o trabalho (desemprego, inactividade, emprego, formação, aprendizagem, trabalho clandestino, intermitente, parcial, etc.)— constituem um dos traços específicos da juventude de hoje. (PAIS, 1990, pag. 141 - 142).

Em um mundo pautado pelo capital e o salário sendo mediador das nossas conquistas materiais, o acesso restrito ao mundo do trabalho faz com que muitos jovens tenham vários outros problemas de ordem material, como a constituição de suas próprias famílias após o casamento formal ou não, a criação de eventuais filhos que venham nesta fase da vida e principalmente a conquista do próprio lar, pois a saída da casa dos pais ou familiares representa em nossa constituição social um grande passo para a independência do indivíduo. O supracitado autor aponta o emprego com um dos chanceladores de mudança de status na vida do jovem: "poderia supor-se que a posse de um trabalho seria um meio de chegar ao «lado de lá» — o da vida activa, o da vida adulta (PAIS, 1990, 150)".

Neste cenário de construção de trajetórias pessoais e profissionais, faz-se necessário olhar para a juventude de um modo bem mais amplo que apenas uma fase da vida. Estas pessoas possuem diversos interesses, partem de pontos diferentes para alcançar suas conquistas, possuem histórias completamente múltiplas, com dificuldades e privilégios distintos. Pais saliente duas vertentes para refletir sobre juventudes:

> Era esse treino que gostaria também de exercitar ao propor que a juventude fosse principalmente olhada em torno de dois eixos semânticos: como aparente unidade (quando referida a uma fase de vida) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros). De facto, quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente da juventude enquanto referida a uma fase de vida. (PAIS, 1990, p. 149).

Da unidade à diversidade, para a discussão abranger ainda mais indivíduos, passamos da corrente geracional que tem foco em grupos etários, para a corrente classista que analisará nuances diferenciadas da reprodução do sistema das classes sociais. Pais ressalta que: "De acordo com esta corrente, a transição dos jovens para a vida adulta encontrar-se-ia sempre pautada por mecanismos de reprodução classista, não apenas ao nível da divisão sexual do trabalho, mas também a outros níveis (PAIS, 1990, p. 157)". Este sentido entende-se que a juventude possui pertencimentos múltiplos em seus mais variados cenários sociais. Pais aponta que:

> Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil «unitária». No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também —e principalmente— as diferenças sociais que entre eles existem (PAIS, 1990, pg. 140).

Com todas as suas complexidades, as juventudes são construídas nos meios nas quais elas fazem parte. Os indivíduos sofrerão impacto direto em suas histórias a partir das regiões em que habitam, de suas classes sociais, dos grupos raciais nos quais fazem parte, do gênero, etnia, entre outros fatores como o tempo em que vivem. Ser jovem no Brasil nos 2000, por exemplo, não será a mesma coisa que ser jovem neste mesmo país em 2020, principalmente a partir de um isolamento social forçado por causa de uma pandemia mundial.

2.2 - Juventude brasileira e pandemia

Como apresentado anteriormente, juventude não é uma categoria que engloba todos os sujeitos do mesmo modo. Para além da cronologia que pode enquadrar pessoas em uma faixa etária, inúmeras nuances e microdetalhes podem diferenciar um indivíduo do outro. O simples fato de uma pessoa de 18 anos, por exemplo, trabalhar e estudar, enquanto outra pessoa de também 18 anos apenas estuda, pode deixá-las em degraus diferentes em uma escala de experiências e também na dinâmica de produção e entrega cotidiana, isto tanto na vida acadêmica, quanto na profissional.

A juventude não está posta, podemos pensar em caminhos e construções que compõe o ser jovem. Bourdieu (1983) afirma que nossos referenciais de juventude não são fixos, se movimentarão de acordo com os sujeitos nos quais observamos, ou seja, para uma pessoa de 80 anos, outra de 36 é considerada jovem. Para um indivíduo de 7 anos, alguém com 26 será considerado velho. O pensador francês ressalta:

> Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isto que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objeto de manipulações. Por exemplo, Nancy Munn, uma etnóloga, mostra que algumas sociedades da Austrália, a magia do rejuvenescimento que as mulheres velhas empregam para reencontrar

> a juventude é considerada como totalmente diabólica, porque perturba os limites entre as idades e não se sabe mais quem é jovem e quem é velho. O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Assim como há complexidade entre idade social e biológica, podemos observar que outros marcadores como regionalidade ou nacionalidade, classe social e tempo, por exemplo, farão com que as juventudes sejam múltiplas em suas necessidades e desejos. Um jovem brasileiro de 18 anos na década de 50, viveu de modo completamente diferente de um também jovem brasileiro de 18 anos, porém da década de 80. As transformações externas no tecido social, como um mundo cada vez mais globalizado com um amplo trânsito de informações, produtos e ideologias, confere implicações e impactos no universo particular de todos os indivíduos.

A chegada do aparelho televisor no Brasil, por exemplo, em 1950, irá influenciar a sociedade e impactar também a vida da juventude da época, porém de modos diferentes, uma vez que este novo aparato tecnológico não estava ao alcance de todos. Segundo Maciel Pereira da Silva (2015), os movimentos juvenis norte-americanos passaram a influenciar fortemente o modo de viver dos jovens brasileiros no período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Revolução e rebeldia davam o tom no comportamento de moças e rapazes das classes dominantes, que encontraram na moda (modo de se vestir) e na música (rock entre outros gêneros) caminhos para expressarem suas atitudes. Silva (2015) afirma que este é o momento em que diversos autores convergem quando se discute o início do nascimento da juventude no país.

Já na década seguinte as mudanças no cenário político, a passagem de uma república que se estruturava, para uma Ditadura Militar, que direta ou indiretamente gerou impactos e transformações no modo de ser jovem. Literatura, teatro, música, entre outras expressões artísticas, políticas e sociais passam a estar sob a vigilância de um Estado rígido e conversador que segue pelos anos 1970. A juventude foi peça fundamental neste cenário de embates e luta por uma redemocratização, porém, Celina Souza (2006) enfatiza que mais uma vez não eram todos os jovens que figuram neste cenário, em geral, os embates políticos do país tinham jovens das classes média e alta, que faziam parte de espaços universitários, como figuras principais.

A partir da década de 1980, com fim da ditadura em 1985 e os novos ares de democracia, Silva (2015) aponta para um novo momento e modo de ser jovem no Brasil, que se diferenciaria bastante das décadas anteriores. A comunicação de massa, tendo a televisão como principal aparato, passa a ser uma realidade cada vez mais presente nos lares dos brasileiros e, em seu bojo leva consigo novas aspirações de existência. O estilo de vida urbana é cada vez mais exaltado, a indústria encontra na TV o lugar perfeito para estender seus tentáculos e gerar desejos desnecessários na população, o prazer pelo consumo se torna cada vez maior e a juventude é seu principal público. Um mercado consumidor com grande potencial para ditar moda e também influenciar outras gerações, em um cenário em que o desejo crescente é ser jovem eternamente, ou pelo menos, pelo máximo de tempo que conseguir, a indústria do marketing se encarregava de construir e fortalecer esta ideia. Kehl (2007) apud Silva (2015), ressalta que:

> Ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico – condição para se pertencer a uma certa elite atualizada e vitoriosa. Ao mesmo tempo, a "juventude" se revelava um poderosíssimo exército de consumidores, livres dos freios morais e religiosos que regulavam a relação do corpo com os prazeres, e desligados de qualquer discurso tradicional que pudesse fornecer critérios quanto ao valor e à consistência, digamos, existência, de uma enxurrada de mercadorias tornadas, da noite para o dia, essenciais pra a nossa felicidade. (KEHL, 2007, p.46).

Por meio de programas de TV cada vez mais populares, o surgimento de inúmeras celebridades, novas bandas e *hits* musicais, a partir dos anos 1980 e, seguindo esta tendência também na década seguinte, ser jovem se torna estilo de vida, uma aspiração cada vez mais comum em todas as classes sociais e nos mais diversos recortes geracionais. Em sua icônica música contemporânea a esta época, Renato Júnior Manfredini, o popular Renato Russo, da lendária Legião Urbana, banda que se formou a partir de 1982, ao som de Tempo Perdido, fazia jovens, neste caso de todas as idades, fortalecerem esse sentimento com o refrão "Somos tão jovens", cantado como hino em todas as partes do país.

Segundo Silva (2015) em seus estudos a juventude é um fenômeno socialmente construído que ultrapassa fronteiras de idades: "O momento de se aderir ou desvincular-

se da juventude pode ocorrer em qualquer idade e é determinado pela adoção de valores sociais, culturais e simbólicos, típicos da cultura juvenil" (SILVA, 2015, p. 51).

A partir dos anos 2000, com a internet sendo uma realidade presente no Brasil desde meados dos anos 90, a globalização e todos os seus impactos no cotidiano do país paulatinamente vai mudando a vida de todos. No mundo corporativo, novos modelos de gestão, uma maior conectividade por meio da *world wide web* (rede mundial de computadores) faz novos cenários e novas aspirações surgirem. Indústrias passam por um processo de maior automatização, empresas virtuais surgem, novas profissões também surgem, outras desaparecem. Com as fronteiras presenciais sendo cada vez mais derrubadas pelo mundo virtual, a escolaridade e a experiência se tornam fatores fundamentais na busca por um lugar no mundo do trabalho. Alessandro Luft Ponce de Leon (2007) afirma que neste cenário de inúmeras mudanças no país, os jovens são os mais impactados:

> Cabe ressaltar, ainda, que no Brasil, além de diferenças relativas à localização geográfica, o fenômeno do desemprego não atinge de maneira homogênea a totalidade da força de trabalho. Quando se analisa a composição dos mais atingidos pelo desemprego, segundo atributos individuais, nota-se claramente a presença de setores mais frágeis no interior da força de trabalho, entre eles expressivos setores da juventude, que vêm sendo efetivamente atingidos por diferentes fatores em seu processo de inserção e permanência no mercado, como: a progressão da idade; o seu rendimento e de sua família; a escolaridade de seus pais; a sua classe social; e a falta de escolaridade adequada da maioria dos jovens. (LEON, 2007, p. 273).

Existem inúmeros fatores que fazem com que grupos de indivíduos tenham dificuldade de ingressarem e/ou se manterem no mercado de trabalho, porém não apenas no Brasil como em diversas outras partes do mundo, os índices de desemprego para as juventudes sempre é maior. Leon (2007) aponta algumas hipóteses para que o desemprego na primeira década dos anos 2000 entre os jovens fosse maior que para outras parcelas ativas na força de trabalho de modo geral. Entre esses apontamentos estão: uma demanda insuficiente de novos postos de trabalho, uma maior população jovem no país, insatisfação e/ou inadequação ao mercado de trabalho, pouca experiência, baixa qualificação e/ou escolaridade e a grande dificuldade que os jovens têm em fazerem a transição do mundo escolar para o mundo do trabalho. Segundo Leon:

> Há um consenso entre os especialistas de que a educação de qualidade é a melhor política de prevenção para o desemprego juvenil. Não obstante, grande parte dos pesquisadores reconhece a necessidade e a relevância do desenvolvimento de políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda específicas para a juventude, uma vez que os jovens, como vimos, são impactados pelo processo de globalização e atingidos pelo desemprego, por diversas razões, de uma forma mais peculiar e ainda mais intensa do que as outras faixas etárias. (LEON, 2007, p. 275).

Em seus estudos, a partir de dados do IBGE, Lenon (2007) afirma que em 2003, a população entre 15 e 29 anos no país era de 33,58%, no entanto, os jovens representavam aproximadamente 61% entre os desempregados. Segundo Leon: "De acordo com a pesquisa, dos quase 48 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, 56,1% (26.821.746) estavam ocupados, 22,8%, desocupados (10.894.107) e 21,1%, inativos[13] (10.097.718) (LEON, 2007, p. 275)".

Ao longo dos anos, podemos observar por meio de pesquisas e estatísticas que os jovens sempre sofrem impactos maiores quando trata-se de desemprego. Estes dados se fizeram presentes no Brasil após o impeachment da presidente Dilma Roussef, em 2015. A polarização e a instabilidade política abalou as estruturas econômicas do país e o desemprego foi um dos resultados deste cenário de crises ideológicas. Segundo o SIDRA, plataforma do IBGE que: "permite consultar informações de todos os indicadores econômicos conjunturais (como os de trabalho e rendimento, inflação, indústria, comércio, serviços, agropecuária e o PIB) e suas séries históricas[14]", a taxa de desemprego no Brasil no último trimestre de 2014 era de 6,5% de pessoas desocupadas, já em 2015 neste mesmo período o número salta para 9,2%, chegando a 12,4% em 2018. Em 2019 houve uma ligeira queda, indo para 11,9% de pessoas desocupada[15].

Em 2020, com o mundo vivendo um momento completamente diferente do habitual, após confirmada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) a pandemia do Coronavírus, ou Covid19, a economia mundial teve que se reinventar. O mercado de trabalho sofreu grandes impactos com o isolamento social, uma vez que ficar em casa e

---

[13] Entende-se por desocupado o jovem que declarou não trabalhar ou nunca ter trabalhado e está atualmente procurando emprego. Já por inativo, compreende-se o jovem que declarou não trabalhar ou nunca ter trabalhado e não estar atualmente procurando emprego.

[14] Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9481-novo-sidra-permite-consultar-facilmente-dados-de-estudos-e-pesquisas-do-ibge-tambem-em-dispositivos-moveis. Acesso em: 18 jun. 2022.

[15] Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1616#resultado. Acesso em: 18 jun. 2022.

manter-se distante das outras pessoas era a princípio, sem a vacina, o modo mais eficaz de se proteger do vírus. Alguns setores se reinventaram, outros surgiram ou se fortaleceram, como as transações realizadas no mundo virtual por meio do e-commerce. Porém muitos outros segmentos sofreram drásticos impactos negativos reduzindo o faturamento ou até mesmo indo à falência.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2020, o desemprego no país no último trimestre era de 14,4%, o maior índice já registrado desde o início da aferição em 2012. Em 2021, até o mesmo período do ano, a taxa de desempregados no Brasil foi de 12%[16]. Já para os jovens de 18 a 24 anos, o percentual subiu de 23,8% no quarto trimestre de 2019, para 29% no mesmo período de 2020, chegando a 29,5% no segundo trimestre de 2021. Desde o início da pandemia do coronavírus em março de 2020, os jovens, sobretudo, foram os mais afetados pelo desemprego. Alguns requisitos já elencados aqui anteriormente fazem com que as pessoas nesta fase da vida estejam mais vulneráveis no momento de fazer o desligamento de um funcionário.

Segundo o Relatório Nacional do CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude) sobre Juventudes e Pandemia do Coronavírus, divulgado em maio de 2021, os jovens participantes da pesquisa declararam estar mais dependentes financeiramente de terceiros. Entre os 59.999 respondentes, o número de pessoas que disseram estar totalmente dependentes financeiramente e não conseguiam mais pagar as próprias contas subiu de 37% para 40% entre jovens de 18 a 24 anos, quando comparado os anos de 2020 e 2021 e, entre os jovens de 25 a 29 anos, a mudança foi de 14% para 21% (CONJUVE, 2021, p. 38). Ou seja, a relação com o aumento na taxa de desemprego deste grupo teve impacto direto na organização de suas vidas financeiras.

O trabalho remunerado com carteira assinada quando comparado os anos de 2020 e 2021 sofreu um recuo de 4 pontos percentuais, descendo de 40% para 36%. Já a categoria de Jovem Aprendiz apresentou um aumento de 2 pontos, subindo de 28% para 30%. Já outras possibilidades de trabalho e renda como, freelancer, autônomo, microempreendedor, estágio, ‘bicos’ em atividades ocasionais sem carteira assinada, todas essas opções também sofreram queda no percentual de jovens abarcados

[16]Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/caixa-encerra-pagamento-do-auxilio-emergencial-apos-sete-meses. Acesso em: 15 nov. 2021.

(CONJUVE, 2021, p. 41). O que aponta mais uma vez para o recuo na empregabilidade do setor juvenil.

Quando observada a relação trabalho e renda e este recorte além da geração também faz-se por raça, nota-se que a juventude negra é aquela que tem maior probabilidade de perda do poder aquisitivo. De uma base total de 58.670 respondentes, 29% disseram ter sentido a renda diminuir após a pandemia do coronavírus. Destes que tiveram da renda pessoal diminuída, 25% se autodeclararam brancos, enquanto 31% se autodeclararam negros, entendidos aqui como o grupo de pessoas pretas ou pardas (CONJUVE, 2021, p.46).

Em 2020 o Governo Federal concedeu a uma parcela da população, teoricamente às pessoas mais pobres e vulneráveis, critério utilizado a partir da perda do emprego e remuneração no cenário pandêmico, uma renda em caráter excepcional chamado auxílio emergencial, no valor de R$600,00 por 5 meses[17]. Com o corte em 2021, muitos jovens sem trabalho sofreram este impacto e tiveram que buscar outras fontes de complementação de renda por necessidade. Novamente a população jovem negra foi a mais atingida. Entre 58.670 respondentes, o número foi de 23% para 38% os participantes que estavam dentro deste cenário. Destes 32% eram brancos, 43% pardos e 47% pretos, ou seja, em uma diferença de 15 pontos percentuais entre o primeiro e o último grupo analisado dentro do critério racial (CONJUVE, 2021, p. 49).

Quando a pesquisa da CONJUVE 2021 é desdobrada e a pergunta pela forma que foi realizada esta busca por complementação, se presencial ou online, mais uma vez nota-se a diferença de realidades entre às juventudes negra e branca. Das pessoas que responderam, 34% se autodeclararam brancos e disseram ter desenvolvido atividades 100% online, os pardos foram 26% e os pretos 25%. Já o oposto, quando aferido o percentual de pessoas que desenvolveram atividades 100% presenciais, entre os brancos o número foi de 32%, entre os pardos de 41% e entre os pretos também 41% (CONJUVE, 2021, p. 50). Ou seja, neste cenário pandêmico, os jovens negros estavam mais expostos a contaminação por coronavírus.

Raça é uma construção política, histórica e social, como salientado pelo professor Sílvio Almeida no capítulo anterior. Podemos notar a diferença entre a construção das juventudes e suas muitas implicações por meio de muitos recortes, no

[17] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/08/em-relatorio-cpi-apresenta-sugestoes-para-acabar-com-genocidio-da-juventude-negra. Acesso em: 18 nov. 2021.

entanto, quando refletimos sobre o Brasil e o entendimento da nossa sociedade, o recorte racial é um dos mais importantes para discutirmos caminhamos mais equitativos e justos para todos. A juventude negra, ou as juventudes negras, entendendo que há diversidade dentro da diversidade, ainda se encontra em um lugar muito vulnerável socialmente. Entender mais como este grupo vive e se comporta, quais suas múltiplas necessidades é também um direcionar para propor melhorias em um cenário geral.

A partir de observações e métricas como estas, entendendo-se que diferentes grupos sociais terão diferentes questões e demandas a serem cumpridas, torna-se mais direcionável a estruturação de programas de políticas públicas para reparar distorções e/ou discrepâncias apresentadas na sociedade. Uma vez que os jovens possuem maior dificuldade para conquistar ou se manter em um emprego, pensar nas juventudes como grupo mais vulnerável se torna essencial para que estas pessoas possam fazer parte da atividade econômica do país. Por isso, projetos como o Jovem Aprendiz, que surgiu nos anos 2000 e foi regulamentado em 2005, se tornaram de grande relevância na trajetória profissional de muitos jovens, mesmo não tendo recorte racial, porém atendendo aos mais pobres, grupo em que 75% se autodeclara como negro segundo levantamento do IBGE em 2019.

2.3 - Juventude negra

A partir de múltiplas existências e automaticamente de vivências diversas, pensamos à juventude. Em uma sociedade em que o racismo não é exceção, como afirma Almeida (2018), mas sim faz parte das relações entre os pares e estrutura todo um modo de pensar, ao observar um indivíduo, antes de analisar experiências sociais por meio de um recorte geracional ou social, lançamos nossas reflexões para a raça. Segundo Munanga (2010), raça é definida como uma construção discursiva, utilizada para classificar seres humanos com base em suas características físicas, tais como, cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz e/ou lábios, entre outros traços visíveis.

Assim como a juventude não pode ser pensada como uma categoria homogênea, a juventude negra brasileira, de modo algum pode ser englobada em uma única esfera, desprezando as riquezas da diversidade que existem até mesmo dentro da diversidade.

Um jovem negro heterossexual que mora no Rio de Janeiro, terá experiências sociais distintas de um jovem negro que também more no Rio de Janeiro, mas que sua orientação sexual seja homo e não hétero. Estas diferenças podem surgir com inúmeras outras camadas a medida em que vamos observando outros marcadores como diferenças de gênero, classe social, escolha religiosa, se a pessoa possui alguma deficiência física ou não, se mora em estados diferentes, ou até na mesma cidade, porém em bairros distantes e com poderes aquisitivos destoantes.

Todos estes fatores devem ser analisados quando estamos observando sujeitos múltiplos, no entanto, a partir de uma construção discriminatória com base no fenótipo do indivíduo, ou seja, o racismo é de marca, como salienta Oracy Nogueira (1998), apesar de vários recortes que compõem a existência de um ator social, no Brasil, a raça unirá indivíduos em torno de experiências sociais semelhantes, independente, muitas vezes de sua classe social, gênero, entre outros fatores. A partir de análise empírica, notamos que pessoas negras são paradas em maior número de vezes de modo hostil pelos agentes de segurança pública. Mesmo fazendo parte de uma classe social privilegiada, consagradas atrizes negras são alvos de frequentes ataques racistas em redes sociais.

Antes de ser rico ou pobre, a pessoa negra, é negra. Antes de ser adulto ou jovem, a criança negra, é negra, assim como reforça Fanon: “Uma criança negra, normal, tendo crescido no seio de uma família normal, ficará anormal ao menor contacto com o mundo branco (FANON, p.129)”. Quando entre iguais, a criança será apenas criança, contudo, quando necessário estar em lugares onde outros indivíduos partilham o espaço, sendo estes não negros, a criança não é mais apenas uma criança, mas sim, uma criança negra. Em geral, a sociedade utiliza marcadores raciais para fazer referências aos indivíduos. Quase sempre se constata que uma pessoa negra no Brasil não é apenas uma pessoa, mas sim uma pessoa negra. O mesmo não ocorre quando falamos de pessoas brancas, pois o sujeito branco é tido como norma, a regra para mediar as relações sociais e, o que destoa dele, ganhará marcadores para apontar a distância que o racismo gera entre as pessoas.

O jovem negro não escapa desta construção. Antes de ser jovem, ele é um jovem negro e, a juventude negra brasileira, embora múltipla, toda esta é perpassada pela chaga do racismo. Logo, boa parte desta juventude experimenta um lugar de pouco ou

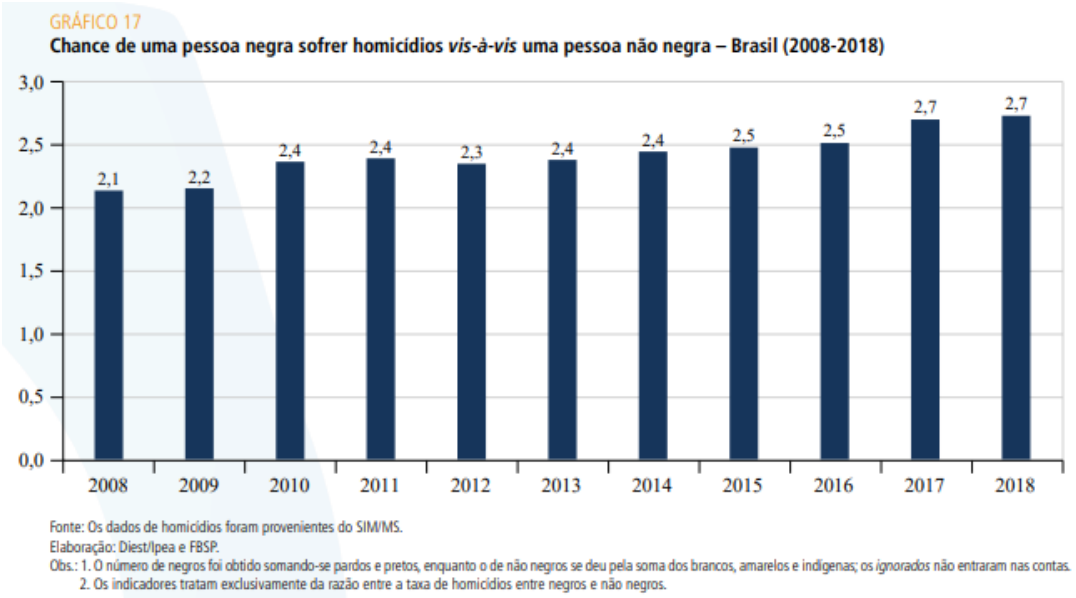
nenhum privilégio na hierarquia social criada pelo sistema racista. Neste lugar inferiorizado as políticas públicas não chegam para todos, não atende e também não dá oportunidade para todos. As estruturas se moldam e remoldam, e assim como o racismo, se sofisticam com o passar do tempo. Um jovem negro não sofre racismo apenas quando um agente de segurança o persegue em um estabelecimento comercial, apenas pelo fato dele ser negro. Um jovem negro também sofre racismo quando a estrutura excludente o priva de ter acesso a uma nova tecnologia e, assim se preparar para um emprego em uma multinacional, por exemplo. Segundo Maria Aparecida Silva Bento, os jovens negros são as:

> Principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, os jovens negros lideram o ranking dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado. Eles encabeçam, também, a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes do tempo e dos que têm maior defasagem escolar. (BENTO, 2005, p. 194).

Os números e estatísticas endossam o pensamento da autora. Segundo o Atlas da Violência de 2020, a desigualdade racial ainda é fator preponderante quando pesquisamos homicídios no país. O número homicídio de pessoas negras, que se autodeclaram como pretas e pardas, cresceu 11,5% em 10 anos, enquanto entre 2008 e 2018, ou seja, neste mesmo espaço de tempo, a taxa de homicídio para pessoas não negras, aquelas que se autodeclaram como amarelas, brancas ou indígena, seguiu no caminho contrário, apresentando uma queda de 12,9% (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020, p.47).

Para cada 100 mil homicídios ocorridos no país em 2018, 13,9 dos casos eram de pessoas não negras, enquanto entre indivíduos negros esse número salta para 37,8. Neste mesmo ano o Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde ressaltou que para cada pessoa não negra assassinada no país, 2,7 assassinatos foram de pessoas negras, o que representou 75,7% do total de vítimas (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020, p. 47).

Gráfico 01: Pessoas negras e índices de homicídios



Fonte: ATLAS DA VIOLÊNCIA (2020)

Já no estudo feito em 2019, os números não se alteraram tanto. Para cada 100 mil homicídios ocorridos no Brasil, 29,2 foram de pessoas negras e 11,2 de pessoas não negras. O Atlas de 2021 aponta que a população negra tem 2,6 mais chances de ser assassinada no Brasil do que a população não negra, representando 77% dos homicídios ocorridos no país (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021, p. 49). Os mais jovens, sobretudo os jovens negros são as principais vítimas na lista de pessoas assassinadas no país. Segundo o Atlas da Violência:

> A desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança. Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p.41).

Sobre o homem negro jovem foi construída a imagem de sujeito violento, que está propenso a cometer atos ilícitos em maior número que os demais cidadãos. No imaginário coletivo social este sujeito representa uma ameaça que deve ser combatida. Na construção ideológica do racista, um corpo negro jovem representa uma iminente ameaça que deve ser paralisada a qualquer custo, mesmo que este custo seja à tiros com arma de fogo e a consequência seja a morte do outro. Mônica Sacramento (2009),

ressalta que: “o olhar dado ao corpo jovem negro incorpora elementos construídos culturalmente na sociedade. Percebidos, com relativa persistência, como parte da questão social, em associação direta como risco social, com a violência e/ou a criminalidade”.

O resultado desta construção racista e desigual pode ser observado em um levantamento realizado pelo Atlas da Violência no estudo do ano de 2018, apresentado em 2020, pessoas com idade entre 15 e 29 anos representaram o maior número no grupo de vítimas de homicídio. Foram 30.873 vítimas, uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens do total de homicídios ocorridos no país, sendo que jovens negros tiveram 2,7 mais chances de serem assassinados que jovens brancos (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020, p. 20).

A relação da violência contra o corpo negro no Brasil, se firma em estereótipos criados em um cenário colonial e passado escravocrata do país, em que o indivíduo negro era tido como não humano. Uma máquina a serviço do seu “senhor”, que em relação ao seu escravizado, queria obter o máximo de lucros possíveis. Pode-se observar nitidamente que o racismo é para a sociedade capitalista, um de seus instrumentos para conferir vantagens a quem tem o poder nas mãos. Almeida (2018), estando envolvido em sistema de poder e dominação, uma das finalidades do racismo e, automaticamente do capitalismo, é, se não, exterminar - eliminar - do caminho aqueles corpos que julgam descartáveis. Inúmeros elementos contribuem para um corpo ser lido como desnecessário, contudo, na sociedade brasileira, o seu principal marcador é a cor da pele:

> São vários os signos, estereótipos, estigmas que contribuem para a caracterização de um indivíduo enquanto suspeito e de outro, como vítima, assim como são múltiplas as combinações possíveis entre eles a gerar desdobramentos diversos. Dentre tais signos, gênero e raça assumem uma condição basilar. Sendo assim, mesmo velada, mascarada e negada, a categoria raça tem embasado elaborações de práticas preventivas, sendo os sujeitos que possuem os atributos raciais da suspeição marcados e constantemente alvos de violência. (PEREIRA, 2014, p. 21).

Em um aterrorizante cenário, no ano de 2016, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)[18] realizada pelo Senado Federal, apontou que 63 jovens negros eram mortos por dia, em uma estimativa de que a cada 23 minutos uma vida fora perdida. A violência contra o corpo negro é um dos sintomas de uma sociedade racista, onde mortes cotidianas de pessoas com perfil semelhante não geram comoção nem revolta.

Para além dos altos índices de letalidade contra a juventude negra como apresentado, a falta de perspectivas educacionais e de emprego também podem representar a morte simbólica da possibilidade de construção de uma vida digna e do alcance de sonhos que são extremamente comuns ao longo da vida, porém, principalmente na juventude. Neste cenário de desalento e maior vulnerabilidade social, encontra-se majoritariamente a juventude negra pobre, que como salienta Nilma Lino Gomes (2018), sofre com a ausência de políticas públicas pensadas e direcionadas para o seu pleno desenvolvimento. Em territórios que faltam infraestrutura e ferramentas para uma existência saudável e vida com qualidade, a violência quase sempre se apresenta com muito mais frequência e dentre as causas mais comuns estão:

> [...] a violência urbana, a pobreza e a vulnerabilidade social, o tráfico, a ausência de uma política democrática de segurança. Somado a elas existiria, ainda, toda uma situação de falta de acesso à educação escolar, a ausência de equipamentos públicos de lazer nos bairros pobres, vilas e favelas, baixa ou pouca inserção no mercado de trabalho de maneira digna, pouco acesso aos bens culturais, disputa entre os próprios jovens resultando em morte por armas de fogo. (GOMES, 2018, p. 11).

A fase juvenil por si só já implica grandes complexidades, ser jovem negro em um país estruturalmente racista deixa as relações ainda mais difíceis, porém ser jovem, negro e pobre é um lugar ainda mais complexo e difícil e, a empatia social, pode, a maior parte do tempo não alcançar. O estigma, a violência, muitos abandonos e ausências transpassam pela vida da juventude negra e periférica brasileira. As periferias são vistas como territórios perigosos, espaços em que as leis operam de modo diferente dos centros e áreas privilegiadas. Incertezas, inseguranças e medo são companhias de muitos jovens negros pobres diante das interrogações vividas:

---

[18]Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio.html. Acesso em: 18 nov. 2021.

> [...] perder a vida por ser jovem, por ser negro, pobre, periférico. É o medo mais radical. A cor do medo é negra. O primeiro direito humano, o direito à vida, está ameaçado. Será conveniente ampliar essa condição de juventude do medo. Não só a extermínios, mas a ter de viver o direito à vida ameaçado pelo desemprego, subemprego, pela instabilidade e precarização de seus trabalhos, pela precarização dos espaços de seu viver: sem teto, sem transporte, sem-terra, sem serviços públicos de saúde e educação. Viver uma vida tão precária, sem horizonte, sem prazo é ser obrigado a viver na insegurança, no medo (ARROYO, 2017, p. 236-237).

Estatísticas da PNAD Educação 2019[19] indicam que não concluíram o ensino médio este ano de 10,1 milhões de jovens com idades entre 14 e 29 anos e, deste quantitativo, 71,7% eram negros. Ainda em 2019, jovens com idade entre 15 e 29 anos que não completaram o ensino superior por terem que trabalhar foram 23,8 milhões de pessoas, destes 53% eram homens e 65,7% eram pessoas negras.

As dificuldades encontradas pelos jovens negros pobres ao acesso à educação de qualidade são inúmeras. Em matéria do Portal G1[20], o censo escolar realizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), também em 2019, reforçou que um número maior de jovens pretos e pardos, entre as pessoas de 15 a 29 anos não estudavam. Enquanto o número de jovens brancos foi de 43,4%, entre jovens negros a proporção se elevou para 55,4%.

A PNAD 2019 apresentou ainda um maior número de pessoas negras que de pessoas brancas com 15 anos ou mais sendo analfabetas. O reflexo do acesso ruim ao sistema de ensino, faz com que tenhamos um índice de 8,9% de pessoas pretas e pardas que não sabem ler e escrever e entre pessoas brancas este número cai para 3,6%, ou seja, aproximadamente três vezes menos.

A proximidade ou não com o sistema de educação de qualidade, confere privilégios e desvantagens, respectivamente para quem está dentro e quem está fora deste sistema e, a educação é um dos, se não, o mais importante trajeto que um indivíduo necessita fazer para conquistar melhores postos no mundo do trabalho. A

---

[19]Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/20/acesso-de-negros-a-escolas-cresceu-na-ultima-decada-mas-ensino-da-cultura-e-historia-afro-brasileira-ainda-e-desafio.ghtml. Acesso em: 18 nov. 2018.

[20]Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio.html. Acesso em: 18 nov. 2021.

exclusão e/ou falta inserção da maioria da população negra infantil e jovem no ensino sólido e de qualidade, constrói gradações de desigualdade entre negros e brancos, fazendo com que a mobilidade para a população negra e automaticamente uma vida mais confortável no futuro seja prejudicada. Em uma sociedade capitalista, o emprego é chancelador das nossas condições de vida, pois o pró-labore conferido a um trabalhador dá condições de fazer escolhas materiais mais confortáveis. A respeito desta barreira invisível, mas real, Silvio Almeida ressalta que:

> O racismo - que se materializa como discriminação racial - é definido pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo pode levar a segregação racial. (ALMEIDA, 2018, p. 27).

A discriminação sistêmica pode levar o indivíduo ao quadro de desalento, ou seja, aquelas pessoas que ainda estando em idade escolar, não frequentam a escola. Estando em idade de trabalhar e não tendo emprego, desistem de buscar por uma ocupação e, em se tratando de jovens, pode ocorrer esta dupla interseção. Jovens que são chamados de "nem nem", pois não estudam e nem trabalham. Segunda a PNAD 2019[21], das 46,9 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, 27,5% não trabalhavam nem estudavam, destes 17% se autodeclararam pessoas brancas, enquanto 25% eram pessoas negras.

A partir da elaboração de alguns programas de ação afirmativa elaborados pelos governos do ex-presidente Luís Inácio da Silva e da ex-presidente Dilma, alguns avanços puderam ser notados no que tange ao acesso de pessoas negras ao ensino, sobretudo ao acesso ao ensino superior, que é um dos principais sonhos e questões a perpassar pela vida dos jovens, porém uma conquista muito distante e penosa para as pessoas das classes menos favorecidas, grupo em que se encontra a maior parte da população negra brasileira.

Em relatório divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2019, pela primeira vez no país o número de pessoas pretas e pardas matriculadas no ensino superior em instituições públicas no país ultrapassou o número

[21]Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece.html#:~:text=Entre%20os%20jovens%20pretos%20ou,faixa%20et%C3%A1ria%20no%20ensino%20superior. Acesso em: 18 nov. 2021.

de pessoas brancas, chegando a 50,3% no ano de 2018. Este número reflete a importância de termos programas de políticas públicas focadas nos grupos minorizados, que embora tenham capacidade para acessar qualquer espaço de poder e prestígio, como as renomadas universidades públicas, a desigualdade cotidiana faz com que a jornada não seja a mesma para todos os brasileiros. Logo, medidas equitativas como Prouni, Sisu, Fies, entre outras, são ferramentas para a construção de cenários mais justos e igualitários.

No ano de 2016, o número de jovens negros com idades entre 18 e 24 anos ensino superior era de 50,5%, já em 2018 esse número aumentou para 55,6%. Embora com significativos avanços, a proporção entre jovens negros e brancos ainda é desproporcional. Ainda em 2018, a proporção de jovens brancos com a mesma faixa etária no ensino superior era de 78,8%[22]. Mesmo com progressos ocorridos, a inserção dos jovens negros na universidade e no mercado de trabalho ainda se dá de modo desigual a de jovens brancos.

A consultoria carioca especializada em análise de dados de impacto e produtividade para o mercado de trabalho, a IDados[23], apurou que 37,9% dos homens negros e 33,2% das mulheres negras com ensino superior ocupam vagas que exigem apenas ensino fundamental ou médio, no primeiro trimestre em 2020. Embora o grau instrucional da população negra se eleve, isto, não necessariamente se converte também em melhores postos no mundo corporativo.

Entre os desafios encontrados pelos jovens para o ingresso no mercado de trabalho, estão: a exigência de experiências, mesmo estes jovens se encontrando em início de carreira; um segundo ou terceiro idioma, sendo que a maior parte das escolas do país não são escolas bilíngues e, parcela significativa da população não consiga custear um bom curso de idiomas ou vivências internacionais e o racismo que é elemento frequente na mediação das relações sociais no país. Segundo o IBGE em matéria do Portal Correio Braziliense[24], o número de jovens negros desempregados no

---

[22] Disponível em: https://blog.idados.id/trabalhadores-com-ensino-superior-cargos-nivel-medio-fundamental-cresce-negros/. Acesso em: 18 nov. 2021

[23] Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2020/11/4888994-negros-de-14-a-29-anos-desempregados-sao-quase-o-dobro-dos-brancos.html. Acesso em: 19 nov. 2021.

[24] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/homem-negro-morre-apos-ser-espancado-por-segurancas-do-carrefour-em-porto-alegre.shtml. Acesso em: 10 dez. 2021.

Brasil em 2020 foi quase o dobro a de jovens brancos. Dos 6,7 milhões de desempregados com idades entre 14 e 29 anos, 4,36 milhões eram negros e 2,32 milhões eram brancos.

Como apresentado no subcapítulo anterior, no cenário pandêmico, a tendência de desigualdade não mudou, em alguns casos, acentuou-se. Os mais vulneráveis ficaram ainda mais expostos. As pessoas que mais perderam emprego foram jovens, negros e pessoas residentes na região Nordeste do país, em estudo feito pelo IBGE. Uma vez que os jovens e os negros foram aqueles que mais perderam suas ocupações, essa dupla interseccionalidade (geração e raça), que segundo a autora Carla Akotirene define como a possibilidade de, "dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado" (AKOTIRENE, 2018, p. 14), podemos observar que nesta estrutura o desemprego atinge principalmente os jovens negros pobres, que são duplamente perpassados por camadas opressoras construídas pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado.

Com o isolamento fazendo parte da vida de todos no mundo nos anos de 2020 e 2021, as novas tecnologias sendo uma realidade cotidiana e mediando as relações sociais, se tornou cada vez mais comum os serviços de um modo geral serem realizados por meio de aplicativos em telefones e, entregues em casa por pessoas que não fazem parte do quadro de funcionário das empresas que produzem os aplicativos, nem das empresas que oferecem determinado produto e/ou serviço. Como, por exemplo, os pedidos de bebidas, comidas, carros para realizarem viagens principalmente em perímetros urbanos, entre outros, aumentarem de modo relevante com a pandemia do Coronavírus. Este modelo de serviço sem nenhum tipo de garantia trabalhista, pois os realizantes apenas prestam serviço de entrega, se torna uma das principais alternativas para os jovens negros pobres.

A precarização do trabalho tem impacto sobretudo na população negra, logo, sobre os jovens negros, que estão nesta categoria interseccional. Em motocicleta ou bicicleta, jovens, principalmente negros e do sexo masculino, fazem a intermediação entre plataformas digitais, estabelecimentos e clientes, a finalidade quase sempre é completar renda, pois como apresentado no subcapítulo anterior, estes foram os que mais perderam poder aquisitivo. Esta naturalização da precarização nas relações de trabalho é apontada como um dos desdobramentos do passado escravocrata do país.

Refletir sobre a juventude negra, também é refletir sobre toda história da população negra na construção do país. As contribuições dos povos diaspóricos foram inúmeras, contudo, tanto no período de escravização, como nos séculos sequentes, o sistema estruturalmente racista, conectado a precárias condições no sistema ensino e, baixas ou inexistentes políticas públicas governamentais equitativas, fazem com que a população negra ainda em 2021, ocupe de modo proporcionalmente maior os piores postos no mercado de trabalho. Este cenário contribuiu para a permanência dos negros entre os mais pobres, aqueles que recebem as menores remunerações, residem em lugares mais precarizados, figuram em maior número entre as pessoas em situação de rua e assim por diante.

2.4 - População negra, mercado de trabalho e renda

As dinâmicas discriminatórias contra a população negra no Brasil operam desde o período da escravização. Estas se perpetuaram no pós-abolição se remodelando através do tempo, ou seja, ganhando outras formas e agindo até mesmo de modo velado em muitos momentos, conforme observa Munanga (2010), porém resistindo e direcionando as configurações segregacionistas, mesmo que invisíveis, em diversos cenários nacionais e, o mercado de trabalho não uma é exceção a esta regra.

O espaço que poderia gerar algum tipo de mobilidade social, uma vez que em uma esfera capitalista o trabalho funciona como um mediador de relacionamentos, contribuiu na verdade para a ampliação das desigualdades, pois as oportunidades para brancos e negros no Brasil nunca foram as mesmas, até mesmo hoje, 134 anos após a libertação da população negra do trabalho forçado:

> Esta estratégia discriminatória contra o elemento negro não surgiu porém com a chegada dos emigrantes europeus na base do trabalho livre. Na própria estrutura escravista já havia um processo discriminatório que favorecia o homem livre em detrimento do escravo. De todas as profissões de artesãos e artífices, eles foram sendo paulatinamente excluídos ou impedidos de exercê-las. (MOURA, 1988, p.44).

Um meticuloso sistema de exclusão, engendrado no Brasil por séculos, fez com que o apartamento da população negra dos espaços de poder se tornasse natural. O mercado de trabalho, principalmente os cargos de liderança, se configuram em um dos maiores referenciais de tomada de decisão e mudança de cenário em nossa sociedade. Contudo, o racismo normaliza a baixíssima ou a não existência de pessoas negras nesses espaços.

A reprodução do modelo de divisão do trabalho em que hegemonicamente pessoas brancas lideram e ocupam espaços intelectualmente mais cobiçados, prestigiados e bem-remunerados, versus, pessoas pobres e negras majoritariamente disputando o que sobrar, sendo enviados para trabalhos operacionais, que socialmente não gozam dos mesmos prestígios, menos ainda dos mesmos salários, faz com que a segregação entre as pessoas nestes espaços seja comum, mediando e naturalizando as relações de separação, como afirma Clóvis Moura:

> Já no período escravagista portanto, havia uma tendência a se ver no negro escravo um elemento que deveria ser restringido no mercado de trabalho. Os motivos alegados, as razões apresentadas, apesar de aparentemente serem compreensíveis, o que conseguiram foi - como se queria - transformar o trabalhador escravo, e, em muitas circunstâncias o negro liberto, em mão de obra eternamente não qualificada e que, por uma série de razões, não podia ser aproveitada. (MOURA, 1988, p. 72).

O autor supracitado prossegue discorrendo sobre as segmentações que foram criadas ao longo da estruturação da história do país. No Brasil, uma linha invisível porém real, elaborou uma nítida, complexa e bem organizada divisão social do trabalho, que tem como pilar fundamental a divisão racial. A predominância de pessoas nos espaços se orientou a partir de como os indivíduos eram lidos fenotipicamente, fazendo-se entender nitidamente que o que chancelaria as relações sociais trabalhistas como crivo principal nos processos de seleção em aptos e inaptos era o racismo:

> [...] ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e seus descendentes diretos predominassem. Tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, nobre, era exercido pela maioria branca, ao passo que todo sub-trabalho, o trabalho não qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição. (MOURA, 1988, p.72).

Embora tenha no Brasil, como afirma Oracy Nogueira (1998), um racismo operando a partir das marcas visíveis, ou seja, a partir das características físicas das pessoas, como, cor da pele, textura do cabelo, entre outros traços. Os descendentes diretos de pessoas pretas, mesmo passando por um processo de miscigenação e tendo características físicas que os liguem a outros grupos raciais, também serão atravessados pelo racismo estrutural que lança a população negra e seus descendentes nos níveis mais baixos da escala de prestígio do mundo do trabalho e os impossibilita ou torna muito mais difícil e complexa a chance de realizarem qualquer tipo de mobilidade social.

Ainda durante o período de escravização, a população negra em terras nacionais lutava por mais acesso a bens materiais. Karl Monsma (2005), reflete sobre esta situação, nas relações sociais e reivindicações feitas sobre pessoas ainda escravizadas no Oeste Paulista, região do país historicamente conhecida por concentrar grandes produções de cafezais, sendo destino certo da mão de obra forçada de negros e negras:

> A literatura recente sobre as últimas décadas da escravidão no Oeste Paulista demonstra a rebeldia crescente dos escravos, manifesta sobretudo em fugas e em agressões violentas contra senhores, administradores e feitores (cf. Azevedo, 1987; Costa, 1998, p. 357-386; Machado, 1987; Machado, 1994). Alguns cativos reivindicavam a liberdade abertamente; outros lutavam para amenizar o ritmo do trabalho ou para defender direitos costumeiros de morar em unidades familiares, de lavrar roças próprias e de vender uma parte de sua produção (cf. Alaniz, 1997; Slenes, 1999; Xavier,1996). (MONSMA, 2005, p. 106).

Toda conquista alcançada por uma pessoa negra no que à tange mobilidade social em âmbito individual deve ser extremamente comemorada, porém esta ou estas conquistas não devem ser dissociadas de uma luta coletiva, pois os mecanismos da engrenagem social operaram e ainda operam para deixar a população negra em lugar de subalternidade e servidão. Quando cativos reivindicam por uma estrutura habitacional mais confortável física ou emocionalmente, ou até mesmo quando brigavam para poder vender parte do que produzem, os resultados positivos obtidos nesta esfera não beneficia apenas uma pessoa, mas sim um grupo todo, inclusive gerando novos modelos de existência e relacionamento intra e intergrupos raciais.

Organizadas oficialmente, ou não, as associações e movimentos negros foram de suma importância para muitos dos êxitos obtidos pelos negros brasileiros, até porque, não se pode lutar sozinho contra toda uma estrutura de poder e opressão que foi

concebida para excluir e explorar. Uma das discussões e finalidades da existência destes grupos residia em fortalecer e melhorar o nível econômico da população negra brasileira, o que dentro do nosso sistema capitalista passa por conquistar novos e melhores postos de trabalho. Petrônio Domingues (2017) ressalta que:

> Esses grupos impulsionaram o sentimento de pertencimento, construíram e preservaram laços de solidariedade racial. Contribuíram para a percepção das desigualdades e discriminações raciais em nossa sociedade, animando assim os movimentos de reivindicação por direitos e cidadania. Ainda mais, colaboraram para manter viva uma experiência de resistência e ação coletiva, que remonta à época da escravidão. (DOMINGUES, 2017, p. 122-123).

A estratégia de união dos movimentos negros nacionais se configura em ferramenta de grande importância na trajetória e ascensão da população negra no mercado de trabalho. Nem a Abolição (1888), tão pouco os ares de República (1889) que passaram a mediar as relações sociais no país, inclusive que aspirava progresso e modernização na virada do século XIX para o século XX, conferiram mobilidade socioeconômica aos negros. Em uma comparação de cenários com praticamente um século de diferença, Clóvis Moura 1988, aponta para a manutenção dos cidadãos negros nos estratos inferiores da pirâmide social:

> [...] repete-se, em 1980, o mesmo fato que Florestan Fernandes registra ao analisar uma estatística de 1893: o negro é o segmento mais inferiorizado da população. Em 1893 ele não comparece como capitalista. Em 1980 ele comparece apenas com 0,4% na qualidade de empregador. Isto demonstra como os mecanismos de imobilismo social funcionaram eficientemente no Brasil, através de uma estratégia centenária, para impedir que o negro ascendesse significativamente na estrutura ocupacional e em outros indicares de mobilidade social. (MOURA, 1988, p 75).

Uma das estratégias de imobilidade social da população negra, foi a substituição da mão de obra do negro que era cativo por imigrantes brancos, vindos da Europa com o intuito de embranquecerem o Brasil. O economista Mário Lisboa Theodoro, coautor do livro “As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição”, afirma:

> A substituição da mão-de-obra escrava pela dos imigrantes começou, assim, mais de 30 anos antes da abolição. De acordo com os dados disponíveis, entre 1864 e 1887, o número de escravos no país diminuiu de 1,7 milhões para 720 mil, enquanto entre 1872 e 1881, 218 mil imigrantes entraram no Brasil (cf. KOWARIK, 1994, p. 46-

> 47, p. 71). A porcentagem de escravos no total da população, que era de mais de 50% no início do século XIX, foi, dessa forma, reduzida até 16%, em 1874, alguns anos antes do fim da escravidão. (THEODORO, 2008, p. 24).

Conforme pode-se observar, a exclusão da população negra no mercado de trabalho e, consequentemente nos espaços de prestígio e poder na esfera social não acontece por acaso. O critério de separação tendo a raça como fundamento, revela o sistema racista que foi sofisticadamente elaborado pelo poder público, que não se mobilizou de modo algum no pós-abolição para integrar a população de modo justo e igualitário na vida social. Nenhuma medida reparatória foi tomada. Nenhum tipo de assistência ou auxílio foi desenvolvido para amparar as pessoas que passaram a ter formalmente - e, isso não exclui as relações escusas de trabalho e, atividades análogas à escravização - liberdade.

Em número muito menor nos espaços formais de trabalho, a população negra, não de modo homogêneo, porém em maior proporção, se vê forçada a ocupar aqueles que eram considerados os piores postos de trabalho. Figuraram em empregos que exigiam maior força física, como estivadores nos portos e carvoarias, ou então permaneciam no quadro de desempregados, tendo a informalidade como alternativa para sobreviver. Segundo Theodoro:

> [...] no começo do século XX, 92% dos trabalhadores industriais na cidade de São Paulo eram estrangeiros, sobretudo de origem italiana (KOWARIC, op. cit., p. 92). No Rio de Janeiro, então capital do país e a cidade de maior importância econômica, a participação de estrangeiros na indústria representava quase metade da mão-de-obra ali ocupada. (THEODORO, 2008, p. 27).

As duas primeiras décadas do século XX foram de grande importância para o processo de industrialização do país. Todavia, à medida que tentava se aproximar dos modelos civilizatórios eurocêntricos, o Brasil via crescer seu contingente de pessoas pobres, sem renda e sem ocupação. Sobretudo as pessoas que residiam nas regiões Norte e Nordeste, ou seja, distante dos dois principais centros comerciais do país, Rio de Janeiro e São Paulo e, a população negra de modo geral, mesmo estando inserida nas duas metrópoles.

A política de embranquecimento do país e a priorização da mão de obra branca, principalmente da estrangeira, eclode estrategicamente quando ocorre a passagem do

trabalho escravizado para o livre. O Brasil República deveria ser capitalista e branco. A população negra e mestiça, aos olhos da elite, representava o atraso e a vergonha de um país que deveria ficar para trás, assim como ficaram a Colônia, o Império e todos os vestígios de um país provinciano, com apelidos como Porto das Epidemias e Cidade da Febre Amarela, como era chamado o Rio de Janeiro no início do século XX. Moura diz:

> O auge da campanha pelo branqueamento do Brasil surge exatamente no momento em que o trabalho escravo (negro) é descartado e substituído pelo assalariado. Aí coloca-se o dilema do passado com o futuro, do atraso com o progresso e do negro com o branco como trabalhadores. O primeiro representaria a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista. Desta forma, para se modernizar e desenvolver o Brasil só havia um caminho: colocar no lugar do negro o trabalhador imigrante, descartar o país dessa carga passiva, exótica fetichista e perigosa por uma população cristã, europeia e morigerada. (MOURA, 1988, p.79).

Não ter trabalho fixo e remunerado significa também não ter renda regular para poder custear itens materiais necessários até para a existência básica. Esta configuração excludente que se estruturou e se naturalizou no país, baniu majoritariamente a população negra dos espaços prestigiados de consumo e consequentemente das melhores áreas para se viver. O baixo poder aquisitivo, ou a ausência dele, acarreta no não acesso a uma vida com mais dignidade e qualidade. A luta por existência que os negros no Brasil tiveram e ainda têm que travar, pode ser classificada como injusta, vergonhosa e cruel. Taxativo, Sérgio Soares afirma:

> É fato conhecido no panorama das desigualdades brasileiras que há uma desigualdade racial considerável no país. Pretos e pardos, doravante denominados negros, têm menos que a metade da renda domiciliar per capita de brancos. Trata-se de uma desigualdade particularmente detestável dado que, como tem sido destacado em inúmeros estudos, parte significativa dela não é atribuível a nenhuma medida de mérito ou esforço, sendo puramente resultado de discriminações passadas ou presentes. (SOARES, 2008, p. 119).

Embora com alguns sinais de melhora, as discrepâncias salariais tanto na renda individual quanto na renda das famílias negras quando se comparada a de pessoas e famílias brancas, ainda é um grande desafio a ser superado no Brasil. O informativo "Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil", divulgado pelo IBGE no ano de

2019 referendou que 55,8% da população se declarou preta ou parda e, essa união resulta na categoria de raça classificada como negra. Todavia, quando olhado para os níveis de maior rendimento per capita, o reflexo deste percentual se encontra muito distante.

No seleto grupo dos 10% com maior renda no país, 70,6% são representados por pessoas brancas e apenas 27,7% por pessoas negras. Já quando observado o inverso desta pirâmide, a realidade racial é outra, 75,2% entre os mais pobres são negros, enquanto brancos somam 23,7% deste grupo. Por uma perspectiva material, pensar em renda e como vivem brancos e negros no país remete a uma hierarquização onde a população negra é majoritariamente inferiorizada. Vale ressaltar também, que por uma perspectiva simbólica, a discriminação com base no fenótipo faz com que negros e brancos mesmo pertencentes a um único estrato social tenham tratamentos e oportunidades distintas.

Quando analisada a renda média per capita por domicílio, a disparidade permanece. O IBGE apresentou neste relatório que lares de pessoas brancas podem superar o dobro em renda que lares de pessoas negras, sendo R$1.846,00 para o primeiro grupo e R$934,00 para o segundo. Se comparadas raça e gênero, a diferença da renda por raça também é mais aguda que por gênero. Em 2018, mulheres brancas recebiam até 78,7% o valor do rendimento de homens brancos, porém, quando o recorte é racial, pessoas pretas e pardas neste mesmo comparativo recebiam 57,5% do valor pago a homens brancos. Observar estes percentuais corrobora para a quebra da universalidade segundo Djamila Ribeiro. Homens e mulheres não são vistos da mesma forma na sociedade, porém o recorte racial os separam ainda mais:

> Reconhecer o status de mulheres brancas e homens negros como oscilante nos possibilita enxergar as especificidades desses grupos e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras. Por exemplo, ainda é muito comum a gente ouvir a seguinte afirmação: “mulheres ganham 30% a menos do que homens no Brasil”, quando a discussão é desigualdade salarial. Essa afirmação está incorreta? Logicamente, não, mas sim do ponto de vista ético. Explico: mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos. (RIBEIRO, 2017, p.25).

No comparativo por renda na interseção de homens brancos e mulheres negras, o Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) em 2020 salientou que as diferenças salariais entre gênero e raça para pessoas formadas em escolas públicas e privadas podem chegar a 136%. Os dados foram embasados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua Anual, de 2016 a 2018. O estudo revelou que homens brancos com curso superior em instituição pública tem salário médio de R$7.892,00, enquanto mulheres negras com a mesma formação recebem, R$3.047,00 em média.

Quando se observam pessoas formadas em universidades privadas, o salário de homens brancos gira em torno de R$6.627,00 e o de mulheres negras R$2.903,00, tendo uma diferença de 128%. O abismo salarial também se apresenta quando a análise é feita em uma das áreas de maiores necessidades e prestígios na sociedade brasileira, a medicina, por exemplo. Médicos brancos formados em universidades públicas possuem rendimentos mensais de aproximadamente R$15.056,00, enquanto a remuneração média de médicas negras formadas nos mesmos locais é de R$6.370,00, o que significa 136% de diferença.

Quando o cenário é o mundo corporativo e os cargos gerenciais, aqueles que possuem maiores salários, o IBGE, em 2019, chancelou que apenas 11,9% destes lugares eram ocupados por pessoas negras, enquanto pessoas brancas figuravam em 85,9% do quadro. Segundo o Instituto Locomotiva, nas 500 maiores empresas em faturamento no Brasil, apenas 4,7% dos cargos executivos de diretores são ocupados por homens negros, enquanto neste mesmo cenário, apenas 0,4% das cadeiras são ocupadas por mulheres negras.

A população negra vem encontrando espaço no mercado de trabalho, porém as opções de ocupação são em grande maioria em cargos operacionais, aqueles que exigem menos qualificação, possuem também os menores salários e, não estão em posição de decisão e mudança de cenário. Além disso, a mesma pesquisa ressaltou que o número de pessoas negras ultrapassa 50%, contudo quando se levanta os cargos flutuantes, que são aqueles que possuem contrato com tempo determinado, a exemplo de trainees, estagiários e jovens aprendizes. Ou seja, as pessoas, principalmente a juventude negra entra nas empresas, permanece por um período específico e depois é dispensada, podendo, parte do tempo retornar ao quadro de desemprego.

As desigualdades e discrepâncias em números de pessoas negras e pessoas brancas desempregadas ainda são enormes. O mesmo se repete quando olhamos para as diferenças salariais, principalmente nos níveis mais altos das organizações. Nenhuma mudança ocorrerá se não forem pensadas políticas públicas e ações afirmativas para equacionalizar essas distorções criadas durante séculos em nosso país.

Além da exploração, sempre conferindo os menores salários à população negra e, da exclusão dos espaços de poder, como os grandes cargos de liderança, uma outra atitude naturalizada do racismo é a execução. Cria-se o estereótipo de periculosidade e, assim, justifica-se o tratamento de descartabilidade de corpos negros. O que entendemos a partir de Mbembe (2016) como necropolítica, ou política de morte, em que o alvo preferencial de casos sucessivos de assassinatos são corpos negros. Este foi inclusive o fim da trajetória conferida a João Alberto Silveira Freitas, homem negro de 40 anos, que foi espancado até a morte, dentro de uma unidade do supermercado Carrefur[25], em Porto Alegre (RS), no dia 19 de novembro de 2019.

O estarrecedor episódio chocou a sociedade pela brutalidade cometida pelos seguranças que estavam sendo filmados por terceiros e, o fato tomou dimensão nacional, gerando debates acerca do racismo e de como este opera na estrutura brasileira. Mobilizou também um grupo de empresas fornecedoras do Carrefour, que em uma ação de combate ao racismo criou o grupo MOVER (Movimento pela Equidade Racial).

O MOVER[26] surgiu dias depois do assassinato com cerca de apenas 10 empresas, entre elas Coca-Cola, Nestlé e L'óreal, por exemplo. Um ano após a iniciativa, o grupo passou a congregar 45 empresas, como as gigantes das bebidas, Heineken, Diageo e Ambev, e ainda outras de alimentos, como Mondelez, Cargill, Arcos Dourados e Danone, entre outras demais segmentos do varejo. Entendendo que o racismo no Brasil estrutura as relações e põem a população negra em situação de vulnerabilidade, o grupo tem a ambiciosa meta de criar até o ano de 2030, 10 mil cargos de liderança para pessoas negras, empregar e capacitar através de oportunidades que equilibram a visibilidade dos profissionais negros e, conscientizar a população sobre o tema.

---

[25]Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/08/mover-empresas-se-unem-em-movimento-por-equidade-racial.htm. Acesso em: 10 dez. 2021.

[26] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.

Em um cenário de extrema desigualdade, pensar em programas direcionados a grupos minorizados se torna de importância ímpar para o equilíbrio social. O mundo corporativo em um cenário capitalista pode ser referendado como um dos principais espaços de poder, logo, gerar oportunidades para a população negra se torna para além de um dever moral, também uma questão de impulsionamento econômico, pois 56% da população brasileira se autodeclara negra. Pensar em melhores cargos e melhores salários, também é uma estratégia comercial para fazer girar a engrenagem de consumo.

De modo orgânico, um cenário mais igualitário no mundo do trabalho pode até acontecer um dia, porém sem metas, prazos e investimentos, este dia pode ser muito distante. Para qualquer país que se quer grande, elaborar ferramentas de equidade se torna fundamental para um futuro mais igual e o caminho para este lugar são as ações afirmativas.

3- Ações afirmativas, juventude aprendiz e pastoral do menor

O racismo cria barreiras para a população negra. Quando comparamos os dados desse segmento da população com os dados da população branca, mesmo em condições semelhantes de renda ou anos de estudo, é que se vê os efeitos como são poderosos os efeitos do racismo. Embora políticas de ações afirmativas tenham ganho, nos últimos anos, enorme destaque em diferentes espaços da sociedade, isso não significa que estamos próximos da solução nem longe de divergências. (IBASE, 2008, pg.21).

3.1 - Ações afirmativas - a equidade como caminho

Não apenas no Brasil, mas também em diversas outras partes do mundo as ações afirmativas se tornaram medidas estratégicas para criar cenários mais igualitários para

os indivíduos que historicamente, política ou socialmente, devido a questões raciais, étnicas, religiosas e de castas, foram excluídos de direitos sociais e políticos tendo menos chances de realizar conquistas materiais e figurar em espaços de poder e prestígio, como o mercado de trabalho e o sistema regular de ensino.

As ações afirmativas podem ser pensadas como medidas compensatórias ou reparatórias que terão um tempo específico de existência. No Brasil as ações afirmativas elaboradas pelo poder público são construídas a partir de uma vertente redistributiva e/ou assistencial, focadas em reduzir ou erradicar a pobreza e também minimizar os grandes abismos gerados pela desigualdade (Munanga, 1996). Sua finalidade é, por meio de ferramentas de equidade, buscar um cenário mais igual para os atores sociais.

Embora seja na Índia que os programas de ação afirmativa começam a ser idealizados, foi nos Estados Unidos, a partir da década de 1960 que o debate a respeito ganha repercussão, quando os negros estadunidenses lutavam por mais diretos civis assegurados e transformações de diversas leis que os segregava socialmente:

> [...] os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. No período, começam a ser eliminadas as leis segregacionistas vigentes no país, e o movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, com lideranças de projeção nacional, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos. É nesse contexto que se desenvolve a ideia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra. (MOEHLECKE, 2002, p.198).

A segregação institucionalizada era um problema para a população negra nos Estados Unidos, pois os deixava de fora, legalmente, das tomadas de decisão do país, assim como, dos principais espaços de poder, logo, também da possibilidade de construir um futuro melhor. Este cenário de busca de melhorias fomenta o surgimento das ações afirmativas como um elemento que poderia contribuir para uma sociedade mais igualitária entre negros e brancos, corroborando assim, para um maior equilíbrio social entre grupos que foram segmentados socialmente ao longo da história. Segundo Bergmann:

> Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas aquelas pertencentes a grupos

> que têm sido subordinados ou excluídos em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posições executivas unicamente homens brancos. É a comissão de admissão da Universidade da Califórnia em Berkeley buscando elevar o número de negros nas classes iniciais [...] (BERGMANN, 1996, p. 7).

Pode-se pensar em ações afirmativas para diversos grupos minorizados, não apenas para a população negra. Jovens, mulheres, pessoas com deficiência física, pessoas que fazem parte do grupo LGBT+, minorias étnicas, entre outros grupos podem ser incluídos em ações que visam assegurar direitos que foram historicamente relegados. A adaptação destes programas variam de acordo com o país ou com as necessidades apresentadas em um determinado cenário, como aponta Sabrina Moehlecke:

> Mas a ação afirmativa não ficou restrita aos Estados Unidos. Experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros. Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, utilizando se frequentemente a expressão ação ou discriminação positiva. Em 1982, a discriminação positiva foi inserida no primeiro "Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades" da Comunidade Econômica Europeia (Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 1995, Estudos Feministas, 1996) (MOEHLECKE, 2002, p. 199).

Não é uma tarefa apenas do poder público, embora seja extremamente necessário que os governos se envolvam na construção de medidas equitativas, oferecendo apoio e/ou demonstrando boa vontade para que estas sejam executadas, afinal, o engajamento dos líderes sempre impulsiona o sucesso das ações propostas. Contudo, na busca por emancipação de grupos que foram ou estão excluídos, os mais diversos segmentos sociais podem se envolver no planejamento e execução de programas direcionados à equidade. Bergmann ressalta que:

> Ações Afirmativas podem ser um programa formal e escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente. (BERGMANN, 1996, p. 7).

De um modo muito mais amplo, podemos perceber que as ações afirmativas são inúmeros programas que incluem, mas ultrapassam o debate da reserva de cota em universidades, por exemplo. Pode-se pensar em ações afirmativas como medidas que

compensarão discriminação, exclusão e marginalização em diversos cenários, visando eliminar quadros desiguais construídos ao longo da história e que não conferiu tratamento igual a diversos grupos que mesmo sendo maiores em número, são menores em representatividade nos espaços de poder.

Estando em menor número nestes espaços de poder e/ou sendo representados por pessoas que embora façam parte do seu grupo racial ou de gênero, por exemplo, mas que não tenham consciência das desigualdades sociais e históricas, consequentemente estas pessoas terão menos voz e menor probabilidade de tomada de decisão que os favoreça. Este é o caso da população negra no Brasil, que como citada anteriormente, passou por um longo processo de escravização não sendo reconhecida como cidadã e sem nenhum tipo de direito. Já no pós-abolição, o Estado Brasileiro não conferiu apoio ou auxílio a população negra liberta e seus descendentes, não havendo indenizações financeiras, reserva de vagas de trabalho, ou introdução programada no sistema formal de ensino o que consequentemente os deixa - ou melhor, nos deixa - a maior parte do tempo em condições materiais desfavoráveis quando comparado à população branca. Este cenário de muitos desajustes nos leva a refletir sobre a importância e urgência das ações afirmativas no país, o que segundo Moehlecke, o debate entra em pauta a partir da década de 1960:

> O primeiro registro encontrado da discussão em torno do que hoje poderíamos chamar de ações afirmativas data de 1968, quando técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho manifestaram-se favoráveis à criação de uma lei que obrigasse as empresas privadas a manter uma percentagem mínima de empregados de cor (20%, 15% ou 10%, de acordo com o ramo de atividade e a demanda), como solução para o problema da discriminação racial no mercado de trabalho (Santos, 1999, p.222). Entretanto, tal lei não chega a ser elaborada. (MOEHLECKE, 2002, p. 204).

Vale ressaltar que este é um ambicioso projeto, tendo em vista o momento político em que o se encontrava. A década de 1960, do século XX, é marcada pela tomada do poder pelas Forças Armadas, cenário em que se configura uma ditadura que levou 20 anos para chegar ao fim, porém deixou profundas marcas na construção das relações e instituições democráticas do país. Inclusive, conforme reflexão de Ianni (2004), o país que não era uma democracia social, não poderia ser pensada como uma democracia racial. Logo, na década de 1970, grupos populares passaram a se organizar mais solidamente para denunciar a falácia do mito da democracia racial, em que

supunha que brancos e negros viviam harmoniosamente nas mesmas condições de igualdade, inclusive é nesta década, no ano de 1978, que é fundado o Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo. Da união de pessoas negras organizadas ou não em movimentos sociais, muitas discussões a respeito de leis e direitos surgem e são apresentadas na esfera do poder público. Um dos proeminentes nomes desta luta é o político e intelectual Abdias do Nascimento, que na década de 1980, inicia a proposição de um projeto de lei para compensar/reparar as desigualdades geradas pelo processo de construção racista e segregador do Brasil:

> [...] nos anos de 1980 haverá a primeira formulação de um projeto de lei nesse sentido. O então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, propõe uma ação compensatória, que estabeleceria mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação. Entre as ações figuram: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. O projeto não é aprovado pelo Congresso Nacional, mas as reivindicações continuam. (MOEHLECKE, 2002, p. 204).

Conforme podemos averiguar, as ações afirmativas também englobam as reservas de vagas, popularmente conhecidas e debatidas como cotas, que são de uma importância ímpar em diversas instituições para que haja maior equidade racial, étnica, de gênero, de sexualidade, geracional e, assim por diante. Todavia, as ações afirmativas podem e devem ser pensadas para além das cotas e, os movimentos negros foram de intrínseca relevância neste debate, propostas e implementação nacional, quando falamos a respeito de diversidade, equidade e igualdade racial.

A Serra da Barriga, local em que abrigou o Quilombo dos Palmares, foi considerado patrimônio histórico do país, em 1984, por meio decreto de lei, por causa da luta dos movimentos negros, assim como, 1988, no Centenário da Abolição, surge a Fundação Palmares, com o propósito de apoiar material e imaterialmente iniciativas para fortalecimento e celebração da contribuição e memória da população negra do país. A tentativa de desmonte que há na instituição na gestão atual do jornalista Sérgio Camargo, vinculado ao governo Jair Messias Bolsonaro (2018 - 2022), é uma clara

tentativa de enfraquecimento da construção que os movimentos negros vêm fazendo ao longo de décadas no país.

Após a redemocratização do país em 1985 e a elaboração de uma nova Constituição Federal em 1988, o racismo passou a ser considerado crime: "Art. 5 [...] XLII - a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei" (BRASIL, 1988, CF/88). Já no ano seguinte é constituída a Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989[27]), que concretizou o Inciso XLII do artigo 5º e, inclusive com pontos específicos sobre o mercado de trabalho:

> Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.
> Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada.
> § 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica:
> I - deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores;
> II - impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional;
> III - proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto ao salário.
> § 2º Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências. (BRASIL, 1989).

A chegada dos anos 1990 traz também mais visibilidade às reivindicações dos movimentos negros, em 1995, o Movimento Negro Unificado (MNU), realiza em Brasília a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e Vida, que teve como finalidade apresentar ao governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), um programa de atuação contra o racismo e as desigualdades:

> Nos anos 90, o Movimento Negro, ao estabelecer um diálogo com o Estado brasileiro, tem sua agenda política alçada à esfera pública. Contudo, é no contexto pós-Conferência de Durban que o discurso político-identitário do movimento se transnacionaliza, através do deslocamento de uma identidade nacional para uma identidade étnica, centrada em novos processos de subjetivação "racial" no Brasil. (TRAPP, 2011, p. 235).

---

[27] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10558.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.

A III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata aconteceu em Durban, em 2001, na África do Sul e, a participação do Brasil neste encontro solidificou a reflexão e as discussões sobre ações afirmativas no país. Embora ainda com muitas barreiras estruturais, o debate abre caminho para proposição de ações mais concretas no âmbito da implementação de políticas públicas que visassem mais igualdade e inclusão para a população negra no país.

> O presidente Fernando Henrique Cardoso, apesar de inaugurar mudanças nos discursos oficiais brasileiros e nos marcos normativos sobre a questão racial, não apoiava aquelas políticas explicitamente. O presidente Lula, apesar de explicitar verbalmente o apoio a tais políticas e criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no seu primeiro ano de governo, não implementou nenhuma política de ação afirmativa para estudantes negros nas instituições de ensino público superior brasileiras (DOMINGUES, 2014, pg. 40).

No ano de 2002, o Ministério da Educação criou o Programa Diversidade na Universidade, por meio da Lei nº 10.558: "Art. 1º [...] com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros (BRASIL, 2002, CF)[28]". O projeto não gerou grandes impactos para o público a qual se destinava, inclusive não se tornou popular e, vale ressaltar ainda, que 2002 foi ano de eleição e último mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

A partir de 2003 o Brasil ingressa na era Lula e as discussões a respeito de ações afirmativas se tornam mais efervescentes, chegam a mais pessoas de modo direto ou indireto, proporcionando maiores modificações na cena nacional. No âmbito das universidades privadas e por meio da Medida Provisória 213/2004 é criado o Programa Universidade Para Todos, popularmente conhecido como PROUNI. Em 2005 a MP é sancionada pela Lei nº 11.096/2005[29]:

> Art. 1º [...], destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação

---

[28] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.

[29] Disponível em: https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90839/lei-3524-00. Acesso em: 22 jun. 2022.

> específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.
> § 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).
> § 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), cujos critérios de distribuição serão estabelecidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não portadores de diploma de curso de nível superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda ao valor de até 3 (três) salários-mínimos, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2005).

Em geral as discussões populares em torno da concessão de cotas levam em consideração apenas raça, sendo frequentemente questionada a competência de pessoas negras adentrarem os espaços acadêmicos. Contudo, o primeiro quesito como apresentado acima é renda, ou seja, o primeiro marcador social para ser pertencente ao grupo beneficiado é a renda, depois a raça:

> Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao Prouni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:
> I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;
> II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.
> § 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2005).

No âmbito público, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte-Fluminense (UENF) foram as precursoras de programas afirmativos voltados à correção de distorções causadas pelas desigualdades na qualidade do ensino. No ano 2000 foi promulgada a Lei n° 3.524[30], que determinava a reserva de 50% das vagas em ambas as instituições para alunos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio na rede pública municipal ou estadual. No ano seguinte, a Lei nº 3.708/2001[31] faz recorte a partir da declaração racial do

[30] Disponível em: https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90840/lei-3708-01. Acesso em: 22 jun. 2022.
[31] Disponível em: https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90604/lei-4151-03. Acesso em: 22 jun. 2022.

indivíduo, determinado 40% da reserva de vagas nestas duas universidades estaduais para a população negra, não tendo o quesito renda como fator de corte.

Porém, no ano de 2003, políticas sendo refletidas e implementadas a partir do alinhamento político de um novo governo, o fator renda se une à intersecção racial para determinar as pessoas negras que seriam beneficiadas pelos programas afirmativos das universidades estaduais do Rio. A Lei nº 4.151[32] exigia comprovação da insuficiência de renda para que o indivíduo fosse beneficiado com a cota, além disso, o proporcional fora reduzido:

> Art. 5º - Atendidos os princípios e regras instituídos nos incisos I a IV do artigo 2º e seu parágrafo único, nos primeiros 5 (cinco) anos de vigência desta Lei deverão as universidades públicas estaduais estabelecer vagas reservadas aos estudantes carentes no percentual mínimo total de 45% (quarenta e cinco por cento), distribuído da seguinte forma:
> I - 20% (vinte por cento) para estudantes oriundos da rede pública de ensino;
> II - 20% (vinte por cento) para negros;
> III - 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor e integrantes de minorias étnicas. (RIO DE JANEIRO, 2003).

Ao longo dos anos seguintes, outras universidades estaduais e federais foram fazendo movimento similar à UERJ e à UENF e implementaram cotas para absorver grupos sub-representados em seus quadros discentes. No entanto, somente no ano de 2012, já no governo da presidente Dilma Rousseff que a Lei nº 12.711[33] foi promulgada, determinando a política de cotas como obrigatória nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio:

> Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
> Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita .
> Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por

[32] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.
[33] Disponível em: https://www.pastoraldomenor.com.br/. Acesso em: 22 jan. 2022.

> autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012).

Assim como a discussão sobre ações afirmativas para a população negra é recente e com muito tempo de defasagem no Brasil, os estudos sobre a juventude são também considerados tardios e oscilantes. Somente em 2003 cria-se um Plano Nacional da Juventude e, em 2005 a Política Nacional da Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). O jovem, peça essencial da engrenagem social passa a ter seus direitos assegurados pela Constituição apenas 2010, quando pela emenda número 65 de 13 de julho, o Capítulo VII do Título VIII é alterado para "da Família, da Criança, do Jovem e do Idoso".

Estruturar programas e políticas públicas direcionadas à juventude ganha relevância nos debates sociais, pois os jovens se encontram mais vulneráveis às crises que a sociedade enfrenta: figuram em maior proporção entre os desempregados, como visto anteriormente. São também os que aparecem mais vezes no Atlas da Violência sendo vítimas de assassinato. São aqueles que estão em maior número em privação da liberdade, ou seja, a juventude pode ser considerada por setores mais conservadores como um problema. Logo, a construção de ações afirmativas direcionadas aos jovens, significa também manter a sociedade em ordem, como diz Abramo:

> A maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos "problemas sociais" que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social. (ABRAMO, 1997, p.75).

Com a perspectiva de conter os problemas causados pela faixa etária e, manter os jovens distantes de situações de risco, como o ingresso no poder paralelo, consumo de drogas ilícitas, gravidez inesperada, entre outras possibilidades de caminho que não coadunam com a construção de uma vida saudável, responsável e regrada, estruturada

pelo modelo tradicional de família, algumas políticas públicas são pensadas para a juventude. Os programas para os jovens no final do século XX e início do século XIX, residem principalmente no âmbito da educação e do mercado de trabalho: “reinserção escolar e capacitação para trabalho, são vistos como antídotos à violência e à fragmentação social, e não como direitos dos jovens (Novaes, 2009, p. 16)”.

Se por um lado existe a construção da narrativa da juventude vista como um problema social a ser resolvido, por outro, entende-se cada vez mais que os jovens precisam de autonomia para desenvolver suas jornadas e fortalecerem suas identidades enquanto sujeitos de suas histórias. Neste contexto, nunca antes na história nacional se falou tanto em protagonismo jovem como a partir do início do século XXI:

> […] protagonismo juvenil parece designar não um método ou princípio pedagógico, mas certa capacidade intrínseca ao jovem, a de ser protagonista – ou o ator principal – no desenvolvimento do país, da chamada comunidade e do seu próprio. (SOUZA, 2009, p.3)”.

Lógico, tudo isto, vem no bojo do avanço e democratização das tecnologias da informação e comunicação, que cada vez mais desmontam fronteiras imaginadas e permite aos curiosos e criativos jovens dialogarem de modo mais próximo com o mundo. O que pode levar a muitas descobertas e também questionamentos sobre o que lhes é apresentado como modo de vida e também direitos, o fortalecimento de laços de pertença e autoestima, mas também o enfrentamento de problemas como discriminações e linchamentos virtuais.

São inúmeras questões e ponderações que perpassam sobre a vida das juventudes, inclusive se tornam questões de preocupação e discussão social. O jovem precisa trabalhar, mas não pode ser submetido a qualquer tipo de trabalho degradante e sem nenhuma proteção como acontecia em décadas anteriores. Luis Paulo J. de Oliveira afirma que: “o mundo do trabalho se configura como mediação efetiva e simbólica de experimentação da condição juvenil brasileira” (2013, p. 23).

O trabalho não tem apenas a finalidade de suprir as necessidades de um indivíduo. Junto ao emprego estão atribuídos valores morais que influenciam nas relações sociais. As pessoas são tratados com mais ou menos prestígio se estiverem empregados ou não, assim como o emprego, posição trabalho ou o desemprego atua na subjetividade e autoestima do próprio indivíduo. A conexão entre trabalho e vida moralmente aceita se solidifica no Brasil pós-abolição, quando pessoas negras sem

trabalho eram duramente reprimidas pela sociedade: “Era fundamental transmitir ao negro liberto que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade, que o mesmo é o elemento característico da vida civilizatória (VALLADARES, 1991, p. 89)”.

Ainda hoje a sociedade brasileira reproduz este pensamento como regulador de conduta, o trabalho é uma ferramenta que confere maior ou menor prestígio social e, em alguns casos, a ausência de uma ocupação leva ao demérito e descrédito. Em muitas famílias, sobretudo as mais pobres, assim que o indivíduo entra na juventude é cobrado que este faça algum tipo de tarefa regular, que ocupe seu tempo, dignifique seu caráter para se afastar das más escolhas e companhias. Ainda é cobrado que colabore com a renda doméstica, ou, pelo menos, inicie o pagamento de seus próprios gastos pessoais.

Neste contexto contínuo de cobranças e em uma fase de extrema dificuldade para encontrar um emprego, como é no final da adolescência e início da juventude, surge então no país, nos anos 2000, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei da Aprendizagem. Esta se mostra como alternativa de capacitação profissional teórica e prática para a juventude de 14 a 24 anos. Em 2005, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei da Aprendizagem é regulamentada e o Programa Jovem Aprendiz se torna uma das principais referências na inserção de jovens no mercado de trabalho. Principalmente de jovens negros e periféricos, que possuem pouca ou nenhuma experiência e precisam conciliar trabalho e estudo.

3.2 - Jovem aprendiz - o programa

A redemocratização trouxe ao Brasil inúmeras possibilidades de caminhos para a construção de um país mais moderno e também mais igualitário. Um dos seus principais marcos foi a nova Constituição, que nasceu em 1988 e que vetou o trabalho de menores de 16 anos, exceto apenas na categoria de aprendiz, podendo iniciar aos 14 anos. Segundo informa o Manual da Aprendizagem Profissional elaborado pelo Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho no ano de 2019:

> [...] No Brasil, historicamente, a aprendizagem é regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e passou por um processo de modernização com a promulgação das Leis nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, e nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

> O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, também prevê, nos seus arts. 60 a 69, o direito à aprendizagem, dando-lhe tratamento alinhado ao princípio da proteção integral à criança e ao adolescente. (BRASIL, 2019, p. 7).

Vistos como grupo vulnerável, crianças e adolescentes passam a contar com o ECA a seu favor. A proibição do trabalho infantil é de suma importância para o desenvolvimento não só dos pequenos, como do país também, pois permite uma preparação e aproveitamento maior de crianças e adolescentes em ambientes acadêmicos, podendo assim, trabalhar suas habilidades cognitivas e de relacionamento interpessoal. Por isso, inclusive, que a convivência e discussão sobre diversidade e respeito é de extrema importância nestes espaços.

Já um programa de emprego sob a luz das leis trabalhistas para adolescentes e jovens é bom não apenas para estes grupos, mas também para as empresas que abraçam, voluntariamente ou não, esta iniciativa, pois além de dar oportunidade aos ingressantes no mundo laboral, o tão sonhado primeiro emprego em inúmeros casos, as empresas têm a oportunidade de formar mão de obra qualificada, segundo suas necessidades. O contrato de aprendizagem pode soar aos sensíveis, como uma fase de experimentação mútua por um prazo muito mais alongado que os tradicionais 3 meses (90 dias) de experiência nos contratos regulares com vínculo celetista. O Programa Jovem Aprendiz objetiva-se a formação teórica e prática dos seus participantes.

> Essa formação realiza-se em programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob orientação e responsabilidade de instituições formadoras legalmente qualificadas. O aprendiz com idade entre 14 e 24 anos, matriculado em um curso de aprendizagem profissional, é admitido por estabelecimentos de qualquer natureza que possuam empregados regidos pela CLT. (BRASIL, 2019, p. 7-8).

O direcionamento básico para que o programa de aprendizagem seja implementado em uma instituição de qualquer natureza econômica, social ou sindical, é que este estabelecimento tenha 7 ou mais empregados em atividades que exijam formação profissional. A partir daí, obrigatoriamente terão que contratar jovens aprendizes em cotas fixadas entre 5 e 15% do total do número destes colaboradores. O objetivo da cota fixa mínima é para que os jovens tenham oportunidade de ingressar no mercado de trabalho e, ter uma cota máxima, faz com que muitas empresas não veja

como oportuno ter funcionários com uma remuneração menor. O não cumprimento das cotas mínima e máxima é considerado infração trabalhista podendo acarretar em multas.

Das exigências sobre o perfil do adolescente ou jovem que ingressará no programa, independe de qualquer vaga que este venha a ocupar em sua jornada de trabalho, além do limite mínimo 14 anos e máximo 24 anos de idade, a frequência ou conclusão escolar é condição basilar para estar no programa:

> [...] Caso o adolescente ou jovem não tenha concluído o Ensino Médio, deve estar obrigatoriamente matriculado e frequentando a escola regular (§ 1º do art. 428 da CLT).
> Nas localidades onde não houver oferta de Ensino Médio, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o Ensino Fundamental (art. 428, § 7º, da CLT).
> A pessoa com deficiência também pode ser aprendiz, mas não há limite máximo de idade para a sua contratação como aprendiz (art. 428, § 5º, da CLT) e a exigência de comprovação da escolaridade deve considerar as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização (art. 428, §6º e §8º). (BRASIL, 2019, p. 12).

Ao incluir escolaridade como pré-requisito de contratação do jovem, o Programa dialoga com os princípios do ECA e, também protege adolescentes e jovens da propensa evasão escolar, que pode acontecer em muitos casos quando as pessoas precisam conciliar trabalho e estudo. Por isso, boa parte das empresas contratam seus aprendizes em tempo parcial da jornada de trabalho, estes não cumprem as tradicionais 8 horas diárias, mas apenas 4 horas e em alguns casos 6 horas. Caso necessário o cumprimento de 8 horas de jornada em único dia, nestas horas devem ser contempladas atividades práticas e teóricas, incluindo deslocamento, caso ambas não sejam em um único local.

O contrato de jovem aprendiz, terá período determinado, variando de acordo com sua atividade e empresa contratante, sempre entre 12 e 24 meses, não podendo ser renovado, nem mesmo ultrapassado um dia do limite final, sob a penalidade do contratante arcar com os devidos custos trabalhistas de um profissional contratado com por período indeterminado. Regido pela CLT, o contrato de aprendiz confere ao jovem participante todos os direitos que um trabalhador regular possui: salário proporcional às horas trabalhadas com base no salário-mínimo, descanso semanal remunerado (o pagamento do sábado e domingo, para quem trabalha de segunda a sexta-feira, mesmo sendo dias de descanso), férias mais um terço de férias e/ou meses proporcionais caso hajam, FGTS sendo neste caso 2% do salário mensal e não 8% como os demais

trabalhadores, cobertura do INSS em caso de licença pelos mais variados motivos, 13º integral e/ou proporcional. A exceção fica pelo aviso prévio e auxílio-desemprego, pelo óbvio fato de ser um contrato com tempo determinado. Sobre remuneração e descontos:

> Aplica-se ao aprendiz a regra do art. 462 da CLT, ou seja, é vedado efetuar qualquer desconto no salário, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de convenção ou acordo coletivo que lhes seja aplicável.
> Assim, devem ser descontados, por exemplo, o percentual do INSS, do vale-transporte, as faltas e os atrasos injustificados e não abonados. (BRASIL, 2019, p. 53).

Das disponibilidades do cumprimento das cláusulas contratuais, em geral os jovens cumprem expediente um dia da semana nas instituições de capacitação teórica, momento em que têm contato com o projeto pedagógico do Programa Jovem Aprendiz. Este programa variará de acordo com a formação na qual o aluno estiver inscrito, porém a grande maioria dos cursos ofertados são voltados para a capacitação na área administrativa, preparando-os para serem auxiliares em funções e trabalhos básicos, como: atendimento e relacionamento com o cliente, organização de arquivos e estoques, acompanhamento em processos e auxiliar em funções e rotinas gerais de escritório. Já nos outros quatro dias da semana, os participantes do programa de aprendizagem cumprem horário nas empresas parceiras onde foram contratados. Este é o momento da capacitação prática, em que os jovens são instruídos e direcionados de acordo com suas funções, setores onde estão alocados e ainda têm a oportunidade de alinhar aprendizagem teórica com ação prática para desenvolverem melhores conhecimentos, habilidades e competências.

Cabe à entidade qualificadora, responsável pela capacitação teórica, seguir os critérios da Portaria nº723/2012 para elaborar o programa de aprendizagem, fechar parceria com as empresas e iniciar o processo de recrutamento e seleção dos jovens a serem contratados. Entre os principais direcionamentos, se encontram:

> [...] o número máximo de aprendizes por turma; o perfil socioeconômico do aprendiz e a justificativa para seu atendimento; os objetivos do programa de aprendizagem, com a especificação dos conteúdos e atividades a serem realizadas e sua relevância para os aprendizes, a sociedade e o mundo do trabalho; os temas a serem desenvolvidos, incluindo os conhecimentos, as habilidades e as competências e sua pertinência em relação aos objetivos do programa

> e o potencial de aplicação no mercado de trabalho; a estrutura do programa de aprendizagem e sua duração total em horas [...] (BRASIL, 2019, p. 10).

Originalmente o Sistema S (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR e SESCOOP), era responsável por capacitar os jovens e trabalhar em conjunto com as empresas que já faziam parte do seu quadro de associados. Porém com a ampliação do programa para instituição de todas as naturezas, o Sistema S passa a não absorver essa demanda e entidades sem fins lucrativos que assistam socialmente crianças e adolescentes, que tenham a educação profissional como viés integrador e estejam regularmente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), passam então a poder oferecer capacitação teórica para o Programa Jovem Aprendiz.

Este é o caso da Pastoral do Menor, entidade que integra a Igreja Católica, sendo um órgão de caridade e assistência, atuando sob a luz da liturgia religiosa e dos direitos humanos. Pastoral do Menor, ou PAMEN, é voltado principalmente à população pobre e vulnerável, neste caso, principalmente a crianças e adolescentes, porém, sem deixar de acompanhar e assistir suas famílias, por meio de projetos voltados à educação, esporte, lazer, cultura, atendimento psicológico e direcionamentos religiosos.

3.3 - A pastoral do menor - história e desenvolvimento

Para entender um pouco a história da Pastoral do Menor, seu surgimento e objetivo de atuação, precisamos nos voltar para o desenrolar da história do Brasil, os grandes desafios e abismo que a sociedade enfrentou ao longo do tempo e principalmente no período em que a democracia foi subtraída da nação. A partir da segunda metade do século XX, a industrialização se intensifica no país, consolidando o eixo Rio-São Paulo como a região mais próspera e com maiores oportunidades de trabalho. Porém, em 1964 o Golpe Militar fez a frágil democracia brasileira virar lembrança e sonho na cabeça dos progressistas.

Em um cenário de muitas mudanças sociais, políticas, econômicas e que se tornam pontos de extrema relevância na nossa história, surge a Pastoral do Menor (PAMEN). Segundo o Plano de Formação da PAMEN de 2018:

> Em toda vida que inicia, existe um período de gestação. Na PAMEN ele se deu na luta dos movimentos sociais organizados, os setores progressistas da Igreja Católica, entre eles, contra a ditadura militar na década de 1970. O Brasil tornou-se um país principalmente urbano, produto de um desordenado êxodo rural consequência de um forte processo de industrialização que trouxe como efeito "colateral" a presença crescente de crianças empobrecidas e abandonadas nas ruas das grandes cidades. É nesta realidade que o movimento da infância será constituído e a PAMEN nasce (PAMEN, 2018, p. 10).

Uma nova consciência da Igreja ganha força com a Conferência Episcopal Latino-americana que ocorreu em Medellín, em 1968. O debate em torno da população pobre foi o foco do encontro e, as crianças e adolescentes deste recorte de renda, considerados como ainda mais vulnerabilizados, a partir da supressão total ou parcial de direitos em que muitos "menores" viviam. Neste aspecto, podemos direcionar nossas observações com maior atenção ainda para os menores que sofrem abandono, passando a estar em situação de rua, ou tendo que buscar maneiras de desenvolverem-se sem a tutela de adultos. Para estes pequenos atores sociais, o governo da década de 1970 via a repressão como caminho, já a PAMEN, lançou olhar sob o acolhimento:

> Em 1975, a Câmara dos Deputados instaurou a "CPI do Menor". A Comissão Parlamentar de Inquérito tinha por objetivo investigar o problema do 'menor' carente no Brasil. O resultado da CPI foi desencadear maior pressão para que novos instrumentos legais fossem criados para solucionar o problema da carência e combater o aumento da criminalidade nas cidades com maior número de menores abandonados. Como reação da sociedade civil ao 'problema do menor', a Arquidiocese de São Paulo funda, em dezembro de 1977, a Pastoral do Menor, sob a regência de D. Luciano Mendes de Almeida, então Bispo Auxiliar da Região Episcopal Belém da Arquidiocese de São Paulo. (PAMEN, 2018, p. 11).

A cultura menorista, ou seja, desvincular crianças e adolescentes do imaginário social apenas como sujeitos que estão em fase de formação e precisam de apoio e amparo, transformando-os em causa do problema social e não consequência de um país desajustado em que a desigualdade dá o tom e orquestra as relações, foi papel que coube ao governo ao longo de séculos, tendo inclusive, a raça como pano de fundo para colocar os indivíduos neste lugar: "O olhar para esse abandono foi desvelando que este sofrimento vem desde o Brasil Colônia, com a marca de violência, de crianças fruto de agressão a mulheres indígenas e depois a mulheres negras durante muitos séculos (PAMEN, 2018, p.11)".

> Em 1979 aconteceu o Ano Internacional da Criança e, nesse cenário de apelo mundial pela proteção da criança, o Brasil do regime militar, na contramão da História, aprovou o novo Código de Menores, instituindo a Doutrina da Situação Irregular, definida como a situação de privação das condições de subsistência, maus-tratos, abandono, desvio de conduta moral ou por prática de infração penal. Isto é, a criança pobre era vista como criminosa, sujeita ao confinamento nos reformatórios (PAMEN, 2018, p 13).

Embora o foco da Pastoral do Menor seja crianças e adolescentes, a instituição ampara toda família, entendendo que houve e há, em inúmeros casos, a violação dos Direitos à Vida e Humanos de milhares destas famílias ao longo dos séculos. Logo, fazendo com que muitas não consigam ser ouvidas em reivindicações básicas por justiça e cumprimento da lei:

> A presença de Dom Luciano Mendes de Almeida na Região Episcopal Belém o levou ao encontro da antiga FEBEM de São Paulo, numa das unidades localizadas no bairro Tatuapé (Quadrilátero do Tatuapé). Essa unidade chegou a concentrar mais de mil adolescentes de todo o Estado. As aflições desses meninos e familiares extrapolaram os muros do imenso quadrilátero e tocaram profundamente Dom Luciano, que encontrou gente já inconformada com essa realidade, como o Padre Júlio Lancellotti, que à época era um profissional da antiga FEBEM, assim como a assistente social Ruth Pistori. Esses foram os primeiros passos que construíram, como alternativa à Liberdade Vigiada, a Liberdade Assistida Comunitária, uma das primeiras ações de convênio em parceria com o Poder Público. (PAMEN, 2018, p. 12).

Para além de estar embasada em uma visão religiosa, a Pastoral do Menor desde seu surgimento atuou fortemente como agente político intervindo em absurdos, desmandos e omissões do Estado. Parcerias se formaram, movimentos foram organizados e inúmeras pessoas em todas as partes do Brasil, religiosas ou não, se mobilizaram em torno da causa crianças, adolescentes e os mais pobres. Com reconhecimento ímpar e grande credibilidade na sociedade, a PAMEN consegue interferir na Constituição de 1988 e na criação do ECA, em 1990.

> Fiel à sua vocação político-libertadora, com essas entidades e a Comissão Nacional Criança e Constituinte, a Pastoral do Menor criou em 1986 a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança, que elaborou uma ‘Carta Aberta aos Constituintes e à Nação Brasileira’, documento base para a Emenda ‘Criança: Prioridade Absoluta’ apresentada no ano de 1987. A Pastoral também impulsionou a criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

> – o Fórum DCA, com o objetivo de articular a campanha: "Criança Prioridade Nacional" em 1988. Da atuação conjunta desses movimentos resultou a criação do artigo 227 da Constituição Brasileira, bem como a elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, cuja doutrina de proteção e atendimento integral norteia a sua proposta emancipadora. (PAMEN, 2018, p. 13).

Com o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a abordagem terminológica sobre infância e adolescência muda e, o termo menor juridicamente se torna obsoleto, contudo a Pastoral mantém o nome entendendo que o viés teológico deve prevalecer, como podemos conferir no documento Princípios, Diretrizes e Organização, elaborado em novembro de 2017:

> II – a Pastoral do Menor não entende por "menor" a caracterização estigmatizante adotada pelas políticas contemporâneas ao Código de Menores, instituído pela Lei Federal 6.697, de 10 de outubro de 1979;
> III – a Pastoral do Menor quer trazer sempre viva a proposta da mística evangélica de acolhida aos pequenos, lema da Campanha da Fraternidade de 1987: "Quem acolhe o menor a mim acolhe" (Mc 9,37), compreendendo "menor" como aquela criança e adolescente esquecido, rejeitado e excluído dentre todos.
> IV – o termo "menor" consagrado na nossa história pastoral é teológico e não jurídico. Somos a Pastoral do Menor a serviço da vida de crianças e adolescentes, especialmente aqueles mais empobrecidos e violados em seus direitos. (PAMEN, 2017, 3-4).

Assim surge a Pastoral do Menor, acompanhando os movimentos sociais e fazendo leitura crítica da sociedade e entendendo que renda é condição fundamental para colocar atores sociais em situação de vulnerabilidade social. Crianças, adolescentes e seus familiares quando se encontram em situação histórica de pobreza precisam de um olhar mais atento e, que acolhimento e cuidado são caminhos para construção de uma sociedade mais humana e igualitária. Programas e ações devem ser construídas e direcionadas para sanar distorções sociais.

> ART. 5º – A história da Pastoral do Menor encontra seu embrião de compromissos com os direitos humanos da infância e da adolescência em diversas atividades de atendimento, que não se denominavam "Pastoral do Menor", mas que traziam em si alguns princípios e critérios que norteavam tais ações (PAMEN, 2017, p. 4).

Assim se constitui a história da Pastoral do Menor em São Paulo e pelos mais diversos estados do país, inclusive no Rio. Com sólidos direcionamentos para o cuidado com os mais vulneráveis tendo a liturgia e os direitos humanos como princípio, em 1984, o Cardeal Dom Eugênio Sales, implanta na Arquidiocese do Rio de Janeiro a

PAMEN, com a missão de: "Promover e defender a vida das crianças e dos adolescentes empobrecidos e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais[34] (PAMEN, 2014, art.12)".

Dentre as estratégias de atuação da Pastoral do Menor do Rio de Janeiro estão: "Contribuir para a inserção e permanência das crianças e jovens no sistema educacional[35]". Aqui reside o primeiro critério para a participação de um indivíduo no Programa Jovem Aprendiz, que é nosso recorte de pesquisa. Para um jovem participar do programa, faz-se necessário que esteja estudando ou tenha concluído o ensino médio. Os programas de reforço escolar da instituição contribuem para a não evasão de crianças, jovens e adolescentes do sistema educacional, o que automaticamente proporciona um melhor direcionamento ao mercado de trabalho.

A preocupação com o jovem e o universo trabalhista, inclusive, se torna uma das vertentes de maior atenção da PAMEN Rio, como podemos observar neste outro objetivo: "Possibilitar a ampliação do universo informacional promovendo a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho[36]". Este é o meu recorte de atuação, enquanto professor do Programa Jovem Aprendiz e um dos elementos que possibilitam a existência desta pesquisa.

Ao longo dos anos a Pastoral do Menor foi solidificando sua atuação no Rio de Janeiro e conseguindo ampliar seu raio de atuação atendendo cada vez mais pessoas e comunidades. Os números nos relatórios anuais deixam explícitos a relevância de existência e trabalho feito nas comunidades carentes cariocas. No ano de 2011, existiam 22 polos implantados em 102 favelas. Em 2012, o número passou respectivamente para 25 e 122. Em 2014, quando completou 30 anos de existência, já haviam 29 polos, em 149 comunidades atendidas. Em seu último relatório anual, em 2020, o número de polos chegou a 39 e, 333 comunidades favelizadas atendidas[37].

Para atender todas estas diversas pessoas e territórios, a PAMEN possui hoje 8 projetos que visam atingir não só crianças, jovens e adolescentes, mas toda a família, entendendo, inclusive, que família pode ser composta por pai, mãe, ou diversos outros

---

[34] https://www.pastoraldomenor.com.br/quem-somos/. Acesso em: 22 jan. 2022.
[35] https://www.pastoraldomenor.com.br/quem-somos/. Acesso em: 22 jan. 2022.
[36] https://www.pastoraldomenor.com.br/apresentacao/relatorios-de-atividade/. Acesso em: 22 jan. 2022.
[37] https://www.pastoraldomenor.com.br/programas/programa-pleitear/. Acesso em: 22 jan. 2022.

membros, uma vez que a presença paterna pode não ser uma realidade em muitos lares mais pobres, o que culmina em lares chefiados por mulheres, onde menores ficam parte do tempo em casa sozinhos, ou apenas na companhia de irmãos mais novos ou mais velhos. Por isso, a ramificação de projetos que reforcem uma ocupação no contraturno escolar.

Dentre estes temos: I - Programa de Inclusão Digital (PID), que tem por finalidade desenvolver competências técnicas de crianças, jovens e adolescentes em programas básicos de informática. II - Passaporte da Cidadania: um ônibus, com atividades lúdicas e pedagógicas, que circula pela cidade indo ao encontro de crianças e jovens em situação de rua, com o objetivo fortalecer laços e inseri-los novamente em núcleos familiares e comunitários. III - Desenvolvimento comunitário, que foca na construção de atividades artísticas e educacionais. VI - Unidade Móvel de Saúde Bucal, também um ônibus que se desloca para áreas mais vulneráveis da cidade, para atender crianças e adolescentes que precisam de orientação e atendimento na prevenção e tratamentos orais.

Para todo o núcleo familiar de um modo mais amplo temos: V - Assessoria de Garantia de Direitos, que orienta e direciona famílias quanto aos seus direitos civis e sociais. VI - Programa de Apoio Familiar Comunitário, atua para prevenir e dirimir conflitos familiares. VII - Assistência Religiosa, atua com intuito de fazer cumprir direitos humanos para familiares e adolescentes em situação de semiliberdade e/ou privados de liberdade que estejam cumprindo medidas de internação.

Por fim, chegamos ao oitavo projeto da PAMEN Rio, o Pleitear. Este programa é dividido em duas fases e tem por objetivo não só alcançar como acompanhar pessoas desde a infância até o ingresso na juventude. Na primeira fase, em parceria com as Forças Armadas - Exército, Marinha e Força Aérea Brasileira, crianças e adolescentes de regiões de situação de vulnerabilidade social, participam em contraturno escolar - condição obrigatória - de atividades culturais, educacionais e principalmente esportivas, como o Programa Forças no Esporte, desenvolvido pelo Ministério da Defesa.

A segunda fase do projeto Pleitear é nosso foco de observação e pesquisa. Após passar pelos diversos projetos da Pastoral do Menor, principalmente o Pleitear I e o PID, os agora adolescentes e jovens são encaminhados para o Pleitear fase 2, que é a fase de

preparação e encaminhamento ao mercado de trabalho. Este projeto se solidificou na PAMEN Rio por meio do Programa Jovem Aprendiz[38].

3.4 - A pastoral do menor e o programa aprendiz

Enquanto instituição sem fins lucrativos, devidamente inscrita no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes - CMDCA/Rio, atendendo a população em geral, porém com foco em pessoas mais vulneráveis: famílias, idosos, jovens e principalmente crianças e adolescentes - a Pastoral do Menor, a partir de 2011, passa a incorporar dentro de suas atividades assistenciais o Programa Jovem Aprendiz, voltando à inserção da juventude no mercado de trabalho.

Esta atualmente é uma das prioridades da instituição, entendendo que quando se trata de mercado de trabalho, experiência e renda, a juventude é o grupo mais vulnerabilizado. Como apontado anteriormente, quando há um aumento na estatística de pessoas desempregadas, os jovens sempre lideram o ranking. Quando observamos este ranking com base em um recorte racial, os jovens negros são os que mais perdem postos de trabalho, são contratados em menor número e possuem menor renda.

Ao longo dos anos atuando nesta frente, a PAMEN viu o número de aprendizes crescer exponencialmente. Em 2011, segundo o relatório anual da Instituição, o número de jovens participantes foi de 74[39]. Em 2014, ano em que ingresso como professor do programa, na disciplina de Práticas Administrativas e Preparação para o Mercado de trabalho, o número de jovens aprendizes salta para 191[40]. Deste período em diante passo a observar de perto o movimento do curso e dos jovens ingressantes e egressantes.

Note que anualmente o número de jovens cresce e um curioso fato é que o Programa Jovens Aprendiz é ofertado a pessoas com idade entre 14 e 24 anos, no entanto, jovens a partir de 18 anos podem pleitear um emprego com contrato por tempo indeterminado, fato oposto ao programa de aprendizagem, que tem contrato por tempo

---

[38]Disponível em: https://www.pastoraldomenor.com.br/wp-content/uploads/2014/11/Relatorio_Pastoral_do_Menor_2011.pdf . Acesso em: 30 jan. 2022.

[39]Disponível em: https://www.pastoraldomenor.com.br/wp-content/uploads/2014/11/Relatorio_Pastoral_do_Menor_2014.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

[40]Disponível em: https://www.pastoraldomenor.com.br/wp-content/uploads/2019/04/Relatorio-de-Atividades-2018-Pastoral-do-Menor.pdf. Acesso em: 30 de jan. 2022.

determinado e, no caso da PAMEN, com duração de apenas 16 anos, ou seja, 1 ano e 4 meses.

Além disso, a carga horária do Programa Jovem Aprendiz da Pastoral com as empresas parceiras, prevê uma jornada de trabalho de apenas 4 horas por dia e, isto, confere aos participantes uma remuneração fracionada as horas trabalhadas, ou seja, se o salário-mínimo em 2022 é de R$1.212,00, pagos a uma pessoa que cumpre jornada de 8 horas por dia, em um contrato de 30 dias mensalmente, o salário de um aprendiz girará em torno de R$606,00 ao mês.

O aumento do número de alunos no projeto me faz perceber que a maior parcela dos jovens ingressantes no programa já possuem 18 anos completos, o que pode nos levar a refletir sobre a falta de oportunidades que as pessoas nesta fase da vida enfrentam para encontrar um posto de trabalho e adquirir a tão requisitada primeira experiência profissional. Ou ainda que não seja a primeira experiência, pode denotar também e então a dificuldade que é encontrar um trabalho que os confira registro na carteira, os abarque sob leis trabalhistas e direitos e, os faça sair da informalidade, uma vez que diversos jovens chegam ao programa e relatam ter passado por diversos tipos de experiências informais para conseguir alguma renda.

Em 2018, chegamos a marca de 254 alunos[41]. Este ano, mais 2019 se configuram, inclusive, nos anos em que faço a pesquisa sobre egressos não contratados pelas empresas parceiras. Quais principais barreiras os jovens negros precisam ultrapassar para retornar ao mercado de trabalho? Em 2020 entramos em um cenário pandêmico: o que muda a partir de então na vida dos jovens que porventura ainda estão desempregados e qual desdobramento disto?

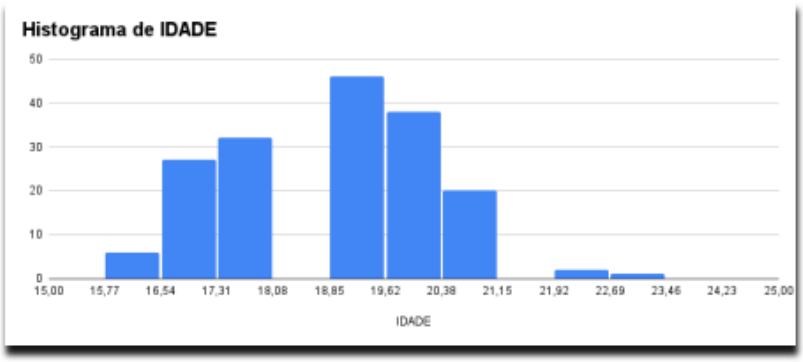
Em 2020, 297 adolescentes e jovens participaram do programa de aprendizagem. No ano de 2021, a PAMEN bateu o recorde de alunos no projeto, chegando ao número de 398 no total. No ano de 2021, foi realizada formalmente pela instituição uma pesquisa socioeconômica para documentar o perfil dos adolescentes e jovens participantes.

Sobre idade, podemos observar no quadro abaixo que existe uma predominância de jovens maiores de 18 anos. A pandemia também contribui para a menor, ou não

[41]Disponível em: https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/09/10/negros-na-lideranca-debates-sobre-desigualdade-racial-crescem-mas-falta-de-referencias-ainda-e-barreira-para-profissionais.ghtml. Acesso em: 30 de jan. 2022.

contratação de pessoas com 17 anos e 11 meses ou menos, uma vez que o fator insalubridade não permite expor menores.

Gráfico 02: Idade dos aprendizes em 2021



Fonte: Pesquisa interna realizada pela coordenação do Programa Jovem Aprendiz em 2021.

Embora o Programa Jovens não tenha oficialmente um recorte raça, podemos observar que pelo fato da PAMEN atender prioritariamente as comunidades favelizadas do Rio de Janeiro, existe uma predominância de pessoas pretas e pardas, participando do projeto. O gráfico abaixo possui uma divisão de respostas por gênero, porém em sua junção, o número de pessoas negras ocupará 60,6% do levantamento.

Gráfico 03: Autodeclaração racial dos aprendizes em 2021



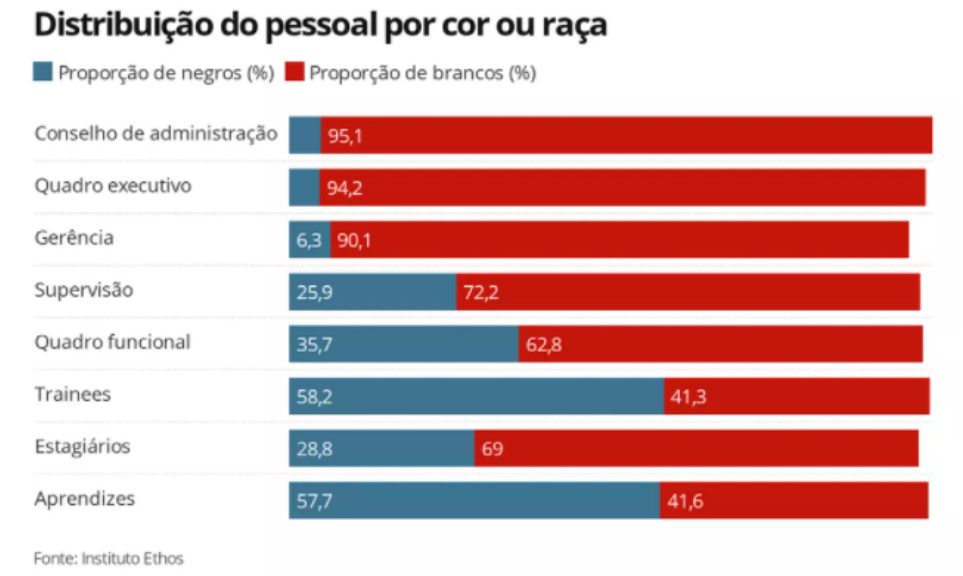
Fonte: Pesquisa interna realizada pela coordenação do Programa Jovem Aprendiz em 2021.

Embora durante o período de 1 ano e 4 meses os jovens tenham a segurança de um contrato e uma renda mensal, como ficam estes indivíduos após passarem pelo programa de aprendizagem e não serem contratados voltando ao quadro de desemprego?

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Ethos e publicada pelo G1[42], apontou que as 500 maiores empresas em faturamento no Brasil contratam pessoas negras, porém exatamente para os níveis de aprendizes e trainees, o que se configura em cargos flutuantes, ou seja, postos ocupados por um período determinado, porém dentro de um curto período de tempo serão renovados com outras pessoas.

Gráfico 04: Raça e proporção de empregabilidade em níveis

[42]Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1616#resultado, Acesso em: 18 jun. 2022.



Distribuição do pessoal por cargo, de acordo com cor ou raça — Foto: Arte G1

Fonte: G1.

Vale ressaltar que a contratação de pessoas negras para o cargo de trainee passou a ganhar evidência com processos direcionados para negros (as), como o caso de grande repercussão do Magazine Luíza, em 2020. Já os postos para jovens aprendizes são ocupados por pessoas negras principalmente por exigirem uma menor escolaridade, ensino médio cursando ou completo, por estarem na base da pirâmide hierárquica das corporações e, ainda, por serem postos que possuem tempo determinado de contratação, dando em alguns cenários a sensação de inclusão, porém não há inclusão real, pois a estadia destes jovens é passageira.

4- Juventude negra e mercado de trabalho: egressos da pastoral do menor

Alguns questionamentos contribuem para que esta pesquisa exista e tome forma, no entanto o principal é: "Como fica a situação do jovem negro egresso do Programa Jovem Aprendiz da Pastoral do Menor nos anos 2018 e 2019, que não foi efetivado pela empresa parceira e necessita retornar as buscas por uma ocupação no mercado de trabalho?". Em uma sociedade onde o racismo não é exceção, mas regra, será que estes jovens negros conseguem perceber a construção das estruturas discriminatórias da sociedade?

Segundo os registros da Pastoral do Menor[43], em 2018, 59 jovens concluíram o curso neste ano, porém apenas 21 foram contratados logo após o término do período de aprendizagem. Ou seja, apenas um terço dos jovens migraram do contrato por tempo determinado, para tempo indeterminado, garantindo a continuidade da empregabilidade na empresa em que já estavam. A outra parcela, em número maior precisou buscar outras atividades para construir suas carreiras e o desemprego fez parte da jornada de muitos neste momento. No ano de 2019, foram 79 formados, contudo, apenas 13 contratados. Podemos observar que os jovens flutuam na modalidade contrato por tempo determinado para indeterminado ou desempregados[44]. Sendo que o desemprego na sequência da participação no programa de aprendizagem é uma realidade para um expressivo número de pessoas.

Com dados de amostragem, esta pesquisa foi ao ar pela plataforma Google através da ferramenta Formulário e ficou aberta para respostas objetivas e discursivas do dia 21/03/2022 ao dia 11/04/2022. As pessoas respondentes foram selecionadas a partir de um documento em excel em que a Pastoral do Menor registra as informações dos concluintes. A partir da identificação das pessoas negras (existe o campo de

[43] Os dados de acompanhamento dos jovens são registrados em um documento em excel, onde contém dados pessoais: nome completo, CPF, endereço, telefone, contato de uma segunda pessoa de sua residência para caso haja urgências e/ou ocorrências irregulares, nome do responsável que o encaminhou, pois todos os jovens do Programa Jovem Aprendiz da Pastoral do Menor são oriundos de outros programas da Instituição. Além disso, contém também as informações referentes ao curso: número da turma, horário da aula, mês e ano de início e conclusão, situação discente. Por fim, as informações a respeito da empresa em que o aprendiz realiza a capacitação prática: nome da empresa parceira, endereço e nome do responsável da Pastoral que faz o acompanhamento do aprendiz na empresa parceira.

[44] Idem ao item 44.

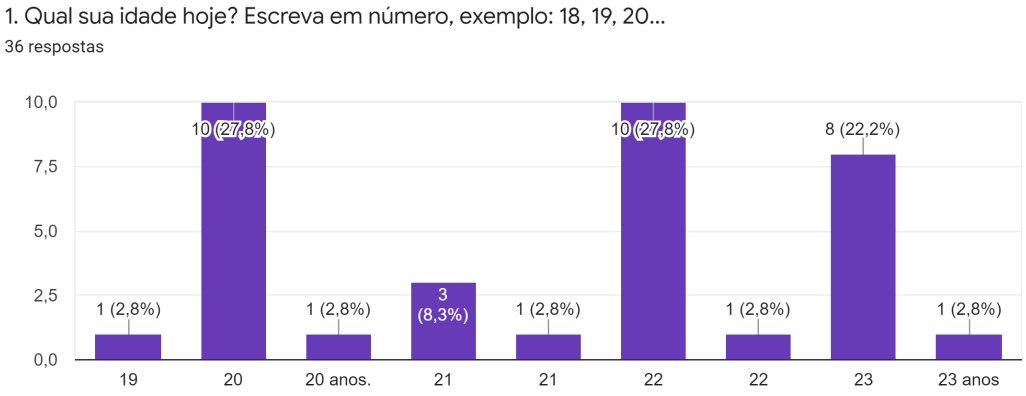
autodeclaração racial) não contratadas nos anos de 2018 e 2019, o contato foi realizado com 45 destas pessoas por meio de redes sociais (Whatsapp, Facebook e Instagram) e contou com o retorno e participação de 36 respondentes.

Dentre as 38 questões, não foi incluído campo para registro de nome, pois intencionalmente a ideia era que o anonimato fosse garantido e as pessoas participantes tivessem liberdade e segurança para registrar suas percepções de modo mais fidedigno possível. Então, quando necessário realizar uma citação a autoria será feita por meio da seguinte expressão: Pessoa Respondente Nº 01, por exemplo, não identificando também gênero que só será evidenciado caso esteja explícito na construção de resposta da pessoa participante. A opção por não registrar nome fictício corrobora para ampliar o olhar para a diversidade de pessoas que podem e devem ser incluídas no mercado de trabalho, uma vez que o mundo corporativo ainda se apresenta padronizado em referenciais branco e masculino.

4.1 - O perfil das pessoas participantes

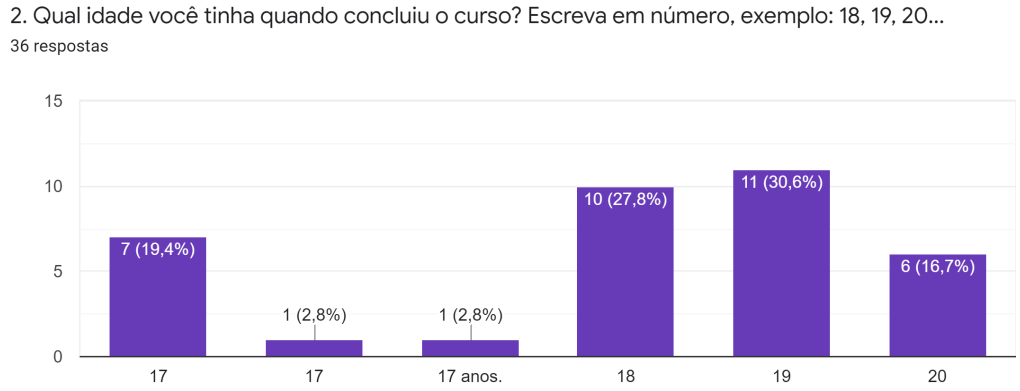
Tanto por meio de uma perspectiva de geração, quanto pela de classe, as pessoas participantes desta pesquisa fazem parte de um mesmo recorte social. As idades atuais, em 2022, variam de 19 a 23 anos, enquanto no momento de conclusão do curso, 2018 ou 2019, eram entre 17 a 20 anos. Já no panorama de classe e análise de renda per capita por domicílio, o valor chega a no máximo 3 salários-mínimos, ou seja, R$3.636,00, onde houve 27,5% de respostas. Contudo, a maior concentração de pessoas, encontra-se nas opções menos de 1, 1 ou até 2 salários-mínimos, 72,2% das respostas. Vale atenção especial, pois 25% das pessoas deste grupo responderam que vivem em 2022 com menos de 1 salário-mínimo.

Gráfico 5: Idade atual.



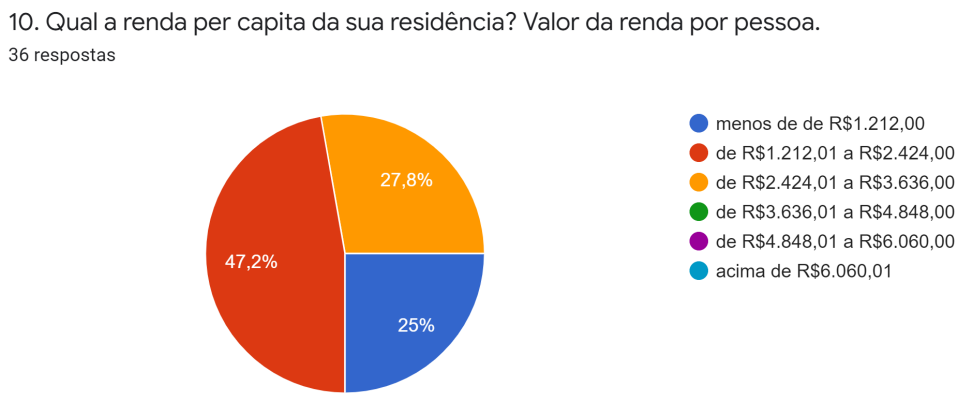
Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Gráfico 6: Idade no ano de conclusão do curso.



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Gráfico 7: Renda per capita do domicílio.

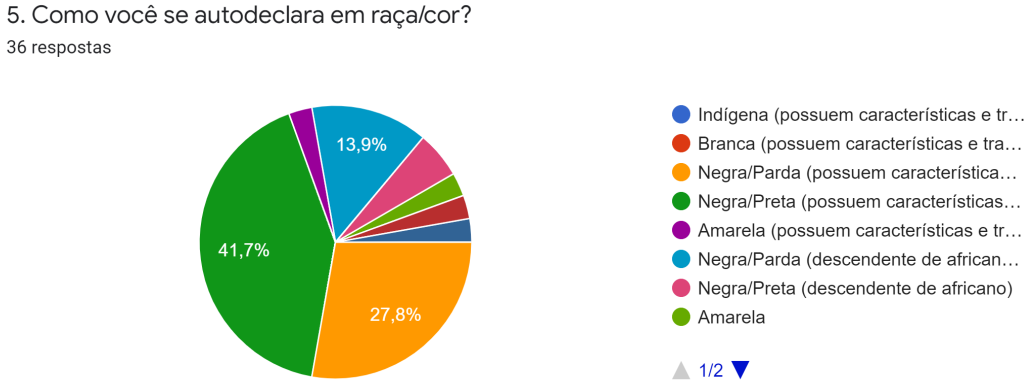


Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

O programa de aprendizagem atende jovens de 14 a 24 anos, a remuneração básica é de meio salário-mínimo, referente a 4 horas de trabalho em uma jornada de segunda a sexta-feira, inclusos o descanso semanal remunerado (DSR). Por isso, o entendimento sobre esses dois recortes, se faz fundamental para direcionarmos o olhar sobre quais sujeitos fazem parte desta amostra. Embora o programa tenha como pilar o recorte geracional e não racial, as condições de desenho deste projeto atende principalmente jovens negros, que moram em áreas de maior vulnerabilidade, precisam conciliar estudo e trabalho, e também precisam contribuir com as despesas domésticas, ou custear os gastos com suas demandas pessoais.

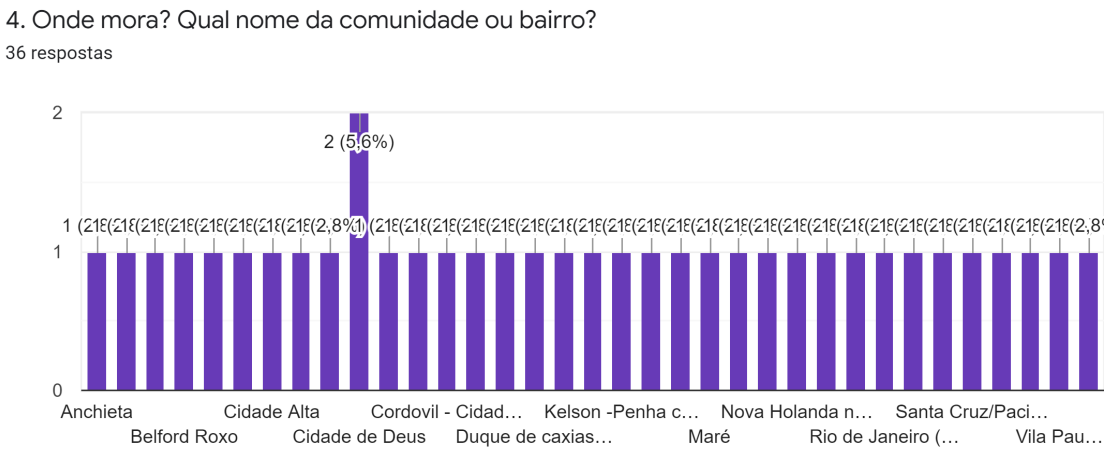
Os dados levantados na pesquisa indicou que das 36 pessoas respondentes, apenas 1 se autodeclarou indígena e duas se autodeclararam amarelas. As demais 33 pessoas se autodeclararam negras: 50,1% pretas e 41,7% pardas. Este reflexo ocorre também por causa das áreas que a Pastoral enquanto instituição de assistência atende, estando principalmente nas áreas favelizadas da Cidade do Rio e na região da Baixada Fluminense. Empiricamente sabemos que são lugares com menos prestígio social, com atuação deficitária do Estado e de políticas públicas que parte do tempo são ausentes ou ineficazes. E pela nossa construção de história excludente, lugares habitados majoritariamente por pessoas negras.

Gráfico 8: Autodeclaração racial.



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Gráfico 9: Região de moradia.



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Refletir sobre a geografia do Rio e o território em que as pessoas habitam, também é refletir sobre políticas de inclusão e exclusão. Apenas 1 das 36 respostas foi de uma pessoa moradora da zona sul, cartão-postal da cidade com seus tradicionais pontos turísticos e cenários de novela, porém, como esperado, não de um morador do "asfalto", mas sim do moro, a Rocinha, uma das maiores favelas do mundo e a maior do Brasil. Os outros endereços passam pelos grandes e complexos espaços como, Cidade

de Deus, Maré, Alemão e Penha. Estão também em bairros da zona oeste, tais como: Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, chegando a um dos últimos bairros da zona norte do Rio, que é Anchieta e indo para a Baixada, onde temos moradores em São João de Meriti, Belford Roxo e Duque de Caxias.

O processo histórico de não reparação à população negra pelos séculos de escravização, a não inclusão eficiente no sistema público de ensino, o histórico de exclusão e marginalização da população negra e pobre, irão se desdobrar em ocupação dos espaços em territórios marcados pela vulnerabilidade social e se refletirem nas condições de habitação de vida. Como pudemos observar, as pessoas respondentes residem em áreas favelizadas e/ou em bairros distantes do centro comercial da cidade, local onde há uma maior concentração de oferta de vagas de emprego. Isso, inclusive, influencia diretamente nas oportunidades no mercado de trabalho, uma vez que o endereço pode ser um fator de corte na disputa por uma vaga, pois por causa da ausência de CEP e comprovante de residência, e/ou a distância e o custo com transporte mais elevado reduzem as possibilidades de empregabilidade, além do preconceito e a discriminação contra os habitantes desses territórios.

A educação também se configura em uma ferramenta de inclusão ou exclusão no mercado de trabalho. Quanto mais se avança nos níveis acadêmicos, maiores são suas chances de conseguir um emprego, progredir na carreira e conquistar melhores postos no mundo corporativo. No entanto, a pesquisa aponta que o ingresso no nível superior ainda não é uma realidade para a maior parte das pessoas pesquisadas. Vale ressaltar, que o programa de aprendizagem alinha a oportunidade do emprego com a obrigatoriedade de ter concluído o ensino médio, ou estar com esta fase educacional ainda em curso.

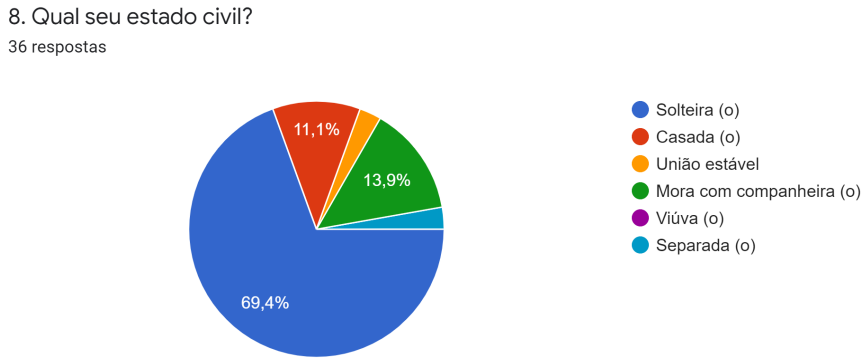
Das 36 pessoas respondentes, até o momento de encerramento desta pesquisa – abril de 2022 – apenas 7 haviam ingressado no ensino superior, o que representa 19,4% das respostas. Enquanto isso, outras 27 encontravam-se apenas com o ensino médio completo, ou seja, 75% do grupo, o equivalente a aproximadamente 4 vezes mais que o grupo anterior. Das respostas registradas, 2 foram de pessoas que ainda estavam com ensino médio incompleto. Para entender se estavam em idade regular de conclusão, ou estavam em defasagem, realizei o cruzamento de escolaridade, idade, motivo de não estudar e situação atual de trabalho.

A Pessoa Respondente Nº3 concluiu o curso em 2018, com 19 anos, quando respondeu ao questionário já estava com 22 anos, morando em imóvel alugado, com renda mensal de até 1 salário-mínimo, informou não ter consigo emprego desde o término do contrato de aprendizagem, que atualmente trabalha na informalidade e não consegue tempo para retomar os estudos.

A Pessoa Respondente Nº9 concluiu o curso em 2019, com 18 anos, atualmente encontra-se com 21 anos, mora em imóvel alugado, com renda mensal domiciliar entre 1 e 2 salários-mínimos. Não trabalhou mais desde o fim do contrato de aprendizagem. Possui um filho, a pausa no ensino médio foi por causa da gravidez, porém retornou ao colégio este ano para concluir o ensino médio.

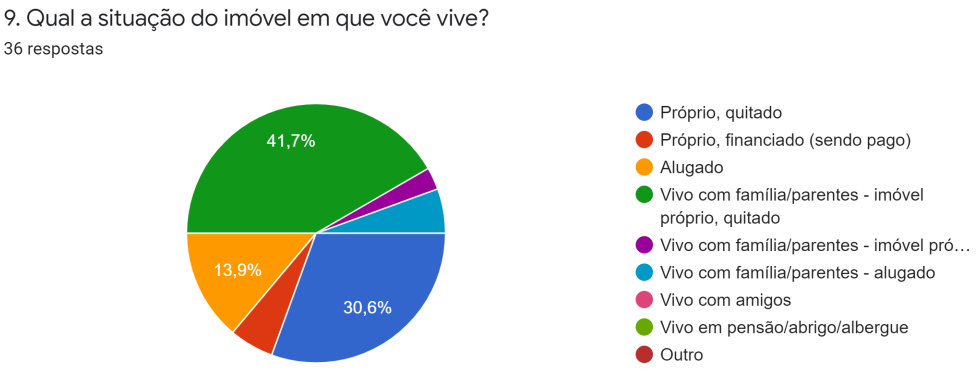
Ambas que não concluíram o ensino médio encontram-se casadas e morando em imóveis alugados, com respectivas parceiras ou parceiros, porém este não é o cenário majoritário do grupo analisado. Em maior proporção, as pessoas respondentes encontram-se solteiras e morando em imóvel próprio, porém com familiares, ou seja, o sonho da independência que permeia os anseios de boa parte dos jovens ainda não é uma realidade para este grupo.

Gráfico 10: Estado civil.



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Gráfico 11: Situação de moradia.

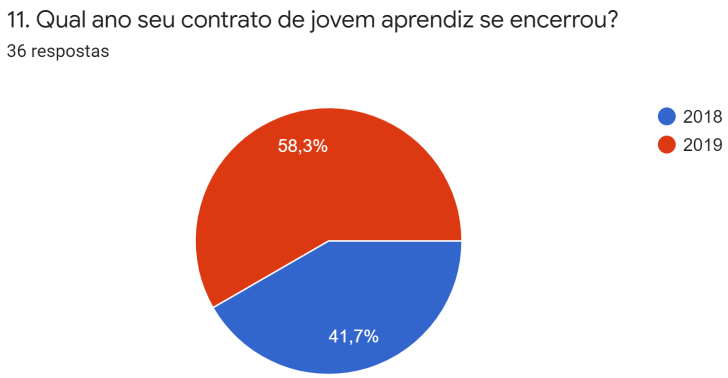


Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

4.2 - Situação pós-contrato e ano de conclusão

Além do recorte racial, há outras duas informações cruciais para a participação nesta pesquisa, que são: situação contratual após o programa de aprendizagem e o ano de conclusão do curso. Todas as pessoas participantes precisavam obrigatoriamente não terem sido contratadas pelas empresas em que foram aprendizes, assim teremos oportunidade de investigar seu retorno a busca por uma vaga no mercado de trabalho e as principais barreiras que encontram. Além disso, a delimitação do ano foi 2018 e 2019, ou seja, um período de 2 anos e meio no mínimo e 3 anos e meio no máximo após o término das suas participações no programa.

Gráfico 12: Ano de encerramento do contrato.



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Gráfico 13: Situação contratual pós-aprendizagem



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Como pode ser constatado nos gráficos acima, 100% das pessoas participantes desta pesquisa concluíram o programa de aprendizagem nos 2018 ou 2019, não tendo sido contratadas pelas empresas em que exerciam a prática do projeto Jovem Aprendiz, logo, nosso próximo passo é investigar os possíveis motivos pela não contratação.

4.3 - Tempo sem emprego e motivo da não contratação

Houve uma variação significativa no tempo em que algumas pessoas conseguiram retornar ao mercado de trabalho e outras não. Do grupo respondente, 19,4%, ou seja, 7 pessoas, se recolocaram em até 6 meses após o término do contrato de aprendizagem. Já 36,1%, 13 pessoas, em até um ano. Em situação oposta, 30,5%, que corresponde a um número de 10 pessoas, encontram-se desempregadas e, deste grupo, 19,4%, o equivalente a 7 pessoas, afirmaram não terem voltado a trabalhar formalmente desde o encerramento do contrato de aprendizagem, um período superior a pelo menos dois anos e meio.

Sobre o motivo da não contratação após o término do programa de aprendizagem, as pessoas participantes tiveram a possibilidade de responder esta questão de modo discursivo e inúmeras situações foram elencadas, no entanto, algumas performaram mais vezes, permitindo assim serem agrupadas e apresentadas aqui em ordem decrescente onde a primeira foi mais citada e a última menos:

1º - Não havia vaga disponível - 8 respostas;

2º - Não completou 18 anos - 7 respostas;

3º - Não foi informado o motivo, apenas houve o encerramento do contrato - 5 respostas;

4º - Não possuía o ensino médio completo - 4 respostas;

5º - Tiveram problemas de relacionamento na empresa - 3 respostas;

6º - Não tiveram interesse em permanecer na empresa - 3 respostas;

7º - Venda da empresa - 2 respostas;

8º - Alistamento militar - 2 respostas;

O primeiro grupo que contou com 8 pessoas respondentes e o segundo com 7, são indicativos que contribuem para a análise das vagas de jovens aprendizes serem tratadas como cargos flutuantes a maior parte do tempo. As empresas contratam os jovens na condição de funcionário temporário, quando eles concluem o programa de aprendizagem não criados postos de trabalhos efetivos para que possam permanecer na instituição. Ou ainda, os contratam em idade insuficiente ao atingimento da maioridade até a data término do contrato, como no segundo agrupamento, deste modo, as contratantes possuem amparo legal para a não efetivação, pois pessoas menores de 18

anos não podem ser regidas pela CLT em contratos por tempo indeterminado, sendo portanto assim vetada sua continuidade.

Algumas das alternativas para que o cenário citado seja alterado positivamente, são as empresas passarem a se responsabilizar não só pela contratação temporária dos jovens, porém implementarem uma cultura comprometida com o desenvolvimento de carreira das pessoas que estão iniciando no mercado de trabalho. Que tenham metas mínimas de efetivação pós-contrato, que gerem oportunidades de permanência e crescimento, alinhando educação corporativa e progressão profissional, além de se atentarem ao quesito idade para não desamparar menores que tiveram contato com o mundo do trabalho.

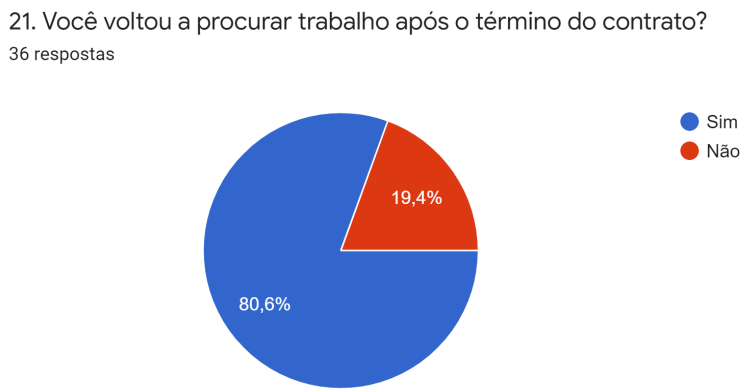
Vale a reflexão também sobre a atuação do Governo e sua proposta de lei engessada que se contrapõe ao permitir que uma pessoa com 14 anos possa trabalhar na condição de aprendiz, no entanto o tempo máximo de contrato é de apenas 2 anos, logo um indivíduo que ingresse no trabalho com a idade mínima por mais que cumpra toda carga obrigatória do programa, não atingirá a idade legal para ser efetivado. Seria interessante alterar a idade mínima do projeto para 16 anos pelo menos? Cabe permitir que o jovem possa participar de um outro programa de aprendizagem dentro da mesma categoria do Código Brasileiro de Ocupações - CBO quando ainda menor de idade para que tenha maiores possibilidades de empregabilidade? Seria apropriado permitir que jovens pobres que majoritariamente são negros não busquem uma alternativa segura e formal de trabalho e renda aos 14 anos, tendo em vista que a análise social nos permite inferir que muitos destes iniciam suas experiências ainda menores, de modo informal, sem qualquer tipo de seguridade e em determinados casos ampliando as estatísticas de evasão escolar?

Os questionamentos nos levam ao referendo de que esta pesquisa não tem pretensão ou possibilidade de esgotar todas as análises referentes a este cenário. São inúmeras interrogações que nos fazem refletir sobre a situação do jovem negro pobre que busca alternativas de trabalho, porém como podemos observar, não voltar a procurar trabalho ou não ter interesse em permanecer na empresa por vislumbrar outras frentes de atuação faz parte da vida de um grupo minoritário de respondentes.

Do grupo geral de participantes, apenas 3 pessoas informaram que não tiveram interesse em permanecer na empresa, neste subgrupo estavam os pesquisados que

encerraram o contrato já tendo outra proposta de trabalho alinhada após o encerramento do período da aprendizagem. Contudo, 33 pessoas tiveram que construir outras perspectivas de caminho. Quando questionados se voltaram a procurar emprego, 19,4% do total de participantes, ou seja, 7 pessoas informaram não terem retomado as buscas por trabalho. Neste total encontram-se as 3 pessoas que já tinham outra proposta de trabalho e 4 pessoas que disseram ter prefiro focar na conclusão do ensino médio.

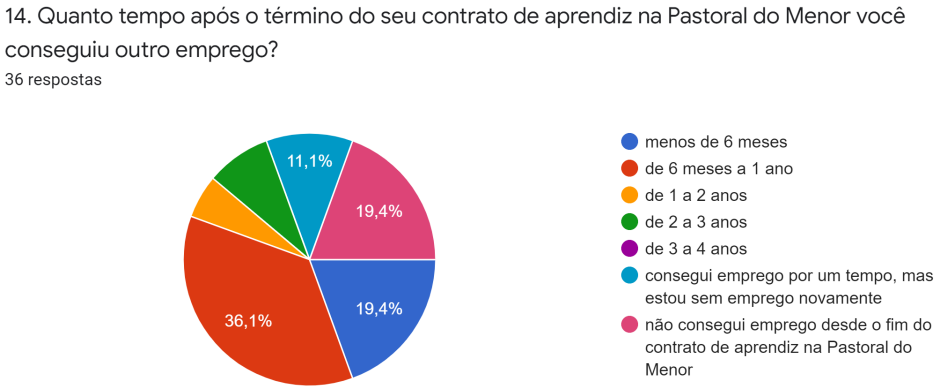
Gráfico 14: Retomada as buscas por emprego



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Embora algumas pessoas passem por uma longa fase desempregadas, ou não consigam retornar ao mercado de trabalho após o período de aprendizagem, como o percentual de 19,4% no gráfico abaixo, que afirmam não terem conseguido emprego formal desde o fim do programa aprendiz, ou ainda o grupo de 11,1%, que afirma ter trabalhado por um tempo, porém está novamente no quadro de desemprego, majoritariamente os jovens participantes da pesquisa retomam as buscas por trabalho, não se enquadrando assim no perfil de desalentados, aquelas pessoas que não trabalham e desistem de procurar emprego por achar que não encontrarão uma recolocação.

Gráfico 15: Tempo médio em busca de emprego.



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Mesmo que de modo informal, ou tentando empreender por necessidade como veremos mais a frente, não trabalhar ou não trabalhar nem estudar não é uma alternativa para a maior parte dos jovens pesquisados, que boa parte do tempo precisam da renda obtida com a remuneração mensal da participação no programa para contribuir com os custos domésticos. Os marcadores raça e classe nos fazem refletir em como a juventude negra pobre experimenta esta fase da vida de maneira diferente da juventude branca e negra de classe média.

As responsabilidades com a manutenção da própria subsistência e a necessidade de contribuir com o orçamento doméstico podem impactar fortemente no desenvolvimento acadêmico deste grupo, que em vez de empenhar forças para ingressar no ensino superior, estará na busca ativa por um emprego, não priorizando o curso universitário seja por tempo, ou principalmente por falta de dinheiro. Formação acadêmica e as oportunidades de crescimento no mercado de trabalho andam juntas, ao mesmo tempo que os mecanismos sociais conferem a esta juventude mais responsabilidades financeiras em seus núcleos familiares, os afasta ou dificulta a progressão educacional. Como apresentado anteriormente, apenas 7 jovens estavam cursando graduação e este fenômeno excludente pode custar também o acesso às melhores empresas, aos melhores níveis profissionais e, claro, aos melhores salários.

O não acesso à educação pode nos apartar das discussões sobre o modo em que a sociedade é estruturada, impactando na forma que percebemos o mundo e também a nós

mesmos. O racismo enquanto ferramenta latente de exclusão do capitalismo pode se encobrir em práticas naturalizadas e passar despercebido até mesmo na vida de quem sofre diretamente seus efeitos. Veremos a seguir como estes jovens percebem e se realmente percebem o racismo em práticas do dia a dia.

4.4 – Percepções sobre o racismo

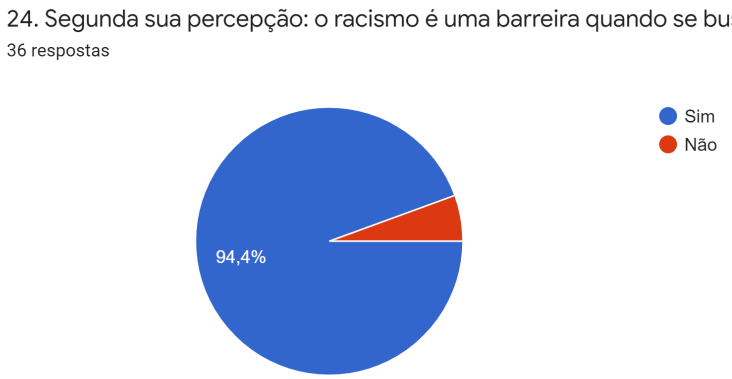
O racismo no Brasil vai se transformando ao longo do tempo e nem sempre as pessoas conseguem perceber seus impactos no cotidiano, como no caso das suas percepções do racismo no mercado de trabalho. Os dados empíricos levantados na nossa pesquisa, indicaram que 5,6% das respostas, ou seja, 2 pessoas não veem o racismo como uma barreira para ingressar no mercado de trabalho, nem como empecilho para suas progressões de carreira. As demais, 94,4%, 34 pessoas percebem o racismo como uma barreira no mundo corporativo, tanto impedindo o ingresso, quanto para o crescimento profissional, ver gráfico 16. No entanto, deste grupo total, apenas 6 pessoas responderam ter presenciado ou terem tomado conhecimento de algum tipo de situação envolvendo preconceito, discriminação ou racismo em seu local de trabalho, ver gráfico 17.

Neste cenário, podemos inferir a atuação do racismo à brasileira, que a maior parte do tempo se apresenta de modo escamoteado, dificultando sua percepção ou até mesmo a detecção nas relações no dia a dia, mesmo pelas próprias vítimas do racismo (MUNANGA, 2017). O país é estruturalmente racista, logo as instituições também reproduzem este comportamento, porém de forma silenciosa. Em uma lógica de privilégios versus exclusão, uma pessoa negra nem sempre será alvo do racismo na fala de um indivíduo, por exemplo, porém muitos dos critérios que o mundo corporativo gera, tanto para ingresso quanto para progressão profissional, fazem com que a maior parte da população negra não tenha oportunidade de realizar mobilidade social.

Quando questionados sobre a quantidade de pessoas brancas ou negras em cargos de liderança (supervisores, coordenadores, gerentes que é média liderança ou alta liderança que são pessoas da diretoria), as respostas foram quase unânimes em apontar que majoritariamente os postos de liderança nos locais que trabalharam eram ocupados

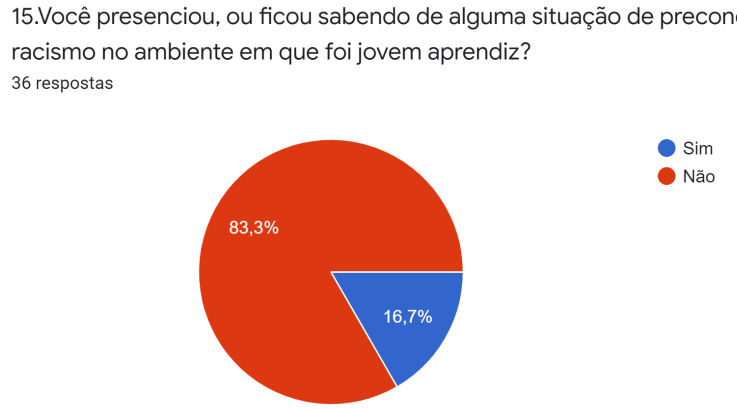
por pessoas lidas como branca, como podemos acompanhar na resposta da pessoa participante número 5: Tive 2 líderes geral, 2 líderes dos médicos e enfermeiros, nenhum era negro! Todos brancos.

Gráfico 16: Percepção sobre existência do racismo



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Gráfico 17: Presenciou ato discriminatório/racismo.



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Mesmo com a contradição presente nos dois gráficos acima, o trabalho empírico demonstrou o quanto a questão racial está presente no mundo do trabalho, a dicotomia oportunidade e exclusão é um dos sintomas mais frequentes do racismo dentro das instituições e pode se apresentar em diversas versões como a determinação de um segundo idioma, a formação em um colégio ou universidade específica, ou até mesmo

como critério demissional para reestruturação de setores ou da empresa como um todo. Dentro desta perspectiva, a pessoa respondente número 11 cita:

> Gestores privilegiando funcionários de pela clara em detrimento dos funcionários negros. Funcionários negros visivelmente mais capacitados e produtivos sendo demitidos em função de "renovação" do quadro de funcionários e os novos funcionários, coincidentemente todos brancos.

Entre as situações de racismo no mundo do trabalho, algumas práticas são recorrentes, como pessoas negras que ingressam na empresa e não recebem as mesmas oportunidades de desenvolvimento e crescimento que pessoas não negras, se mantendo nos mesmos cargos ou sendo demitidas mais facilmente, ou ainda, a perseguição pelo perfil padrão que foi construído em torno do sujeito branco, obrigando outras pessoas a passarem por processos de embranquecimento para se “adequarem”.

No próximo apontamento da pessoa respondente número 36, podemos notar que o processo de embranquecimento para adequação no mercado de trabalho ainda é uma realidade atualmente, o que faz com que a estética de pessoas negras ainda seja vista como inferior, logo, se tornando um fator de exclusão em ambientes corporativos:

> No laboratório onde trabalhava, uma menina negra teve que alisar seu cabelo para poder se “adequar” aos padrões da empresa e continuar atuando na sua função.

A manutenção do trabalho para pessoas negras em alguns ambientes corporativos, está condicionado ao processo de abertura de mão de parte da sua identidade que ao longo de séculos foi considerada menos importante que da pessoa branca, isto em frases e expressões popularizadas como “padrão profissional”, “cabelo profissional”, ou “boa aparência”. Todas as aparências que não refletiam o indivíduo branco não estavam em um lugar de alternativa de escolha, por exceção se fossem escolhidas, deveriam passar por um processo de assimilação. Como pudemos acompanhar no relato acima, este comportamento ainda pauta a cultura de algumas empresas brasileiras.

É sabido que nem todas as pessoas conseguem entender o racismo estrutural como instrumento articulador da construção de cenários e relações no país, porém parte significativa de pessoas respondentes disseram que a baixa ou nula presença de pessoas

negras em seus ambientes de trabalho tem a discriminação com base em raça como força motora. É comum a sociedade replicar seu comportamento dentro das empresas, logo, se um país é estruturalmente racista, as instituições também serão e, este fato se ancora na reprodução de padrões e comportamentos. Esta percepção fica nítida no apontamento da pessoa respondente número 21:

> Pelo racismo, infelizmente na sociedade atual o negro é muito marginalizado e ligado a coisas ruins. Principalmente os negros periféricos que não tiveram acesso a uma boa educação, são malvistos pela forma de se vestir ou falar e são rapidamente associados a uma figura criminosa. E o negro sempre é diminuído intelectualmente, como se não tivesse a capacidade de aprender ou como se não pudesse ter ou desenvolver um perfil de liderança.

A resposta da pessoa participante número 36 também transcorre para o mesmo caminho que a anterior:

> Isso ocorre devido às empresas terem um pensamento racista com o que diz respeito a quem é adequado e de confiança para estar em lugares de liderança e poder. A estética vista como capacitada é branca, fazendo com que pessoas que têm outra aparência tenham que o tempo inteiro se provarem capazes para ter uma chance de ocupar esses espaços.

O racismo existe, quase todas as pessoas concordam com esta afirmação e/ou têm algum tipo de entendimento sobre os séculos de escravização que construíram cenários desiguais para pessoas negras e brancas do ponto de vista material e imaterial, porém a percepção de práticas racistas no cotidiano ainda é uma das dificuldades mais comuns. Em geral, a sociedade repercute um caso racismo quando há um xingamento, uma ofensa explícita a uma pessoa, no entanto, a maior parte do tempo a naturalização da exclusão, por exemplo, não é uma questão ligada às práticas discriminatórias que o racismo solidifica.

Corroborando com este pensamento, entre as pessoas pesquisadas, apenas 16,7% presenciou ou ficou sabendo de alguma prática discriminatória nas empresas em que trabalhavam. As ausências, as proporções desiguais e até mesmo as escassas oportunidades nem sempre são tratadas consequência direta da discriminação racial. Esta interpretação recai para cenários coletivos, ou seja, em como estes jovens compreendem os arranjos das empresas em que estavam e, também, impacta na autopercepção. Nem sempre um jovem negro compreenderá que sua experiência social

de exclusão, ou baixas possibilidades de oportunidades se conectará com a de outros jovens negros pelo fato de estruturalmente o racismo construir este cenário de limitações.

4.5 – Barreiras na busca por um emprego e percepções do racismo

Foi solicitado às pessoas participantes que citassem de forma livre segundo suas vivências as 4 principais barreiras que enfrentaram ou ainda enfrentam na busca por um emprego. Houve uma variação de respostas e pelo menos 10 itens foram elencados. Em uma escala decrescente da mais votada para aquela com menor aparição, seguem abaixo os itens que performaram nos apontamentos:

1º - Experiência;

2º - Local de moradia;

3º - Racismo;

4º - Cursos extracurriculares;

5º - Oferta de poucas vagas;

6º - Rede de relacionamento;

7º - Qualidade do ensino na escola;

8º - Pouca idade;

9º - Orientação sexual;

10º - Ter filhos.

O racismo, embora não tenha sido a opção mais votada, está entre as 3 respostas mais citadas. Já em primeiro e segundo lugar, estão dois itens que podemos considerar como efeitos do racismo intercalados com outros pilares interseccionais.

Não fugindo à regra da corrente geracional, a opção que performou em primeiro lugar no apontamento das pessoas respondentes foi a experiência. Na realidade, a falta de experiência. Embora os jovens passem por um programa de primeiro emprego de modo formal, com carteira assinada e citam a importância do projeto em suas construções de carreira, ao retornarem ao mercado de trabalho a experiência como jovem aprendiz ainda os deixa para trás na disputa com pessoas mais velhas e com uma trajetória mais antiga.

Este primeiro tópico pode nos levar a pensar sobre a relevância do programa como porta de entrada, porém mais que isso, sobre a importância das empresas pensarem no desenvolvimento e construção de carreira das pessoas que estão ingressando no mercado de trabalho, não apenas se colocando disponíveis para um contrato temporário para trazer a impressão de inclusão destas pessoas dentro de um recorte específico, ou ainda, só cumprir uma medida legal, caso contrário poderá sofrer sanções e custear multas.

Vale ainda refletir sobre o não comprometimento do governo com a inserção de fato dessas pessoas no mercado de trabalho, sendo necessário para além do Programa Jovem Aprendiz estruturar um pós-programa em que as pessoas participantes não retornem ao quadro de instabilidade empregatícia, passando por todos os transtornos que a ausência de um emprego pode acometer. A primeira experiência precisa se solidificar como referencial maior de inserção, contribuindo para a permanência de modo estável do mundo do trabalho.

A alta rotatividade dos jovens, alinhado a menores custos em encargos trabalhistas, pode ser encarado também por alguns empregadores como uma forma de mão de obra barata. Sem real responsabilidade e comprometimento com mudança, o programa não incorpora seu valor social, que é proporcionar a inserção dos jovens no mercado de trabalho de modo seguro e pleno. No ano de 2021, aproximadamente 75% das pessoas que participavam do curso de jovem aprendiz na Pastoral do Menor eram pessoas negras, como abordado anteriormente, o capitalismo tem no racismo uma de suas armas exploratórias, logo, a não mudança da perspectiva de crescimento profissional destes jovens é também uma forma de sofisticar e fazer a manutenção da exploração.

O segundo apontamento visto como uma barreira pelas pessoas participantes foi o local de residência. Conforme apresentado no subcapítulo 4.1, os jovens são oriundos das mais diversas favelas cariocas, ou encontram-se em bairros de mais difícil acesso a partir da perspectiva de quem se encontra na área central da cidade. A discriminação pode ocorrer por residirem em comunidades e ainda existir um estereótipo negativo construído em torno das favelas e seus habitantes, ou por morarem distante e este local também ser uma área de favelas e, eles terem que se deslocar em mais de um transporte

público, deixando o custo com a passagem mais elevado que pessoas que em geral utilizam apenas uma condução e possuem maior facilidade de deslocamento.

Desde a primeira grande reforma urbana no Rio Janeiro no início do século XX que tinha como finalidade a “modernização” da cidade, as pessoas negras foram removidas da área central e empurradas para os morros próximos ou áreas mais distantes consideradas subúrbios. O fato que ocorreu há mais de um século ainda gera reflexos quando observamos que os espaços habitacionais ocupados majoritariamente por pessoas negras encontram-se geograficamente distantes, sendo um empecilho ao deslocamento e se desdobrando nas relações de acesso ao local de trabalho. Assim como a circulação de casa ao local de trabalho pode ser um fator agravante na hora da contratação, não ter um CEP (comprovante de residência) em diversos cenários pode ser visto também como quesito de desvantagem e corte para quem busca emprego.

A discriminação por causa do espaço geográfico em que se habita, pode ocorrer pelo fato do empregador não querer ter maior despesa com o deslocamento dessas pessoas, ou os possíveis apontamentos de atrasos, pois o transporte público na cidade do Rio não opera de modo pleno. A malha viária é escassa e insuficiente diante da quantidade de usuários, o que faz com que pessoas que moram mais distantes tenham menos possibilidades de serem convidadas a trabalhar nos grandes centros corporativos. Além disso, indivíduos que moram em comunidades distantes ou próximas das áreas centrais, sofrem com maiores índices de violência em confrontos entre o Estado e poder paralelo, o que pode limitar o trânsito até mesmo na saída para o trabalho e este fato ser mais um apontamento de corte e negação de oportunidades.

A terceira barreira apresentada pelas pessoas respondentes foi o racismo. A partir de vivências, observações e percepções, alguns jovens apresentaram as mais variadas expressões cotidianas do racismo como uma barreira ainda permanente que os limita na busca por um emprego. A reprodução de padrões excludentes, as discriminações veladas ou não e as manifestações frequentes do racismo estrutural que se replicam nos comportamentos institucionais, ainda se configuram em barreiras a serem superadas pela juventude negra participante da pesquisa. Abaixo segue exemplo na fala da pessoa respondente número 36:

> Racismo e desumanização: "Que quer o homem? Que quer o homem negro? Mesmo expondo-me ao ressentimento dos meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem [...] O negro é um homem negro" (FANON, Frantz. Pele Negra Máscaras Brancas, p. 26) A afirmação

> do psiquiatra martinicano Frantz Fanon (1925-1961), me faz pensar na relação da palavra Homem, que significa "ser humano" no latim, e das pessoas negras, que historicamente são desumanizadas. O "homem" de "homem negro" tem o significado que indica exclusivamente masculinidade, e não humanidade. Pensando na minha trajetória e na trajetória de outras pessoas negras, eu, homem negro, trabalhei desde criança ajudando em ferros velhos, fazendo favores para os comerciantes da vizinhança, fazendo o que era preciso para ganhar alguns trocados. Aos 14, trabalhei ajudando em obras, vendendo salgado na praia, carregando peso embaixo de sol, entre outras coisas. Vejo outras crianças negras passando pelo mesmo processo, com trabalhos insalubres, perdendo o direito à infância por conta da necessidade. Percebo que esse é um processo de desumanização, como se desde criança estivesse fadado a estar apenas naquele lugar e jamais ocupar espaços como a universidade, cargos em grandes empresas, espaços de poder. No processo de classificação para o jovem aprendiz, por mais que tivesse intenso desejo de ser contratado, algo em mim dizia que aquele não era o meu lugar, mesmo se tratando do cargo mais simples de uma empresa multinacional. Por mais que estivesse mascarado com uma postura calma e tranquila, estava nervoso, trêmulo. Senti a mesma sensação quando acessei a universidade.

Este depoimento nos faz refletir para além do momento atual da vida dos respondentes, mas também todos os caminhos e dificuldades que estas pessoas passaram até chegar ao programa e, como pode ser duro se encaixar em espaços sem referenciais de proximidade e representatividade como o mercado de trabalho formal e os espaços acadêmicos. Uma das sutilezas da atuação do racismo é ausência de pessoas negras em espaços com mais prestígio, logo, as empresas comprometidas com diversidade e inclusão precisam discutir com mais urgência e amplitude como podem contribuir na construção das identidades profissionais da juventude negra e criar espaços mais plurais, minimizando possibilidades de traumas e estranhamentos.

O depoimento abaixo, da pessoa respondente número 23, explicita dois tratamentos diferentes a partir da leitura que se faz de uma mesma pessoa, em um primeiro momento quando se apresenta com características mais próxima a um grupo racial e em um segundo instante, quando passa por um processo de assimilação e aproximação a outro grupo:

> Meu currículo para alguém da minha idade é significativamente bom, porém quando me viam pessoalmente isso se tornava um impedimento para contratação em todos os casos os empregadores alegavam que meu perfil não se encaixava nos padrões da empresa, meses depois de ver que meu cabelo seria um problema para mim decidi tirar as tranças

> e ficar com meu cabelo “o qual eu nunca aceitei e não aceito até hoje”, fui contratada no mesmo dia na mesma empresa pelo mesmo empregador no qual eu fiz a entrevista há apenas 20 dias atrás, não é possível que meu perfil tenha se encaixado tão rápido sem eu se quer mudar nada no currículo apenas na aparência.

Quando se apresentou com um penteado que realmente desejava e se sentia bem, a oportunidade de trabalho foi negada, poucos dias depois com os cabelos mais próximos do que fora construído como padrão profissional, aconteceu a contratação. Cabe refletir aqui sobre o cabelo no processo de construção de identidade, reconhecimento e autoestima. Podemos observar que não se trata apenas de uma questão estética, mas também de como se colocar no mundo, de se sentir pertencente e este direito ainda é negado em situações diversas à população negra.

Este processo agressivo e violento precisa ser discutido de modo sério e urgente nas corporações, uma vez que a proibição da autoexpressão pode gerar traumas emocionais e psicológicos aos indivíduos. Os ambientes como um todo ficam ainda mais ricos com pensamentos e contribuições diversas e, conectada a esta diversidade de saberes, conhecimentos e formas de conceber o mundo, também está a estética das pessoas que estão inseridas neste lugar. Tolher manifestações singulares de existência pode impactar negativamente no modo de operar o trabalho diário e comprometer entregas e resultados. Por isso, a valorização do plural em forma de pensar, construir e se apresentar é cada vez mais importante.

A construção de um padrão profissional a partir do sujeito branco traz impactos negativos na elaboração da identidade dos jovens profissionais negros. O relato acima salientou a estética, porém abaixo, no depoimento da pessoa respondente número 20, são abordados outros elementos estigmatizantes como modo de falar, andar e as roupas escolhidas. Inclusive, este participante faz a interseção destes elementos com o acesso precário à educação ou a aparatos culturais, o espaço de moradia e o racismo estrutural propriamente dito:

> Para o negro é mais difícil ter acesso a uma boa educação, a um bom cargo, é difícil acessa áreas mais culturais e sempre que sai de sua comunidade e malvisto, desde sua forma de se posicionar a sua de andar/vestir/falar. Quando se vai numa entrevista já se espera um determinado padrão de pessoas e o negro quase nunca faz parte desse padrão e nem mesmo quando se tem a experiência ele é chamado, seja pela aparência ou porque não estudou numa universidade de renome, infelizmente o negro sofre com o racismo estrutural e para os negros as oportunidades são negadas.

O não acesso à educação de qualidade citada no depoimento acima e cursos complementares para solidificar suas experiências e deixar o currículo com maior relevância, também foram descritos como obstáculos ao retornar ao mercado de trabalho e concorrer a um emprego. Saliento aqui, que absolutamente todos os jovens que participaram desta pesquisa são oriundos de escolas públicas e, refletir sobre a qualidade do ensino e o conteúdo programático conectando vida acadêmica e mercado de trabalho é uma urgência no Brasil contemporâneo. Em geral, a juventude se despede do ensino médio com um preparo extremamente insuficiente para enfrentar as complexidades da vida profissional e parte do tempo sem conseguir fazer ligações mínimas entre teoria e prática.

Entre as 3 principais barreiras citadas pelos participantes como principais obstáculos para na busca por um emprego, podemos observar a intersecção dos 3 pilares em que constituem a existência dos sujeitos desta pesquisa: geração, classe e raça. A pouca experiência está ligada a fase da vida em que experienciam, o programa de aprendizagem é a maior parte do tempo a primeira oportunidade de trabalho formal que eles conseguem para ingressar em uma empresa. O local de residência (áreas periferias, favelas e regiões situadas em lugares distantes) é congruente ao poder aquisitivo que as famílias possuem. Acesso a imóveis em áreas nobres e bairros prestigiados não é uma realidade para 100% das pessoas participantes da pesquisa, assim como não é para parcela significativa da juventude negra brasileira. O terceiro item elencado foi o racismo. Entre os respondentes, 94,4% das pessoas percebem o racismo como uma barreira quando se propõe a buscar um emprego. Seja pelo não privilégio simbólico ou material, os jovens negros participantes da pesquisa se veem em lugar de desvantagem pelo fato de serem negros.

Quando pensamos em privilégio simbólico, podemos refletir sobre a construção fenotípica do belo e o outro. Os jovens negro em geral não estão no lugar do padrão e eles vivenciam práticas inferiorizantes quando precisam mudar o corte ou penteado de cabelo para se adequarem, ou ainda quando sentem que o modo que falam, andam ou as roupas que escolhem são julgadas como inapropriadas no espaço corporativo. Quantos impactos e estranhamentos um jovem negro pode passar quando chega em uma empresa para fazer entrevista e nenhuma das pessoas que o recebe se parecem com ele? Quantas assincronias cotidianas podem ocorrer com um jovem que pelo recorte geracional já

possui inúmeras complexidades, mas para além disso, não se vê representado em pares e lideranças no ambiente de trabalho? Urge construir programas que estabeleçam direcionamentos legais para a atuação das empresas na inserção e desenvolvimento da população negra jovem no mercado de trabalho e, também, que seja centro das discussões, reflexões e redefinições ao que se construiu como padrão profissional. Precisamos pensar em múltiplos modelos de estética, comportamento, vivências e saberes como forma de equalizar este cenário.

Do ponto de vista material, a condição socioeconômica de suas famílias impacta diretamente em suas vidas pelo fato de ainda não terem conquistado a independência financeira. O local de moradia, o acesso a bens de consumo, os cursos extracurriculares que podem ou não pagar para suprir necessidades e deficiências acadêmicas, os sonhos que são permitidos realizar por terem ou não dinheiro, ou até mesmo se é permitido sonhar, pois como vimos, apenas 19,4% dos jovens pesquisados conseguiram ingressar no ensino superior até o momento em que participaram deste levantamento, por exemplo. Estar no lugar de um jovem negro pobre significa também possuir menos possibilidades, ou ter mais dificuldades para concretizar metas, por isso, a partir de uma perspectiva material e as remunerações mensais, o programa ganha relevância em suas vidas.

4.6 – Renda e (in)dependência

O salário da aprendizagem, mesmo sendo 50% do salário-mínimo, é um importante auxílio para jovens em início de carreira e suas contribuições no orçamento doméstico. Esta é uma realidade para a maior parte das pessoas participantes da pesquisa, das 36 pessoas respondentes, 25 informaram que utilizavam o salário para ajudar nas despesas de casa, algumas, inclusive, com uma grande carga de responsabilidade em períodos que outros membros da família não possuíam trabalho fixo e renda:

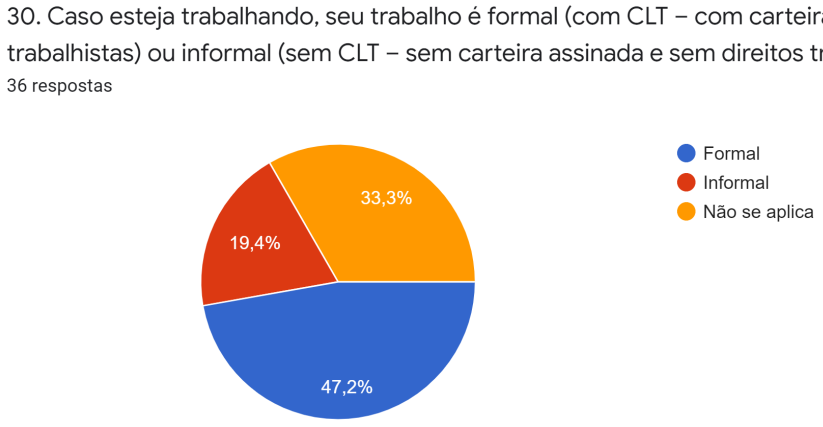
> Contribuía, mas não supria todos os gastos. Já que meu pai havia falecido e na época minha mãe não tinha renda fixa e eu ajudava com grande parte dentro de casa. PESSOA RESPONDENTE Nº 09

> Eu achava muito pouco. Não rendia muito, pois ajudava com compras em casa, a pagar a conta da internet, luz, pagar algumas despesas da

> minha irmãzinha que era recém-nascida na época e o salário acabava bem rápido por isso. PESSOA RESPONDENTE Nº20
>
> Pois eu ajudava meu pai, pois na época que eu era jovem aprendiz eu tinha acabado de perder minha mãe, e ficava muito puxado as coisas para o meu pai. PESSOA RESPONDENTE Nº22
>
> No meu caso, o salário me ajudava a pagar o aluguel em que vivia. Na época, minha mãe estava desempregada e recebendo por alguns serviços informais que fazia. Enquanto eu ajudava com o aluguel no salário de jovem aprendiz e usava a bolsa da universidade também para ajudar na alimentação. PESSOA RESPONDENTE Nº36

O término do contrato e a perda da renda mensal, se configura em um cenário privações para muitos desses jovens. Alguns voltam a depender integralmente dos pais ou responsáveis, outros passam um longo período sem conseguir manter as próprias despesas. Pela experiência ainda inicial e a pouca oferta de emprego, os "bicos" se tornam alternativa. Das 36 pessoas participantes, até o momento da pesquisa, 47,2% estavam empregadas de modo formal, ou seja, com carteira assinada. 19,4% responderam trabalhar na informalidade, 33,3% não estavam desempenhando nenhuma atividade laboral.

Gráfico 18: Situação trabalhista atual.

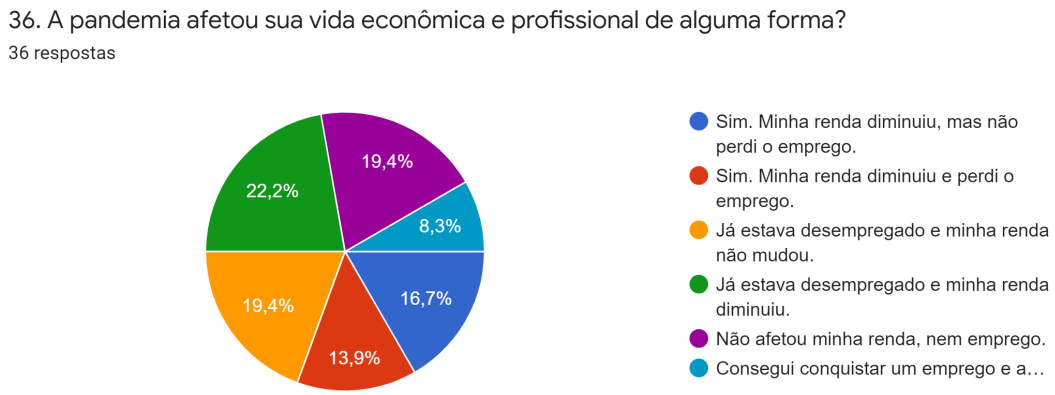


Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Outro fator agravante para o cenário de não contratação nos anos subsequentes ao término do contrato das pessoas participantes foi o isolamento mundial com o surgimento da Covid19, que como vimos anteriormente, fez com que principalmente as

pessoas negras e jovens perdessem o emprego. Nesta pesquisa temos esta dupla interseção: geração/jovens e raça/negros, que somado a classe/pobres, torna a condição de vida deles ainda mais difícil. Das 36 pessoas que participaram desta pesquisa, apenas 3 disseram que a vida econômica melhorou durante o período da pandemia, enquanto 7 disseram não ter perdido o emprego, nem sofrido alteração na renda. Outras 7 pessoas relataram já estarem desempregadas e a situação se manteve igual. Contudo, as outras 19 notificaram terem sofrido impactos negativos e perda de parte da renda com a pandemia.

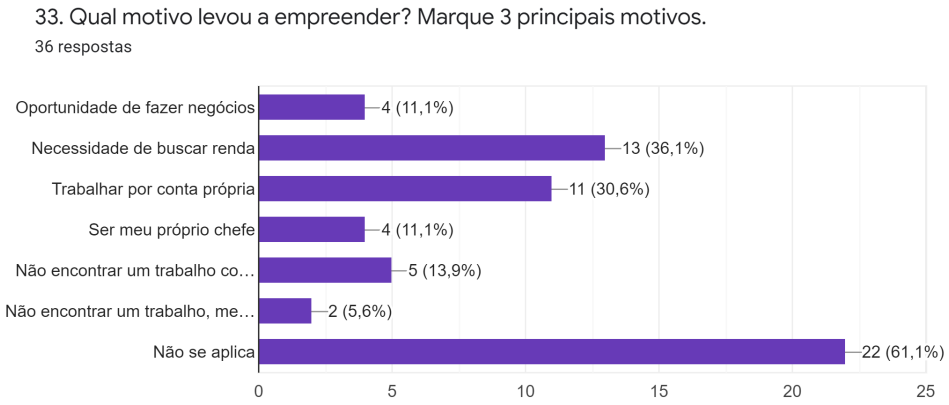
Gráfico 19: Impacto da Covid19.



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Neste cenário, além da realização de “bicos”, o empreendedorismo se torna alternativa para ter alguma renda mensal e custear as despesas básicas. Alguns jovens empreendem, pois sonham em “ter seu próprio negócio”, não desejam mais ter chefes e até mesmo encontram oportunidade de fazer negócio. Entretanto, a maior mola propulsora que levou as pessoas respondentes a empreender foi a necessidade. Esta alternativa foi a primeira opção dos votantes em uma lista de 6 possibilidades. O fato nos leva a refletir ainda em quais condições essas pessoas conseguiram empreender, qual tipo de suporte precisaram e qual tipo conseguiram.

Gráfico 20: Necessidade de empreender.



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

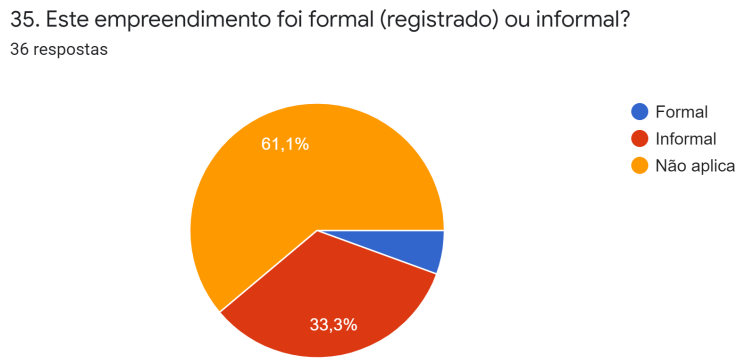
Dentre as 36 pessoas respondentes, 14 informaram que tentaram empreender e as outras 22 não. Entre os principais trabalhos desenvolvidos estão a produção e venda de doces e salgados caseiros, empreendimentos online com venda de roupas ou marketing digital, área da beleza com serviços de manicure e trancista. Majoritariamente estas pessoas relataram que o negócio já fechou, ou é pouquíssimo rentável. Somente a pessoa respondente número 33 informou que mantém o negócio profissionalmente e como atividade principal: “Hoje sou técnico profissional em celular na área da tecnologia e com minha própria empresa”. Além disso, apenas duas pessoas relataram ter conseguido formalizar seus negócios.

Em um desdobramento em que o racismo estrutural se configura em uma ferramenta produtora de desigualdades e relega cenários de pobreza em número maior para pessoas negras, a condição socioeconômica do grupo pesquisado não foge a esta máxima. Quando a economia nacional entra em fase de declínio, como ocorreu a partir de 2015 com as instabilidades políticas citadas anteriormente, ou dentro de um cenário atípico de pandemia, as pessoas que mais sofrem foram as mais pobres e entre as pessoas mais pobres no Brasil, encontram-se em quantidade maior as pessoas negras.

O racismo enquanto prática discriminatória a favor do capitalismo, exclui em maior número a juventude negra das melhores possibilidades de emprego e/ou explora sua força de trabalho em atividades cada vez mais precarizadas, sem vínculos empregatícios, sem direitos trabalhistas estabelecidos, sem seguridade e com a

informalidade dando o direcionamento dos relacionamentos. Vimos surgir nos últimos anos os entregadores de produtos solicitados por aplicativos, sejam comidas, bebidas ou outros bens de consumo. Motoristas também serem solicitados para realizarem corridas em perímetros relativamente curtos por aplicativo. Pessoas sendo contratadas para prestarem serviço em condições intermitentes, ou seja, só comparecem ao local de trabalho em dias de maior demanda, como garçons nos bares e restaurantes durante os fins de semanas ou feriados. Dentre as novas relações de trabalho, esses são alguns dos exemplos em que a juventude negra encontra maior empregabilidade. Em prestações esporádicas de trabalho, eles não possuem amparo legal frente a qualquer demanda, pois não são funcionários dos aplicativos onde os clientes solicitam produtos ou serviços, nem tão pouco contratados legalmente pelos produtores desses bens ou serviços.

Gráfico 21: Formalização dos negócios.



Fonte: dados obtidos através das respostas dos pesquisados via Google Docs.

Diante de um cenário que pode ser desolador, pois algumas das ferramentas de trabalho precisam ser custeadas pelos próprios prestadores de serviço, como bicicletas, motos e carros, o empreendedorismo é uma alternativa. Mas como apresentado acima, não é um empreendedorismo que surge de uma oportunidade, de uma autovontade de criar um novo modelo de negócio, ou de um autoempreendedorismo, como vemos frequentemente as pessoas dizerem. A atividade empreendedora da maior parcela das pessoas pesquisadas surge a partir da necessidade de subsistência e diante das pouquíssimas oportunidades de possibilidade de encontrar um emprego.

De 36 pessoas participantes, 25 disseram que contribuem em casa e, às vezes, sendo a referência de renda do lar, logo, podemos inferir que estes jovens não podem se dar ao privilégio de não serem “criativos”. A palavra criativos é utilizada aqui para definir pessoas que precisam criar possibilidades de existência, uma vez que o Estado cobre de maneira insuficiente suas vidas e demandas, não provém emprego formal e não também não ampara suas construções independentes. Sem preparação para gerir negócios, sem linhas de crédito, sem formalização de processos, a maior parte das tentativas de empreendedorismo são fadadas ao fracasso e/ou passarão por muitas dificuldades, como podemos acompanhar abaixo no depoimento da pessoa respondente número 15:

> Na área da beleza, fazendo tranças afros, busquei conhecimento sozinha, aprendi na prática e por videoaulas porque não tinha condições de pagar um curso, comecei com pouquíssimo, fazendo em conhecidos para poder divulgar e ganhando o básico apenas para custear as despesas. Depois fui me aperfeiçoando e conseguindo tirar uma renda para me ajudar, porém muito baixa e com o início da pandemia foi pior ainda, já que na crise em que estávamos as pessoas tinham outras prioridades.

Entre processos extremamente burocráticos, falta de apoio e estímulo institucional do governo e o não acesso a serviços de crédito bancário, a juventude negra empreendedora pesquisada vai costurando com as próprias mãos sonhos, possibilidades, frustrações e tentando enxergar perspectivas de um futuro melhor. Dentre 14 pessoas que tentaram tocar o próprio negócio, apenas 2 formalizaram o empreendimento e apenas 1 mantém esta frente como trabalho principal. Cabe refletir aqui sobre quais possibilidades de futuro as desigualdades ainda criam para jovens negros. Quais impactos essas desigualdades podem gerar na sociedade e o quanto de riqueza deixamos de construir quando as oportunidades não são as mesmas para todas as pessoas.

4.7 – Impacto

Particularmente me sinto feliz em poder contribuir de alguma forma com a construção da trajetória profissional das pessoas que participaram desta pesquisa. Entendo que o Programa Jovem Aprendiz precisa de aperfeiçoamentos, porém sua

existência é de grande relevância para os jovens que estão iniciando no mercado de trabalho e não teriam oportunidade, ou talvez, tivessem ainda mais dificuldade para ingressar no mundo corporativo. Conseguimos ao longo de 1 ano e 4 meses desenvolver muitos diálogos e debates que proporcionam reflexão sobre a vida profissional e pessoal.

Em todos os grandes temas trabalhados da área administrativa (introdução à administração, recursos humanos, comunicação, marketing…), tivemos a oportunidade de fazermos análises sobre o mercado de trabalho, mas também sobre a sociedade, como os mecanismos sociais se articulam para poder proporcionar inclusão ou exclusão a partir das nossas estruturas. Entendo a educação profissionalizante também como uma forma de educação emancipatória, não limitada a conteúdos técnicos sem proporcionar pensamento que levantem discussões, troca de olhares e construção de saberes de modo coletivo. Esta percepção fica explica na visão de algumas pessoas respondentes:

> […] após o curso eu nunca sou reprovada de entrevistas por falta de conteúdo, apenas por ter filho, morar longe ou não ter o tal perfil, mas todos dizem que gostam de mim! Aprendi muitos truques e a ter autoconfiança nas entrevistas! PESSOA RESPONDENTE Nº12

> […] aprendi a administrar meu próprio dinheiro, entender mais sobre as leis trabalhistas, aprendendo a lidar com situações e pessoas delicadas, perdi o medo de falar publicamente. PESSOA RESPONDENTE Nº14

> […] o pragmatismo necessário de algumas aulas, como português, matemática, direitos, etc, foram importantes para entender melhor o meu lugar enquanto cidadão. Ter acesso e entender de forma evidente informações que geralmente tem uma linguagem distante ou inacessível, é muito positivo. O espaço de troca aberto e a valorização dos saberes trazidos pelos jovens aprendizes estimulou a produção de conteúdo nas tarefas propostas. PESSOA RESPONDENTE Nº36

Além de um projeto de pesquisa, entendo este trabalho como uma possibilidade de manifestação em defesa da Lei da Aprendizagem e principalmente das pessoas que mais precisam dela, os jovens pobres, moradores de áreas com menor prestígio social, oriundos massivamente de escolas públicas, cenários onde concentram-se um maior número de pessoas negras brasileiras. Sucessivamente o Programa Jovem Aprendiz sofre ataques e possibilidade de drástica redução no número de pessoas atendidas.

Em 2018, durante o governo Temer, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) propôs ao governo federal uma reforma no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), para retirar mais de 900 funções da base de cálculo da cota de contratação de aprendizes - ressaltando que os aprendizes são contratados a partir de um número proporcional (de 5% a 15%) de funcionários que ocupem funções que demandem formação profissional nas empresas. Caso fosse aprovada, esta proposta reduziria 700 mil vagas do programa em todo Brasil, o que impactaria na diminuição de 63% no número de contratação de pessoas no país.

Entre as funções do Programa Jovem Aprendiz estão a erradicação do trabalho infantil, com limite bem definido em qual idade as pessoas devem iniciar no mundo do trabalho e, isto sendo feito de modo formal com direitos e garantias trabalhistas asseguradas, além de lutar contra a evasão escolar, uma vez que as pessoas participantes do programa precisam estar matrículas e ativas no sistema de ensino, ou terem concluído o ensino médio.

No ano de 2018 houve manifestações em inúmeras cidades do país pedindo para que a aprendizagem fosse respeitada e as vagas mantidas. Em carta aberta, a Superintendência Regional do Trabalho e a Inspeção do Trabalho no Mato Grosso repudiou a proposta e reforçou o compromisso do Programa Jovem Aprendiz com a iniciação segura dos jovens e adolescentes no mercado de trabalho, estando garantido por lei:

> A proposta comandada pelo CNI e que está sendo discutida na Casa Civil se aprovada irá aniquilar com mais de 700 mil vagas de jovem aprendiz em todo o país, o que significa mais de 63% de todo o potencial de vagas atual, contradizendo o princípio do melhor interesse do adolescente, conforme expressado na Declaração Universal dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 99.710/90, item 3.1. (SRTb/MT[45], MAIO, 2018)

No Rio, nós (aprendizes, professores, coordenadores do programa) fomos às ruas no dia 13/09/2018, em uma marcha de protesto que concentrou-se na Praça Mauá em frente ao Museu do Amanhã às 9h da manhã e na hora seguinte seguiu pelas calçadas da Avenida Rio Branco rumando a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Após algumas horas de manifestação, um pequeno grupo de participantes foi recebido pelo

---

[45] Disponível em: https://www.folhamax.com/economia/reforma-pode-acabar-com-700-mil-vagas-para-jovens-aprendizes-no-pais/177256. Acesso em: 17 mai. 2022.

presidente da casa na época, André Ceciliano, integrante do Partido dos Trabalhadores (PT).

Os integrantes da comitiva tiveram a oportunidade de explicar o funcionamento do programa ao político, além de ressaltar a importância na vida dos participantes, sendo porta de entrada no mercado de trabalho e fonte de renda fixa durante o período contratual. Ceciliano ouviu as reivindicações e se comprometeu em representar o Estado do Rio nas discussões junto à Brasília. A reforma naquele ano não passou. O número de vagas foi mantido e os empregos assegurados. A foto abaixo retrata o momento da reunião dentro da Alerj.



Figura 1: Encontro em uma das salas de reunião da Alerj. O presidente da casa se encontra entre duas jovens aprendizes e ao lado da jovem de blusa azul, o autor Evandro Gomes.
Fonte: arquivos pessoais.

No ano de 2022, enquanto finalizo este projeto de pesquisa, o governo Bolsonaro, discute a Medida Provisória - MP 1.116/22[46], que precariza e reduz significativamente o Programa Jovem Aprendiz. Entre as principais mudanças estão: o aumento da idade máxima do contratado de 24 para 29 anos. Jovens em situação de vulnerabilidade social passam a contar em dobro, exemplo: se uma empresa tivesse que contratar 20 pessoas, caso estas pessoas estejam em situação de vulnerabilidade, 10 pessoas preenchem o quadro. Contudo, a maior parte dos jovens que participam encontram-se em situação de vulnerabilidade social. Os contratos poderão ter prazo de

[46]Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/152939 - Acesso em: 17 mai. 2022.

até 4 anos, ou seja, o dobro do tempo máximo atual, ofertando uma quantidade menor de vagas ao longo do tempo. E ainda, uma pessoa após completar o tempo máximo de capacitação, caso contratada por tempo indeterminado, a empresa poderá incluí-la por até 12 meses na cota da aprendizagem.

É em meio a este clima de incerteza que encerro a pesquisa, entendendo que o Programa Jovem Aprendiz necessita de revisão periódica para seu aperfeiçoamento, enquanto ação direcionada à juventude. Porém as propostas sugeridas tanto em 2018 quanto em 2022 serviriam bem mais como medidas precarizadoras que alternativas de evolução e mobilidade para as pessoas atendidas pelo projeto.

A proposta de sucateamento do programa de aprendizagem apresentada pelo Governo Temer e Bolsonaro, entram em consonância com as reformas e medidas defendidas por ambos os políticos. Em 2017, durante o Governo Temer, ocorreu a reforma trabalhista[47] que possibilitou a criação do trabalho intermitente, onde foi concedido ao empregador o poder de contratação por horas ou diárias. No montante final, alguns trabalhadores não conseguiram mais chegar ao valor de um salário-mínimo como remuneração, pois não trabalhavam mais 30 dias por mês com o devido descanso semanal remunerado.

Já em 2019, no dia primeiro de janeiro e primeiro dia também de Governo Bolsonaro, o Ministério do Trabalho foi extinto, tornando-se Secretaria Especial do Ministério da Economia. Uma nítida manifestação simbólica de ataque à classe trabalhadora e também ao principal opositor, o PT, que tem o trabalho como principal bandeira. Percebendo o trabalhador como mercadoria e o ministério como uma forma de negociação de cargos e votos, em julho de 2021, Bolsonaro recria o Ministério do Trabalho[48].

Para atingir o pleno impacto social positivo que se espera do programa como medida de inserção dos jovens no mercado de trabalho, ainda há inúmeras revisões do projeto a serem feitas por parte do governo e das empresas. Entre os dois principais motivos apresentados pelos jovens para a não permanência no trabalho em que estavam, foram levantadas a falta de criação de vagas direcionadas e também o não atingimento

---

[47] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 06 jul. 2022.

[48] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/28/bolsonaro-edita-mp-que-recria-ministerio-do-trabalho. Acesso em: 06 jul. 2022.

da maioridade. Se não há uma legislação que direciona a atuação das empresas após o período obrigatório de contrato, estas instituições possuem liberdade para agir como melhor lhes convém, podendo então não se comprometer com o pleno desenvolvimento dos ingressantes no mercado de trabalho.

Os questionamentos: para onde irão e como ficam estes jovens após um período paliativo? Não move o agente Estatal e a instituição empregadora e, enquanto esta não for uma preocupação legítima, o jovem aprendiz será apenas um ponto de passagem para milhares de jovens que flutuam entre um período experimental de empregabilidade e na sequência entram em uma etapa de interrogações, tendo em vista que como pudemos analisar no objetivo central desta pesquisa, a principal barreira apresentada pelas pessoas pesquisadas quando retornam as buscas por trabalho, é a falta de experiência.

A partir desta análise, podemos inferir que o Programa Jovem Aprendiz não atinge sua principal meta que é trabalhar de modo pleno a empregabilidade juvenil. Os participantes podem passar por longos períodos de descontinuidade laboral, o setor privado atuante em parceria não garante a inclusão efetiva de um grupo majoritário, assim como não há legislação específica que ampare as pessoas egressas do projeto.

A contratação de pessoas que não atingiram a maioridade até o término do período contratual também se configura em ponto de extrema vulnerabilidade para os jovens participantes, pois ao não completar 18 anos, as empresas não precisam se preocupar com a contratação do jovem, uma vez que legalmente este sujeito não pode ingressar no mercado de trabalho em modalidade que não seja aprendiz e, acabando de passar um período de aprendizagem, raramente ele conseguirá ingressar em outro programa mesmo que seja em categoria diferente no Código Brasileiro de Ocupação.

Após o período flutuante de contrato, a maior parte dos jovens retornam para o quadro de desemprego sem amparo legal por parte do governo e sem o comprometimento das empresas em construir caminhos para sua contratação, desenvolvimento e crescimento profissional. Sendo assim, as pessoas participantes não podem progredir em suas carreiras, ou terão muito mais dificuldade para realizar esta progressão e ainda realizar mobilidade, acompanhada de melhores condições salariais e também melhor qualidade de vida.

Podemos ver que a revisão periódica para o aperfeiçoamento do programa é uma ação que deve ser discutida com urgência. Porém não da maneira que fora proposta em 2018 e 2022, precarizando e sucateando as poucas possibilidades de empregabilidade juvenil pobre e negra, pois todo ataque e tentativa de desmantelamento do programa, é um ataque a juventude pobre, a juventude periférica, suburbana, favelada e, principalmente a juventude negra, que não em sua totalidade, porém, majoritariamente vê neste projeto uma oportunidade de início das suas carreiras e a possibilidade de ampliação de perspectivas.

Considerações Finais

A construção do país se dá a partir de muitas crenças e correntes ideológicas que firmam as relações dos atores sociais e contribuem para criar imagens mentais, e representar o indivíduo por meio de juízos de valores que colocaram pessoas em lugar de prestígio ou as deixou as margens lutando para existir com dignidade. Neste cenário de aproximação e afastamento se dá a relação do branco e do negro no Brasil. No período colonial e imperial, a população branca, livre, gozava de privilégios, poder e dominação (nesses dois últimos casos os brancos proprietários de terra e escravizados), enquanto a maioria da população negra sofria com o processo de escravização perdendo sua condição humana, sendo levada à objetificação mecanizada de coisa. Mesmo os escravizados que recebiam a alforria ou já nasciam livres, recebiam toda a carga de preconceito e discriminação que legitimavam a escravização.

Nem a abolição da escravatura, nem tão pouco a proclamação de uma estreante república que aspira moderniza-se, concebeu a população negra no Brasil na virada do século XIX para o século XX a condição de cidadão com direitos salvaguardados, com integração social por meio de habitação e educação de qualidade, segurança e inserção no mercado de trabalho. Ao contrário, um projeto político nacional para deixar o Brasil cada vez com cara de Europa, calçado no determinismo racial e na ideologia do branqueamento fez com que os negros brasileiros fossem preteridos da escolha do que seria o homem ideal para participar da construção do país.

A ideologia racista se impregna na sociedade brasileira e corrobora para a estruturação do projeto de nação, naturalizando a exclusão embasada na segmentação que se dá por causa da cor da pele, a textura do cabelo, os traços do rosto, entre outras características físicas. Em um escala de valor, em que quanto mais branco melhor e quanto mais preto pior, o racismo perpassa por gerações, relegando a população negra as piores condições de vida, como sendo o maior quantitativo em situação de rua morando em calçadas, o maior número em condições de aprisionamento, além de terem os menores salários, ocuparem os cargos mais insalubres e operacionais ou ser o maior percentual no quadro de desemprego.

Atravessamos um século com esta segregação invisível, porém real ocorrendo com práticas racistas escamoteadas por meio de uma falsa harmonia racial e com

tolerância parcial. Embora tenha acontecido alguns avanços a partir do final do século XX e início do XXI, a situação do negro no Brasil ainda está muito distante do ideal de igualdade que se espera de um país que pretende dar oportunidades a todos, permitindo o desenvolvimento pessoal e crescimento profissional de todos. Em nossa sociedade o trabalho é chancelador de dignidades, estar fora desses espaços se torna uma questão conflitante para todos que desejam integração e evolução social.

Neste persistente cenário de pouquíssima representatividade se encontra a população negra e principalmente a população negra jovem, como apresentado ao longo desta pesquisa, quando a situação econômica do país se fragiliza, as pessoas que mais ficam suscetíveis a perda de postos de trabalho e consequentemente ao achatamento, perda de parte ou total da renda são os negros e os jovens. Dentro desta dupla intersecção encontram-se os jovens negros que egressaram do Programa Jovem Aprendiz da Pastoral do Menor em 2018 e 2019, constituindo-se nos sujeitos desta pesquisa. E, além destas duas categorias, apurar as lentes para classe, foi essencial para investigar e refletir sobre o cenário que se constrói a histórias das pessoas respondentes.

As três principais barreiras apresentadas pelos participantes quando se põem a busca por um emprego são as interseções de suas existências e momentos de vida: geração, classe e raça. A pouca experiência se relaciona ao recorte geracional, enquanto o local de residência é um reflexo da situação socioeconômica em que se encontram, já o racismo, terceiro fator que mais surge como obstáculo, faz parte dos seus grupos de pertencimento e autorreconhecimento racial. Porém, tanto a falta de experiência, quanto o território, são elementos que perpassam na vida destes jovens como questões que terão a raça como fundamento operacional.

Suas experiências iniciais e que não impactam em critério de relevância no histórico profissional, poderiam ou podem ser substituídas por boa formação acadêmica, cursos extracurriculares de aperfeiçoamento, vivências fora do país, por exemplo, porém estes recursos de capacitação não fazem parte da trajetória da maioria dos jovens negros no Brasil, tão pouco dos jovens pesquisados. Oriundos de escolas públicas, a insuficiência acadêmica se mostra presente nas experiências de um número majoritário de pessoas respondentes, para além disso, os currículos escolares ainda se encontram em lugar de pouca utilidade prática quando relacionamos ao cotidiano laboral e as complexas questões que necessitam de soluções nas empresas.

A geografia de suas habitações foi desenhada a partir de um projeto de modernização e exclusão. Sem inclusão no sistema socioeconômico do pós-abolição, as pessoas negras tiveram as áreas mais afastadas ou vulneráveis como território para constituir residência. Este fato ainda reverbera sobre a vida dos jovens negros participantes da pesquisa e eles percebem seus locais de moradia como uma grande barreira quando tentam transpor a falta de emprego. Seja pela localização distante dos centros comerciais da cidade, seja pelo estigma que as áreas favelizadas ainda carregam, em suas perspectivas, seus endereços, ou até mesmo a falta de endereço, pois em geral as favelas possuem um único local para retirada de postagens, para os jovens pesquisados, este ainda é um fator problema agravante na tentativa do contorno do desemprego.

Mesmo que sutil, ou naturalizado em práticas cotidianas, o racismo já não passa mais sem ser notado nas discussões ou reflexões das pessoas respondentes. Embora nem todos o detectam em sua forma estrutural e na configuração de cenários ausentes, majoritariamente, 94,4% das pessoas pesquisadas puseram esta discriminação como uma das três principais barreiras que segundo suas percepções e vivências, existe no mercado de trabalho e impede suas possibilidades de ingresso e progressão de carreira. Os jovens participantes evidenciam práticas racistas por meio de negações de oportunidade, pedidos ou sugestões de adequação ao perfil que se construiu como padrão, e aí, temos o espectro do embranquecimento ainda como uma regra usual nas corporações. Notam também na movimentação do quadro de funcionários e as pessoas lidas negras sofrem mais baixas em tempos de dispensa e em recomposições deste quadro, as pessoas são brancas.

O Programa Jovem Aprendiz é a porta de entrada destas pessoas no mercado de trabalho e confere aos participantes suas primeiras experiências em um ambiente corporativo e também o tão necessário registro em carteira. Todos os respondentes ressaltam a importância do projeto em suas vidas, porém, embora cumpra papel experimental com um contrato determinado por 1 ano e 4 meses, o projeto não se constituiu em uma mola propulsora para que eles possam transpor a principal barreira de um jovem no mercado de trabalho, que é a falta de experiência. Este fator somado ao não comprometimento das empresas parceiras após o término do contrato de

aprendizagem, faz com que os jovens egressos voltem ao mercado de trabalho em um cenário de incertezas e interrogações.

Após análise dos principais motivos para a não contratação das pessoas aprendizes, o ideal seria o Estado estimular as empresas parceiras a criarem um percentual de postos de trabalho destinados aos ex-aprendizes após o término do contrato por tempo determinado. A manutenção dos empregos e a remuneração com salários maiores, pois os contratos fora da modalidade de aprendizagem são geridos pelo piso salarial mínimo integral, permitiriam aos jovens vislumbrar possibilidades maiores de construção profissional, como o custeio de cursos e melhores preparações para o ensino superior. Além disso, um maior tempo de trabalho em uma empresa com registro em carteira, também os daria maiores probabilidades de empregabilidade.

A contratação em menoridade com possibilidade de iniciação aos 14 anos é uma solução legal para o fim o trabalho infanto juvenil exploratório, impedindo que qualquer pessoa com 13 anos ou menos, dentro uma estrutura de legalidade exerça algum tipo de atividade laboral, trazendo ainda a estes jovens amparo e seguridade, freando ou, pelo menos, diminuindo quadros de ilicitudes. Além disso, a modalidade de aprendizagem alinha trabalho a educação, tendo o comparecimento escolar ou conclusão do ensino médio como condição obrigatória para ingresso no programa. Contudo, os jovens que iniciam o programa ainda menores e não atingem a maioridade até o término do contrato ficam sumariamente fora de qualquer possibilidade de processo de continuidade.

Dentro deste cenário, a revisão da idade de contratação poderia ser uma solução, porém, impedir que pessoas com 14 trabalhem na modalidade aprendiz, abre espaço para que elas buscam atividades apenas informais, por isso, a revisão do programa neste sentido pode ser mais eficiente se permitir que pessoas com menos de 18 anos possam participar do Programa Jovem Aprendiz por, pelo menos, duas vezes dentro da mesma classificação do CBO - Código Brasileiro de Ocupações.

A contratação com período determinado e menos encargos sociais faz com que o programa seja percebido por algumas empresas com uma possibilidade de contratação de mão de obra barata, por isso, o comprometimento das contratantes para que o projeto cumpra sua função social, que é o de inserção plena dos jovens no mercado de trabalho e, o cargo de jovem aprendiz não seja experienciado apenas como uma modalidade

flutuante na vida dos jovens, além da manutenção por tempo exigido por lei, se faz necessário que setores público e privado somem forças para contratar, mais ainda para desenvolver e permitir que os jovens participantes que em sua maioria são negros, tenham possibilidades de progredirem profissionalmente.

O mercado de trabalho opera em nossa sociedade em ordem material e imaterial, é o chancelador de respeito e prestígio, a partir das empresas em que trabalhamos e funções que exercemos e, em uma sociedade capitalista, regida pela moeda, quem tem maior poder de compra consegue materializar mais sonhos e viver com mais conforto. De modo material ou imaterial, o emprego pode conceder mais ou menos dignidade para as pessoas, proporcionando cenários de maiores proventos ou privações. Por isso, o estabelecimento de um programa que trabalhe a empregabilidade da juventude de modo pleno, seguro e saudável é a concretização do movimento de estruturas solidificadas em séculos de exploração e exclusão.

O Programa Jovem Aprendiz é um passo, porém para que haja uma mudança estrutural, a implantação de metas e métricas de impacto direcionando as vagas aos mais pobres e consequentemente a um maior número de jovens negros também, deve ser prioridade. Somente por meio de medidas equitativas e intencionais, cenários de vulnerabilidade social poderão se fortalecer e termos um futuro com mais justiça social e igualdade.

Referências

ABRAMO, Helena W. **"Condição juvenil no Brasil contemporâneo"**, in Helena W. Abramo et al. orgs. Retratos da juventude brasileira. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Ensino médio: múltiplas vozes**. Brasília: UNESCO, MEC, 2003. p. 368-371, 541-547.

ABRAMOVAY, Miriam et al. (2002), **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas.** Brasília: UNESCO/BID.

AGÊNCIA SENADO. Em relatório, CPI apresenta sugestões para acabar com genocídio da juventude. **Senado Federal**, Brasília, 8 jun. 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/06/08/em-relatorio-cpi-apresenta-sugestoes-para-acabar-com-genocidio-da-juventude-negra. Acesso em: 18 nov. 2021.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Ana Lídia; LISBOA, Ana Paula. Negros de 14 a 29 anos desempregados são quase o dobro dos brancos. **Correio Braziliense**, 15 nov. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2020/11/4888994-negros-de-14-a-29-anos-desempregados-sao-quase-o-dobro-dos-brancos.html. Acesso em: 19 nov. 2019.

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite. Do trabalho para a EJA, itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Relatório Institucional 2020. Disponível: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf. Acesso em: 15 Mai. 2022.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. Relatório Institucional 2021. Disponível: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf. Acesso em: 15 Mai. 2022.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático.** Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** In: RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil: racismo institucional: Fórum de Debate Educação e Saúde, 2014, Belo Horizonte. **Anais[...].** Belo Horizonte: Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico, Faculdade de Medicina da UFMG; Fundação Hemominas, 2014. p. 5-39. Disponível em

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/racismo/racismo_institucional__caderno_do_evento_bh_2014.pdf#page=5. Acesso em: 18 mai. 2021.

BERGMANN, B. **In defense of affirmative action.** New York: BasicBooks, 1996.
BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
BRASIL. Caixa encerra pagamento do auxílio emergencial após sete meses. https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/caixa-encerra-pagamento-do-auxilio-emergencial-apos-sete-meses. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. CPI apresenta sugestões para acabar com genocídio da juventude negra
BRASIL. **Lei da Aprendizagem. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília/DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.097**, de 19 de Dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. **LEI nº 10.558**, de 13 de Novembro DE 2002. Cria o Programa Diversidade na Universidade e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10558.htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.598**, de Dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 7.716**, de 5 de Janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.579**, de 22 Novembro de 2018. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm#art126. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL.[Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

CAMARGO, Cristina; SPERB, Paula. Homem negro morre após ser espancado por seguranças do Carrefour em Porto Alegre. **Folha de S. Paulo**, [*S. l.*], 20 nov. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/homem-negro-morre-apos-ser-espancado-por-segurancas-do-carrefour-em-porto-alegre.shtml. Acesso em: 10 dez. 2021.

CANO, Ignacio. **Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil.** In:Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº31, set./dez. 2012, pág. 94-119.Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf.>. Acesso em: 18 mai. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/LpSkSW9hyH6jXDXDdYn7k9w/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 10 jan. 2021.

CASTRO, J. P. M.. **A invenção da juventude violenta. Análise da elaboração de uma política pública.** Rio de Janeiro: Laced, 2009.

CASTRO, L. R. de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisas**, v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo (1ª, Edição).** Portugal: Augusto Sá da Costa Lda, 1978.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006. Disponível em:<www.sergiofreire.pro.br>. Acesso em: 10 jan. 2021.

DAYRELL, Juarez. **O Jovem como sujeito social.** Revista Brasileira de Educação, nº 24 Set/Out/Nov/Dez 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04. Acesso em: Acesso em: 10 jan. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Ed: Boitempo, 2008.

ENNE, Ana Lúcia Silva. In: **Narrativas juvenis e espaços públicos: Olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais**/ Organização de Paulo Carrano e Osmar Fávero - Niterói; Editora UFF, 2014.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Franz. Racismo e cultura. In: MANOEL, Jones (org.); LANDI, Gabriel (org). **Revolução Africana:** uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. p: 65-79.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.

FRÔ, Maria. Kabengele Munanga: Nosso racismo é um crime perfeito. **Forum**, [S. l.], 20 nov. 2011. Disponível em: https://revistaforum.com.br/blogs/blog-da-maria-

fr/2011/11/20/kabengele-munanga-nosso-racismo-um-crime-perfeito-45558.html. Acesso em: 8 maio 2021.

GASKELL, George. ENTREVISTAS INDIVIDUAIS E GRUPAIS. In: GASKELL, George. **PESQUISA qualitativa com Texto, Imagem e Som: Um Manual Prático**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. cap. 3, p. 64-89. Disponível em: https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2017/10/pesquisa-qualitativa-com-texto-imagem-e-som-bauer-gaskell.pdf. Acesso em: 10 mai. 2021.

GOMES, Nilma L. **Juventude, práticas culturais e negritude: o desafio de viver múltiplas identidades.** Trabalho apresentado na 27a reunião da ANPED. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt21/t218.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Pedagogia da Crueldade: Racismo e Extermínio da Juventude Negra. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, v. 34, e197406, 2018

GRAMSCI, Antônio. **Cartas do Cárceres.** Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização. Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** 8º ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1991.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Fund. de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34, 1999

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade *(*11ª. Edição)**. São Paulo: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora – Identidades e mediações culturais.** Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013

IANNI, Octávio. **Dialética das Relações Raciais. Estudos Avançados.18 (50).** 2004, p. 21-30.

IBASE - **INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS APLICADAS - Cotas raciais: Por que sim?** 3ª ed. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE - **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em 20 mai 2021.

IBGE. Novo SIDRA permite consultar facilmente dados de estudos e pesquisas do IBGE também em dispositivos móveis. **Agência IBGE Notícias**. Disponível: https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-

noticias/releases/9481-novo-sidra-permite-consultar-facilmente-dados-de-estudos-e-pesquisas-do-ibge-tambem-em-dispositivos-moveis. Acesso em: 19 nov. 2021.

IBGE. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio.html. Acesso em 18 de novembro de 2021.

IBGE. Pretos e pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação ao branco permanece. **Censo Agro 2017**. Disponível: https://censoagro2017.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece.html#:~:text=Entre%20os%20jovens%20pretos%20ou,faixa%20et%C3%A1ria%20no%20ensino%20superior. Acesso em: 18 nov. 2021.

IDADOS. Proporção de trabalhadores com ensino superior que atuam em cargos de nível médio ou fundamental cresce mais entre homens negros e mulheres negras. Disponível em: https://blog.idados.id/trabalhadores-com-ensino-superior-cargos-nivel-medio-fundamental-cresce-negros/. Acesso em 18 de novembro de 2021 In: **Revista Brasileira de Educação.** nº 5. ANPED, 1997.

KONDER, Leandro. **Ideologia e política.** REVISTA USP, São Paulo, n.49, p. 24-29, março/maio 2001.

MANUAL DE APRENDIZAGEM: **O que é preciso para saber para contratar um jovem aprendiz** – 3ª ed, Brasília: MTE, SIT, SPPE, ASCOM, 2009.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 10 ed. São Paulo. HUCITEC, 1996.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Dezoito do Brumário de Louis Bonaparte.** SÃO Paulo. Centauro Editora. 2000.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Sevilla: Fundación BIACS. 2016.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ações afirmativas: história de debates no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p.197-217, 2002.

MONSMA, Karl Martin. Fórum nas Sociais - PPG-Ciências Sociais da UFSCar. **Conflitos simbólicos, conseqüências mortais: brigas entre negros e imigrantes em São Carlos**, 1888-1914. 2005.

MOURA, Clóvis. **Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo.** In: Revista Afro-Ásia. Salvador, n. 14, 1983. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824/13425>. Acesso em 20 abr. 2021.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo. Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **As Ambiguidades do Racismo à Brasileira.** (In) KON, Noemi Moritz e SILVA, Maria Lúcia e ABUD, Cristiane (Orgs). O Racismo e o Negro no Brasil: questões para a psicanálise. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017, p. 33-44.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.], 2004.

MUNANGA, Kabengele. Nosso racismo é um crime perfeito**.** In: **REVISTA FÓRUM**. Disponível:
<https://revistaforum.com.br/noticias/nosso_racismo_e_um_crime_perfeito/>. Acesso em 02 nov. 2020.

MUNANGA, Kabengele. A construção da identidade negra no contexto da Globalização. In: **Oliveira, Iolanda. (org). Cadernos PENESB 4**. Niterói: 2002.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso?
Rio de Janeiro: **Revista da ABPN**. v. 4, n. 8. jul.– out. 2012. p.06-14.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e Cultura** [en linea] 2001, 4 (Julio Diciembre): Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70311216002. ISSN 1415-8566. Acesso em: 17 dez. 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**: revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

NOVAES, Regina. **Nada será como antes:** notícias das juventudes sul-americanas. Observatório da Cidadania, 2007.

OLIVEIRA, Elida. Acesso de negros a escolas cresceu na última década, mas ensino da cultura e história afro-brasileira ainda é desafio: Índices educacionais apresentam dados piores no recorte por pretos e pardos se comparados a brancos. Especialistas defendem que mudança no ensino pode melhorar a autoestima dos alunos e a identificação com a escola.. **G1**, [S. l.], 20 nov. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/20/acesso-de-negros-a-escolas-cresceu-

na-ultima-decada-mas-ensino-da-cultura-e-historia-afro-brasileira-ainda-e-desafio.ghtml. Acesso em: 18 nov. 2021.
OLIVEIRA, Fabiana Luci de. **Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios.** Disponível: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.2.03>. Acesso em: 02 nov. 2020.

OLIVEIRA, Luis Paulo J. de. **Filhos da precarização social do trabalho no Brasil: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000.** Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude.** Terceira Série, Vol.25, No. 105/106, pp. 139-165 (27 páginas). Publicado por: Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 1990.

PAIS, José Machado. **Dos grupos juvenis aos grupos de classe.** In: PAIS, José Machado. culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2a Ed., 2003, p. 109-157.

PASTORAL DO MENOR. **Relatórios de Atividades**. Disponível em: https://www.pastoraldomenor.com.br/apresentacao/relatorios-de-atividade/. Acesso em: 22 jan. 2022.

PERALVA, Angelina. O Jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação.** nº e nº 6. ANPED, 1997.

PEREIRA, Amilcar de Araújo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do Movimento Negro contemporâneo no Brasil**. Pallas: Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, André Luis. A sensação de insegurança racializada. **UFRGS**. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/viewFile/1159/1899. Acesso em: 19 janeiro de 2022.

PEREIRA, Tiago Leite. Violência e políticas públicas para a juventude: aproximações entre os casos de Medellín e Cascavel. **Unisinos**. Rio Grande do Sul, 2016.
PODER 360. Desemprego atinge 29,8% dos jovens no Brasil, diz IBGE. Disponível em: Disponível: https://www.poder360.com.br/economia/desemprego-atinge-298-dos-jovens-no-brasil-diz-ibge/. Acesso em: 12 jun. 2022.

PONCE DE LEON, Alessandro Lutfy. Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (orgs). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Unesco 2007. P. 271-322.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo.** Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1954.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira [1957].** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual nº 3708/01**, de 09 de novembro de 2021. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à universidade estadual do norte fluminense, e dá outras providências. Disponível em: https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90840/lei-3708-01. Acesso em: 22 jun. 2022.

RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual nº Lei Estadual nº 4151/03**, de 04 de setembro de 2003. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras providências. Disponível em: https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90604/lei-4151-03. Acesso em: 22 jun. 2022.

RIO DE JANEIRO. **Lei. Estadual nº 3524/00, de 28 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. Disponível em: https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90839/lei-3524-00. Acesso em: 22 jun. 2022.

SACRAMENTO, Mônica Pereira do. **Ação afirmativa na UERJ: O Caso da Escola Superior de Desenho Industrial**. UERJ, 2005.

SCHUCMAN, L.; CARDOSO, L. Apresentação dossiê branquitude. **Revista da ABPN.** v.6, n.13, p. 5-7, mar. jun. 2014.
SIDRA. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência, por tempo de procura de trabalho. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1616#resultado. Acesso em: 18 jun. 2022.

SILVA, Maciel Pereira. **Juventude estudantil e as representações sociais da escola e de seu vínculo com o trabalho: O caso do ensino médio na Região Administrativa do Gama - DF.** Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2015.

SILVEIRA, Daniel. Desemprego entre os jovens é superior ao dobro da taxa geral, aponta IBGE: Jovens sofrem com barreira maior à entrada no mercado de trabalho por conta da falta de experiência, explica pesquisador.. **G1**, [*S. l.*], p. 00, 17 ago. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/17/desemprego-entre-os-jovens-e-superior-ao-dobro-da-taxa-geral-aponta-ibge.ghtml. Acesso em: 12 jun. 2022.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: Uma revisão de literatura.** Sociologias nº 16. Porto Alegre, July/Dec. 2006.

SOUZA, J. **Panorama da Juventude Negra no Brasil. Revista Identidade, 2011.** Disponível: http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/133/180. Acesso em: 02 nov. 2020.

SOUZA, R. M. de. **Protagonismo Juvenil: o discurso da juventude sem voz.** Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 1 (1): 1-28, 2009.
SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

THEODORO, M. L. Exclusão e inclusão precária? O negro na sociedade brasileira. **Revista IBICT** - Inclusão social, v. 3, p. 79, 2008.

TRAPP, Rafael Petry. Utopias Negras: Eduardo de Oliveira e Oliveira, Educação e Questão Racial no Brasil (ANOS 1970). **Revista de História e Historiografia da Educação** da ANPUH, v. 1, n. especial, p. 214 a 236, junho de 2017. Disponível em: file:///C:/Users/evand/Downloads/52261-208014-1-PB.pdf. Acesso em: 20 de abr. 2021.

UOL ECONOMIA. Ambev, Carrefour e outras gigantes criam projeto de R$ 45 mi contra racismo. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/08/mover-empresas-se-unem-em-movimento-por-equidade-racial.htm. Acesso em: 10 dez. 2021.

Anexos

QUESTIONÁRIO
EX-ALUNOS DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DA PASTORAL DO MENOR
PERFIL SOCIOECONÔMICO E REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

1. Qual sua idade hoje? Escreva em número, exemplo: 18, 19, 20...

2. Qual idade você tinha quando concluiu o curso? Escreva em número, exemplo: 18, 19, 20…

3. Qual seu grau de escolaridade?

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Ensino Superior Completo

4. Onde mora? Qual comunidade ou bairro?

5. Como você se autodeclara em raça/cor?

( ) Indígena

( ) Branca

( ) Negra/Parda

( ) Negra/Preta

( ) Amarela

6. Como você identifica seu gênero?

( ) Mulher cis (se identifica com o gênero atribuído no seu nascimento em função do seu sexo biológico)

( ) Mulher trans (não se identifica com o gênero atribuído no seu nascimento em função do seu sexo biológico)

( ) Homem cis (se identifica com o gênero atribuído no seu nascimento em função do seu sexo biológico)

( ) Homem trans (não se identifica com o gênero atribuído no seu nascimento em função do seu sexo biológico)

( ) outro

7. Como você identifica sua sexualidade?

( ) Homossexual – pessoas que se relacionam emocional e/ou sexualmente com o mesmo sexo

( ) Heterossexual - pessoas que se relacionam emocional e/ou sexualmente com o sexo oposto

( ) Bissexual - pessoas que se relacionam emocional e/ou sexualmente com ambos os sexos

( ) Não sei

( ) Prefiro não responder

( ) outro

8. Qual seu estado civil?

( ) solteira (o)

( ) casada (o)

( ) união estável

( ) mora com companheira (o)

( ) viúva (o)

( ) separada (o)

9. Qual a situação do imóvel em que você vive?

( ) próprio, quitado

( ) próprio, financiado (sendo pago)

( ) alugado

( ) vivo com família/parentes - imóvel próprio, quitado

( ) vivo com família/parentes - imóvel próprio, financiado (sendo pago)

( ) vivo com família/parentes - alugado

( ) vivo com amigos

( ) vivo em pensão/abrigo/albergue

( ) outro

10. Qual a renda per capita da sua residência? Valor da renda por pessoa.

a) menos de R$1.212,00

b) de R$1.212,01 a R$2.424,00

c) de R$2.424,01 a R$3.636,00

d) de R$3.636,01 a R$4.848,00

e) de R$4.848,01 a R$6.060,00

f) acima de R$6.060,01

11. Qual ano seu contrato de jovem aprendiz se encerrou?

a) 2018

b) 2019

12. Você foi contratado pela empresa onde realizou a capacitação prática?

( ) Sim ( ) Não

13. Você sabe ou imagina qual foi o motivo que levou a não contratação após o período de aprendizagem?

14. Quanto tempo após o término do seu contrato de aprendiz na Pastoral do Menor você conseguiu outro emprego?

a) menos de 6 meses

b) de 6 meses a 1 ano

c) de 1 a 2 anos

d) de 2 a 3 anos

e) de 3 a 4 anos

f) consegui emprego por um tempo, mas estou sem emprego novamente

g) não consegui emprego desde o fim do contrato de aprendiz na Pastoral do Menor

15. Você presenciou, ou ficou sabendo de alguma situação de preconceito, discriminação ou racismo no ambiente em que foi jovem aprendiz?

( ) Sim ( ) Não

16. Caso sim, qual tipo de situação?

17. Quantos líderes ou gestores haviam em seu ambiente de trabalho? Quantos eram brancos e quantos eram não brancos (indígenas, pretos, pardos, amarelos)?

18. Segundo sua percepção: você acha que a baixa ou nula presença de lideranças negras nesses espaços ocorre por qual motivo?

19. O salário mensal de jovem aprendiz contribuía para pagar seus gastos mensais? Qual tipo de despesa ele custeava? Em geral, o que você conseguia fazer com sua remuneração?

20. Como você passou a pagar estas despesas após não ter mais esta renda mensal fixa?

21. Você voltou a procurar trabalho após o término do contrato?

( ) Sim ( ) Não

22. Caso não, o que você decidiu fazer e por quê? Como manteve suas despesas?

23. Caso sim, como se deu esse processo de retorno ao quadro de desemprego e busca por um trabalho? Quais as principais dificuldades encontradas neste momento? Como você se articulou para encontrar um novo emprego?

24. Segunda sua percepção: o racismo é uma barreira quando se busca um emprego?

( ) Sim ( ) Não

25. Sim ou não! Justifique sua resposta a partir de suas observações, vivências e reflexões:

26. Em ordem crescente (da maior para a menor), cite 4 principais barreiras que você enfrentou ou enfrenta na busca por um emprego:

1.

2.

3.

4.

27. Atualmente você está:

( ) Trabalhando

( ) Estudando

( ) Trabalhando e estudando

( ) Procurando emprego

( ) Estudando e procurando emprego

( ) Não estou trabalhando e nem estudando

( ) Não estou trabalhando e nem procurando emprego

( ) Não estou trabalhando, nem estudando e nem procurando emprego

28. Caso não esteja procurando trabalho, por que não está procurando?

29. Caso não esteja estudando, por que não está fazendo isso?

30. Caso esteja trabalhando, seu trabalho é formal (com CLT – com carteira assinada e direitos trabalhistas) ou informal (sem CLT – sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas)?

( ) Formal ( ) Informal

31. Caso não esteja trabalhando, quais atividades desenvolve atualmente e/ou desenvolveu após o término do contrato de aprendizagem? Tem ligação com o que você aprendeu como Jovem Aprendiz tanto o conteúdo teórico quanto prático?

32. Você já empreendeu? Ou seja, iniciou um negócio próprio para obter renda.

( ) Sim ( ) Não

33. Qual motivo levou a empreender? Marque em ordem crescente estes motivos, exemplo: 1, 2, 3... Isto na ordem das suas prioridades. Não precisa marcar aquele que não faz parte da sua escolha.

( ) Oportunidade de fazer negócios

( ) Necessidade de buscar renda

( ) Trabalhar por conta própria.

( ) Ser meu próprio chefe.

( ) Não encontrar um trabalho com direitos trabalhistas.

( ) Não encontrar um trabalho, mesmo sem direitos trabalhistas.

( ) Não se aplica

34. Se você empreendeu, em qual área de negócios você empreendeu? Qual função desempenhou? Como estruturou seu negócio? Foi rentável?

35. Este empreendimento foi formal (registrado) ou informal?

( ) formal ( ) informal

36. A pandemia afetou sua vida econômica e profissional de alguma forma?

1. Sim. Minha renda diminuiu, mas não perdi o emprego.

2. Sim. Minha renda diminuiu e perdi o emprego.

3. Já estava desempregado e minha renda não mudou.

4. Já estava desempregado e minha renda diminuiu.

5. Não afetou minha renda, nem emprego.

6. Consegui conquistar um emprego e aumentar minha renda neste período.

37. Você possui filhas (os)?

( ) 0

( ) 1

( ) 2

( ) 3

( ) 4

( ) Mais de 4

38. O curso e as aulas contribuíram com o seu desenvolvimento pessoal e profissional? Como?